

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LEANDRO DIETER

INSCRIÇÃO DE UM PRÓPRIO AO NOME NA ESCRITA DO NOME
PRÓPRIO

Porto Alegre 2004

LEANDRO DIETER

INSCRIÇÃO DE UM PRÓPRIO AO NOME NA ESCRITA DO
NOME PRÓPRIO

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em educação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Educação.

Orientadora:
Profa. Dra. Rosa Maria Filippozzi Martini

Porto Alegre 2004

LEANDRO DIETER

**INSCRIÇÃO DE UM PRÓPRIO AO NOME NA ESCRITA DO NOME
PRÓPRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:
Profa. Dra. Rosa Maria Filippozzi Martini

Data de Aprovação: _____

Profª Dra. MARGARETH SHAFFER

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. MÁRIO FLEIG

Instituição: Universidade do Vale do Rio do Sinos

Profª Dra. SIMONE MOSCHEN RICHES

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profª Dra. ROSA MARIA FILIPOZZI MARTINI

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

À Eloísa e Elisa

AGRADECIMENTOS

À Rosa Maria Martini que me acolheu e soube, em sua escuta, permitir e respeitar um percurso singular.

À Margareth Shäffer que sustentou uma transferência de trabalho, recebeu-me entre os seus alunos, e muito ensinou sobre o lugar desde onde são possíveis atos educativos.

À Simone Rickes, por me reconhecer enquanto analista e lembrar que nunca se tem essa certificação, mas que a psicanálise, antes de uma teoria, é uma ética.

Ao Mário Fleig, a quem fiquei “devendo” um agradecimento desde o trabalho de conclusão da graduação, que sempre me mostra a importância em contrair uma dívida simbólica pois, tentando pagá-la, construímos um estilo.

Aos colegas de trabalho, que permitiram o exercício da interlocução em um cenário interdisciplinar.

Às crianças, e suas famílias, que me ensinaram a ler melhor.

RESUMO

A escrita do nome próprio tem ocupado um lugar privilegiado na aprendizagem, operador por excelência, a partir do qual podem-se realizar uma série de permutações em suas letras, emprestando-se a constituir outros nomes. Espera-se que através da escrita do nome o sujeito possa demonstrar maior *estabilidade* em um eu que tenha domínio sobre a linguagem.

A hipótese inicialmente formulada é de que na escrita do nome está em jogo a constituição subjetiva do escrevente e que as diferentes associações nas e com as letras tipográficas revelam os processos através dos quais se dá a inscrição de sujeito na linguagem. É ao *sujeito da inscrição* que estamos nos referindo, submetido à incidência das leis que regulam a linguagem.

Podemos *entreler*, ler nas entrelinhas, na escrita do nome e em seus desdobramentos, impasses, omissões, trocas e rasuras, o que uma *escrita não consciente* – no sentido de não se sustentar numa hipótese enquanto exercício de uma reflexão – desvela sobre os processos de criação da cultura e de um sujeito, através da passagem realizada entre a transmissão de um nome próprio à apropriação de um próprio ao nome.

Para dar conta dessa questão aciono a técnica e a teoria psicanalítica. Em Freud, resgato conceitos cruciais que apontam tanto para a *escrita* - quando apresenta o aparelho psíquico constituído através de diferentes *retranscrições* ou quando diz que o sonho deve ser tomado como um rébus - como para a *leitura* - que considero, sobretudo, a partir da carta 52, e do *esquecimento de Signorelli*. Em Jacques Lacan, no retorno que faz à Freud, atravessando a lingüística, os conceitos de *traço unário* e *letra* para pensar a escrita do nome de um sujeito entre o signo e o significante.

Com esse aparato, analiso a articulação dos nomes que alguém carrega e, portanto, a forma como se lê seu lugar em um sistema familiar, com sua respectiva inserção no laço social. Parte-se do estudo de casos da clínica, sobretudo de dois meninos, que realizam diferentes operações, metonímicas e metafóricas, com o nome-da-mãe e no nome-do-pai para constituírem algo de próprio ao nome.

Palavras-Chave: Inscrição Psíquica

Nome próprio

Escrita

Psicanálise

RÉSUMÉ

L'écriture du nom propre occupe un lieu privilégié dans l'apprentissage, instrument par excellence à partir duquel on peut réaliser une série d'échanges dans ses lettres, en se prêtant à constituer d'autres noms. On attend que à travers l'écriture du nom, le sujet peut démontrer plus de stabilité dans un nom qui a de la puissance sur le langage.

L'hypothèse initiale qui a été formulée est que dans l'écriture du nom est en jeu la constitution subjective de "l'écrivain" et que les différentes associations dans et avec les lettres typographiques révèlent les procédés parmi lesquels résulte l'inscription qui nous nous rapportons, soumettu lui à l'incidence des lois qui déterminent le langage.

On peut lire entre les lignes, dans l'écriture du nom et dans ses déroulements, ce qui une écriture non-consciente – qui ne se soutient pas dans une hypothèse, comme exercice d'une réflexion – révèle sur les procédés de création de la culture et d'un sujet, à travers la passade réalisée parmi la transmission d'un nom propre, à l'appropriation d'un sujet par le nom.

Pour en rendre compte, je cite la technique et la théorie psychanalytique. Dans les textes de Freud, je reprends les concepts primordiaux qui montrent autant l'écriture – quand il présente l'appareil psychique constitué à travers différentes retranscriptions ou quand il dit que le songe doit être pris comme un rébus – que la lecture, que je considère, surtout, à partir de sa lettre 52 et de l'oubli de Signorelli. Et dans les textes de Jacques Lacan, quand il reprends Freud, parmi la linguistique, je signale les concepts de trait et lettre pour juger l'écriture du nom d'un sujet parmi le signe et le signifiant.

Avec ses instruments, j'analyse l'articulation des noms qui quelqu'un apporte et, donc, la façon d'apercevoir sa place dans un système familial, avec sa respective insertion dans la société. On commence à partir de l'étude des cas cliniques, surtout de deux garçons, qui réalisant des différentes opérations, métonymiques et métaphoriques, avec les nom-de-mère et avec le nom-du-père en établir quelque chose de propre au nom.

Mots-Principaux : Inscription Psychique

Nom propre

Écriture

Psycaanalyse

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 1.QUAIS SÃO AS QUESTÕES QUE O NOME PRÓPRIO APRESENTA PARA O QUE É PRÓPRIO AO NOME? / A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA..... | 15 |
| 2. SE O NOME PRÓPRIO PODE SER ESCRITO, LIDO E CONTADO, O QUE ATRAPALHA / TRABALHA ESTAS OPERAÇÕES? QUAL A PERTINÊNCIA DO PROBLEMA PARA A EDUCAÇÃO? | 27 |
| 3. COMO O SUJEITO EN/CARREGA AS LETRAS QUE O COMPÕE? / ALGUNS OBJETIVOS E QUESTÕES DE PESQUISA! | 34 |
| 4. O SUJEITO ENTRE O SIGNO E O SIGNIFICANTE / AS INTERLOCUÇÕES COM A TEORIA NA CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA..... | 42 |
| 4.1 Com que nome o Outro me chama?!..... | 42 |
| 4.2 O rastro que a escrita do nome deixa..... | 47 |
| 4.3 Um nome sempre apresenta um traço sobre-o-nome..... | 53 |
| 4.4 Onde está a letra que “falta”?..... | 59 |
| 4.5 A Leitura da letra..... | 66 |
| 4.6 Inscrição do Nome Esquecido..... | 85 |
| 5. COMO PODEMOS LER O NOME? | 94 |
| 5.1 Exercícios Metonímicos..... | 101 |
| 5.2 Exercícios Metaforonímicos..... | 110 |
| ESCREVEU, NÃO LEU, PAI COMEU! / ENCAMINHAMENTOS | 137 |
| REFERÊNCIAS..... | 143 |

INTRODUÇÃO

Eu procuro tudo isso com o dedo certamente muito impreciso, porque inquieto, que desliza na carta geográfica – numa carta geográfica de uma criança, como eu logo devo confessar. Nenhum desses lugares pode ser encontrado, eles não existem, mas eu sei agora, onde eles, ao menos agora, deveriam existir, e...eu acho algo!

Paul Celan

Um amigo, há alguns anos, dizia, enquanto lhe contava circunstâncias de uma viagem que havia feito, que viajamos para nos perder. Costuma-se, quando saímos de nosso habitat, realizar uma série de preparativos, com vistas a mantermos um roteiro relativamente seguro, para *não nos perdermos*.¹ Contudo, às vezes, as providências podem ser tão excessivas a ponto de nos depararmos somente com o já conhecido.

Também aqui, nesta dissertação, existem riscos – riscos que se corre ao discorrer sobre algo que insiste em escorregar – de se perder ou de se encontrar demasiadamente. Entre ficar restrito à ecolalia do já dito e à ousadia mal-dita de uma enunciação ainda trêmula, na interface de um terreno familiar e ao mesmo tempo estranho, tentarei caminhar pelas bordas, para então talvez, ao perder-me, encontrar algo.

As letras que iniciam esta dissertação são as últimas a serem escritas, o que talvez revele, em parte, que as coisas assim como as palavras, só tomam lugar à posteriori. Isso não quer dizer que agora tudo me faça sentido, longe disso. Mesmo agora, interrogo-me - se isso é possível - acerca das questões que fizeram com que fosse estudar o nome próprio? Se muitas vezes nos amparamos no nome, próprio ou de outro, e o erigimos como destaque nas relações sociais, outras tantas vezes ele nos escapa. Atribuímos considerável importância às maneiras com que somos interpelados por um chamado que nos nomeia, a quem este apelo apresenta algo de um reconhecimento suposto ao outro. Sabe-se o uso que se dá na magia, ao conhecimento do nome de alguém, e que coloca o sujeito à mercê das invocações que forem realizadas com seu nome, como se fossem aplicadas sobre o próprio. Há uma dimensão no nome que guarda uma certa onipotência de pensamentos², uma vez que se algo acontecer ao nome, acometerá irremediavelmente o seu portador. Aqui estamos tomando o nome em um jogo de sustentação imaginária, onde ele deve ser reforçado. Isso evidentemente não nos faculta, inadvertidamente, a eliminar essa dimensão, sem a qual não só não há nome, como não há sequer sujeito.

Uma criança, para nascer, precisa ter um nome, e a preenchemos com eles. Mas apesar desse recheio que tudo denomina, o nome insiste em deslizar e escorregar a um domínio e, às vezes, desanda. Podemos ficar constrangidos ao esquecermos ou trocarmos o nome de alguém ou mesmo ficarmos suspensos, quando aguardamos que venha da *ponta da língua*. Se o nome do outro nos inquieta, será sobre o nome com que o outro nos convoca que ficaremos detidos, tomados pelo desassossego desse chamado que não sabemos como responder. O

1 Lembro da surpresa de um turista alemão ao nos encontrar (a mim e a um amigo) no interior da Bolívia *somente* com uma fotocópia de um mapa rodoviário tirado de um Atlas geográfico.

nome próprio enquanto enigma permite, mais do que respostas, que nos lancemos às perguntas.

Desde minha clínica, em um serviço público de saúde mental, recebo crianças encaminhadas, em nome de outros, por algum sintoma que elas suportam. Muitas delas são encaminhadas pela escola onde estudam, mas nem sempre por dificuldade de aprendizagem. Várias outras instituições, como o Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Adolescência, Unidades Básicas de Saúde, também realizam a demanda por um atendimento que, necessariamente, precisa ser transformado em uma transferência da própria criança com seu terapeuta, para que dali possa advir um sujeito a falar em nome próprio.

Talvez mais do que em qualquer época, a criança é convocada a responder por seu nome, quando ela precisa sustentá-lo na escrita. Escrita que, quem sabe, estabilizará o próprio sujeito naqueles caracteres. Ao dar lugar às letras de seu nome, é o sujeito mesmo que articula a si e aos seus em um encadeamento em que as leis da linguagem são o cenário. Talvez mais do que em qualquer outro momento, toda a grande riqueza dos ensaios envolvidos neste exercício de um sujeito mergulhado na língua se apresenta quando falta, sobra ou, enfim, algo está fora do lugar na escrita do nome próprio. Nesse caso, uma demanda, da escola e ou dos pais, é formulada, solicitando do terapeuta uma intervenção, quando já escapam as determinantes em jogo e as estratégias pedagógicas se mostraram limitadas para alterar a situação.

Um dos caminhos possíveis ao deparar-mo-nos com uma falta no nome é a de realizar uma obturação, preenchendo e fazendo, protéticamente, escrever certo.

Proponho, ao contrário, suspender, elevar o lapso em torno da escrita do nome próprio como privilegiado para situar que, se o escrevente é servente da língua – e, portanto, não é capaz de esgotá-la enquanto objeto de reflexão – o sujeito pode assinar embaixo da escrita que o constitui. Ou seja, justamente ao não atender a demanda que pretende a eliminação do sintoma, se possibilita, não só a sua resolução, mas o anúncio de um sujeito do inconsciente que reinventa as leis que o sustentam na linguagem.

A literatura que trata da questão da escrita do nome próprio é restrita. Um importante trabalho foi o de Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1999), que realizaram avanços sobre os processos através dos quais uma criança constitui seu nome, baseados na epistemologia genética. A partir daí, interrogo qual o estatuto que o nome adquire e de que sujeito se fala quando se busca uma estabilidade e identidade em sua escrita. A atribuição de uma posição reflexiva à criança que, então, entenderia os processos através dos quais a linguagem se estrutura, restringem a escrita do nome como enigma. Em se tratando especificamente do nome próprio, há outros trabalhos que se situam predominantemente tomando-o desde uma perspectiva imaginária ou simbólica, por onde faço uma breve circulação.

Pretendo ocupar-me com os ensaios realizados pela criança com as letras de seu nome, letra tipográfica, tomando o conceito de *letra*, instância da letra no inconsciente, de Jacques Lacan, e demonstrar como ela precisa percorrer letras estranhas – perdidas, esquecidas – ao ler suas próprias entranhas. O que se pode vislumbrar ou *entreler* a respeito dos nomes perdidos, sobre os quais o sujeito, em seu exercício sobre o nome, o retorna, o transforma e o rasura?

O que segue pretende cercar e delinear essa questão por diferentes ângulos. Vou dando nomes mutantes às questões e circunscrevendo o problema com um formato que não se dá a ler imediatamente, mas convida o leitor a acompanhar-me. As fronteiras entre os capítulos não são muito rígidas e se até o final ainda costuro a definição do problema de pesquisa, já desde o início dou conta de elementos metodológicos, que só, formalmente, trato ao término.

1. QUAIS SÃO AS QUESTÕES QUE O NOME PRÓPRIO APRESENTA PARA O QUE É PRÓPRIO AO NOME? / A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA

Carregamos muitas marcas. Algumas efetivamente delineadas em nosso corpo ficam expostas como troféus de memoráveis feitos, como prova de nossa coragem ou insensatez, por termos desafiado nossos limites ou os que nos tentavam impor. Cicatrizes, mais ou menos visíveis, nos forçam, às vezes, a comprovarmos alguma história com uma prova fatídica de que perscrutemos nosso corpo com olhar atento para encontrar um registro que escapa à continuidade do nosso tecido. Se nos lançamos, por vezes, a encontrar fendas e protuberâncias, é para testemunhar um corpo além da pura superfície, liso e intacto. As dobras na biologia de nosso corpo não nos são suficientes para demarcar ou sinalizar espaços possíveis de transição entre um dentro e um fora e nos lançar num circuito de trocas. Essas dobras precisaram ser criadas, abertas ou, talvez melhor, contornadas, quando ainda não tínhamos a consistência que pretendemos. O corpo foi inscrito em seus recantos, com histórias e circunstâncias, foi nomeado e fez-se nome.

No princípio, as palavras são oferecidas ao infans, à criança sujeita à interpretação que outro lhe dá, em um movimento contínuo de atribuição de sentido ao mundo e ao seu lugar nele. Dentre as palavras ofertadas, o nome ocupa o lugar

especial de um desígnio, carregado de sentidos não expressos, dívidas e promessas.

Conjugado ao prenome, aparecem articulações possíveis com o *nome-de-família*,³ do lado materno e paterno, arranjos capazes de situar a criança em uma linhagem. No Brasil, existem muitas possibilidades nessas combinações, franquia a uma escolha naquilo que deve ser transmitido do nome. O Código Civil Brasileiro é pouco prescritivo em relação às formas pelas quais o nome deverá ser formatado e prevê, somente, “quando o declarante [da Certidão de Nascimento] não indicar o nome completo, o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai, e, na falta, o da mãe”.⁴ Neste mesmo artigo, em parágrafo único, talvez a restrição mais explícita na construção do prenome, refere: “os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores”. Se não há nenhuma regulamentação mais precisa em relação ao sobrenome na legislação brasileira, à que lei estamos remetidos quando atribuímos um nome a alguém? As inúmeras possibilidades na construção do nome, a opção por tomar um e/ou outro nome de família ou mesmo inventar um sobrenome indicariam, como afirma Ângela Jesuíno-Ferreto (1991) no texto já referido, uma fragilização da dimensão simbólica [no Brasil?], onde o nome próprio não seria capaz de inserir o sujeito numa linhagem?

Em um texto eletrônico recente, *Petit dialogue sur la transmission du patronyme*,⁵ os franceses também depararam-se com a proposta de mudança do

3 Prefiro utilizar *nome de família* ao invés de patronímico, pois, como bem observou Angela Jesuíno-Ferreto no texto *Le Patronyme au Bresil: quelle fonction?*, (1991) há uma variedade de possibilidades na constituição do nome, que se apresentam, ou não, como tributárias ao pai. O dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001) aponta que o patronímico também se refere ao *ascendente*.

4 Lei nº 6015, de 31 de dezembro de 1973, artigo 55.

5 Texto assinado por Jean Périn de 22/03/2003 e encontrado no endereço Freud-lacan.com.

código civil que prevê uma flexibilização na transmissão do nome, autorizando que ele possa ser realizado do lado da mãe, do pai ou dos dois lados. “**A lei antiga tinha a vantagem de ser simples; com o nome do pai, tudo estava dito.** (destaque do autor) A nova lei não é mais imperativa. Ela permite a escolha”. Quais as implicações destas mudanças na lei civil para a questão da transmissão do nome, ou antes talvez, a quais alterações na estrutura de transmissão simbólica do nome encontradas na cultura – onde o nome do pai opera em falta - a lei civil vem fazer eco?

Diz-se do **nome-próprio** *um substantivo que designa um indivíduo de uma classe ou categoria* (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa), ou seja, ao mesmo tempo indicando um pertencimento a um clã, por exemplo, e uma distinção. Já o **nome-comum** é definido (DHLP)⁶ *como o que é aplicável a qualquer indivíduo de uma classe de seres ou que designa toda classe abertamente*, o que permite pensarmos o nome-de-família enquanto nome-comum. A combinação do *prenome* com o *nome-de-família* irá compor o *nome-próprio*, pelo qual, comumente, somos designados. Nome ou pré-nome, somado ao *sobre-nome*, vão constituir o “*nome-completo*”. Percebe-se, imediatamente, a dificuldade em sustentar uma completude no nome, pois, na sua constituição, acaba-se deixando outros para trás. Esses nomes-esquecidos ou nomes-perdidos na transmissão da herança podem, mesmo assim, fazer lugar para quem não os porta.

Se o nome identifica-nos, apresenta e confere uma referência, também pode representar um estranhamento. Um nome constitui-se por um chamado! Passamos a reconhecer-mo-nos através de um outro que nos chama e responder a este apelo

6 Utilizarei essa abreviação quando referir o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001).

conforme o molde que aquele nos apresenta. Um nome costuma nos ser atribuído mesmo antes de surgirmos enquanto materialidade corpórea e, apesar de carregarmos um nome cartorial, termos ao longo da vida denominações mutantes, somos convocados a responder, nos diferentes grupos dos quais participamos e na especificidade dos vínculos mais restritos, a um chamado peculiar. Vez ou outra, ainda podemos nos surpreender quando, vindo diretamente da infância, uma voz recupera um apelido ao qual, apesar do caráter anacrônico que apresenta agora, respondemos impensadamente. Estamos, então, sujeitos a diferentes alcunhas, marcas que nos foram superpostas, sem sabermos porque, mas que nos engancham na relação ao outro.

Nessa dissertação também, por conta da proteção às pessoas com as quais trabalho na clínica e que apresentaram elementos importantes para pensar o tema ao qual me proponho, deparei-me com a necessidade de realizar uma re/nomeação. Como trabalhar com o *nome próprio* se não posso usá-lo? Isso que poderia apresentar-se como um impasse metodológico parece-me contribuir, justamente, para a explicitação do caráter que o nome próprio adquire nesta dissertação, o que pretendo delinear no seu desenvolvimento. Em algumas situações falo no nome, quando o nome não é exatamente o que analiso, mas os seus desdobramentos. Em outros momentos apresentarei fotografias que registram desenhos e escritas realizadas durante as sessões, no quadro. Esse material foi modificado no computador, procurando manter os aspectos estruturais do nome importantes para a análise dos elementos envolvidos, preservando a identidade do autor e de suas famílias.

Na instituição pública onde trabalho, recebemos encaminhamentos, entre outros, de escolas que identificam crianças com dificuldades de aprendizagem e, o que apresenta-se mais ou menos articulado, “desvios de conduta”. Nos encaminhamentos feitos ao nosso serviço, relacionam tais dificuldades com aspectos “disfuncionais” da dinâmica familiar. Exerce-se sobre a criança, também a partir da escola, uma descrição – de comportamentos, de falhas e de expectativas – e com isso uma inscrição na ordem aos demais, a designação de um lugar. Percebe-se, muitas vezes, que ao apontar a frustração por alguma situação apresentada pelo aluno, com a conseqüente tentativa de tirá-lo daí, pode-se acabar fixando-o, justamente, naquilo do qual se pretendia livrá-lo. Pode-se, algumas vezes, entrever um poder de prescrição e de antecipação de algo que acaba se confirmando retroativamente. Então, em todo encaminhamento, há também uma relação de poder instaurada, que positiva, dá lugar, define e nomeia o encaminhado. Na perspectiva das práticas e dos discursos exercidos sobre um sujeito, em seus efeitos de subjetivação correspondentes, há sempre uma ação de inclusão em uma trama de lugares, que se afirmam mutuamente.⁷

Um adolescente de 12 anos, freqüentando a 3ª série, chega-nos para atendimento, acompanhado da mãe, encaminhados por uma médica da Unidade Básica de Saúde – UBS e pelo Conselho Tutelar. Pela ficha de encaminhamento, sei que o aluno foi afastado pela escola, por um mês, das atividades escolares e solicitado atendimento por profissionais da “área médica” para o adolescente. Ainda sabemos ter-se instaurado um conflito entre família e escola.

⁷ Reconheço a importância política das discussões acerca da inclusão/exclusão, mas percebo o quanto elas podem descambar para uma perspectiva maniqueísta, típica de toda relação que implica dualidade, oposição e semelhança.

Na primeira sessão, a mãe coloca que o filho vinha apresentando algumas dificuldades de aprendizagem e conduta acentuadas, sobretudo depois de um episódio envolvendo o aluno e a professora. Em um comentário, a professora diz para Everton:⁸ “**tu não pode ser irmão de Maria**”, que estuda na mesma escola, na 5ª série. A essa fala é atribuído um caráter de verdade, que desencadeia no jovem uma busca incessante e insaciável pelas supostas origens. Acusa a mãe por não lhe ter contado que **não era seu filho**. A família mobiliza-se em torno da tarefa de certificação, buscando comprovações da filiação, através de memórias, apresentação de fotos, mas nada parecia suficiente. As dificuldades na escola amplificam-se, culminando com o ato de urinar no lixo da sala de aula, originando uma suspensão das atividades escolares por um mês.

Evidentemente, o comentário da professora em si, não teria como produzir tal comoção se não estivesse ligado a uma questão que de alguma forma já estava aí para seu aluno. Everton toma a professora como supostamente sabendo-lhe sua verdade, que foi capaz de traduzir-lhe em palavras o que para ele já se insinuava: **não faria jus a en/carregar um sobrenome**. Precisou mijar no lixo para demonstrar sua potência.

Algumas questões impõem-se aqui e me interrogam! A professora apontando para algo, naquele aluno, que lhe causava um estranhamento, toca num âmbito que ao mesmo tempo implica e transcende o que sucede na sala de aula. **Quais as articulações entre - a tarefa a qual este jovem se lança - a busca por traços asseguradores de uma filiação, de pertencer a um clã, e a implicação na construção de um saber escolar?** A leitura realizada no reconhecimento deste

⁸ Como já apontei, aqui se trata de uma re/nomeação.

aluno, mesmo apresentando-se sob a forma de uma exclusão da irmandade como aquele que não tem irmã(os), mãe, pai, - ou os têm em outro lugar - caracteriza uma designação como aquele que somente carrega o prenome. O nome com poder para inscrevê-lo numa relação de fraternidade, este sobrenome colado ao nome de sua irmã, lhe está colocando em dúvida. Contudo, ele apresenta seu nome, na Certidão de Nascimento, “completo”, com o mesmo sobrenome dos irmãos, proveniente do pai. Não se trata aqui, portanto, de um impasse colocado na identidade cartorial, apesar dela, às vezes, fazer ressoar efeitos indelévels sobre quem suporta um nome ou encerra um outro.

Não escolhemos nosso nome, que é atribuído por um terceiro, e, excetuando-se algumas circunstâncias muito precisas⁹, não podemos alterá-lo. Além dele, herdamos um, ou mais, sobrenomes que nos encadeiam em uma seqüência e atribuem um lugar na linhagem. Podemos receber o sobrenome do lado do pai, do lado da mãe, uma combinação dos dois ou mesmo dois sobrenomes de um mesmo lado, do pai e da mãe do pai ou da mãe e do pai da mãe, por exemplo. Essas escolhas não se dão de forma casual, mas encontram-se articuladas simbolicamente ao longo das gerações. Há, nessa composição, invariavelmente, a explicitação de um laço que vincula aquele que denomina e, de alguma forma, por consequência também aquele denominado, a uma linhagem, onde se rende tributo a uma herança simbólica. Nessa medida, penso que a nomeação nunca se dá aleatoriamente, mas atende a um código, provavelmente menos civil e mais vil. A nova criança que surge porta um nome determinado e comprometido com a constelação dos lugares postos

9 “O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa”. Artigo 56 da Lei nº 6.015 de 31.12.1973.

em jogo antes dele, onde invariavelmente não só o sujeito, mas quem o convidou para jogar, não sabe ao certo as regras. O que não impede que joguemos.

Ao recebermos o nome de outro enquanto resultado de ligações que antecedem o sujeito em muito, o que podemos fazer com o nome, ou então, como alguém pode “fazer nome”? Muitas vezes o nome incomoda, não veste bem, soa cacofônico, muito grande ou quase uma interjeição, ele é, pois, considerado insuficiente. Mas se estamos condenados a ele, pode haver uma tentativa de um retorno sobre algo que pudesse revelar suas determinantes. Como o faz Everton quando indaga acerca de suas origens. Se não lhe bastam as provas de sua filiação, as fotos, o relato das cenas partilhadas, talvez seja em função da impossibilidade em recuperar a origem enquanto tal.¹⁰ Não é, então, do lado das respostas apaziguadoras que se encontra a possibilidade do sujeito fazer um nome. Quando o sujeito volta-se para trás com a pergunta que Everton leva a sua mãe e indaga o pai – *porque tu não me contou que eu não era filho de vocês?* – depara-se com uma questão crucial: do lado de lá não virá resposta que o inteire, que o complete. Mesmo com toda a boa vontade dos pais, eles não sabem responder a charada, pois legaram ao filho, justamente, a ignorância a respeito do lugar ocupado por seu próprio nome. Um filho surge no lugar de uma falta, na expectativa de preencher algo. Ou seja, atribuir um nome a alguém, sempre realiza o exercício da nomeação do inominável. Em toda nomeação, fica um resto, permanece um resquício de algo não simbolizado. Em contrapartida, o nome está inserido, de uma forma ou outra, em um circuito de trocas onde fica evidenciada a promessa de continuidade do nome e, portanto, a inscrição no registro de uma dívida simbólica. Será sobre o

10 Como bem percebeu Freud, quando abandonou a teoria da sedução e, com ela, a possibilidade de acedermos ao passado *ipses literes*.

nome, naquilo que ele ainda não expressou, que o sujeito poderá re/nomear o seu lugar.

Cotidianamente colocamos o nome próprio a um sentido que representa para um ou outro algo que identifica alguém, mesmo não ficando claro quais os traços resgatados neste reconhecimento. Uma mesma pessoa carrega várias atribuições de sentido que lhe são jogadas, algumas a gente recusa, outras aceita, mas todas elas nos constituem. Lacan afirmava em seu seminário (inédito) sobre os *Problemas cruciais para a psicanálise*: “Dizer que um nome próprio não tem significação é algo grosseiramente falho.” [LACAN, (1964-1965) - Aula de 06 de janeiro de 1965, tradução do autor]. Em outras palavras, atribuir sentido é o que não paramos de fazer. Tentamos, todo momento, fixar significações no outro, para termos parâmetros onde nos amparar e, assim, sabermos onde andamos. Compreende-se, então, a facilidade com a qual pretende-se, na nomeação, recriar uma forma idêntica. Quase como se por sabermos o seu nome, ele precisaria responder pelo nosso chamado, da maneira como imaginamos. Há talvez em toda nomeação a ilusão de uma identidade e comunhão perfeita.

A escolha do nome surge, muitas vezes, como tributo de uma identificação. O nome de um ator ou atriz pronunciado em algum filme ou novela, o nome de um colega de escola do qual nos lembramos sem mesmo saber por que, um antepassado, alguém que morreu ou ainda, um gesto que uma pessoa teve conosco e que ficou impresso, são recuperados na identificação, através de um pequeno traço que representa o outro. Ao nomear, estamos, então, remetidos a um aspecto imaginário, onde tentamos reduplicar e materializar uma experiência já perdida. Francisco Martins (1991), no livro *O Nome Próprio*, diz que “o prenome seria mesmo

uma superfície sobre a qual os pais projetariam a imagem sonhada de uma criança ligada a um mito familiar” [MARTINS, 1991, p. 125]. É para dar conta de uma falta, recobrando-a, que o prenome surge, convocado a preencher, miticamente, o que faz falta àquele que nomeia. O efeito do prenome estaria ligado, essencialmente, à produção de um “Eu”, sustentação de um narcisismo primário e base para que algo de um sujeito subsista. Martins compreende bem que se não fosse a possibilidade aberta pelo prenome na *singularização* do sujeito entre os seus, “os nomes próprios não passariam de simulacros”. [Ibid. p.135] Contudo, se o nome permanece respondendo meramente a uma idealização que recai sobre ele, o nome aprisiona e singulariza aquele que o porta numa alienação ao desejo do outro.

Em sua dissertação de mestrado, *Autógrafos anônimos na escola: signos de identidade em crianças de classe popular*, Sônia Azambuja Fonseca (2002) reconhece a dimensão do imaginário quando refere: “o primeiro nome aparece então como possibilidade de expressão de um desejo dos pais”. [FONSECA, 2002, p. 122] Em seu estudo, detém-se no nome como um *signo de identidade* e, ao rastrear os meandros da nomeação – de onde surgiu o nome, se sua grafia é mais ou menos usual – tenta buscar um sentido no nome. Não parece que carregar as letras de um nome pouco comum possa em si representar maiores impasses para quem o conduz.¹¹ O reconhecimento de alguém não se dá, sozinho, pela via do que faz ou deixa de fazer sentido. O deslizar ininterrupto das significações precisa estar enlaçada pelo simbólico, que lhes dá circunscrição. Martins encontra no sobrenome “a tradição, o peso das gerações antecedentes e a mitologia familiar”. [MARTINS, 1991, p.137] Nesse âmbito, o lugar de cada um não precisa fazer sentido, aquele espaço lhe está designado e mesmo que lhe pareça uma condenação, é o que lhe

coube na partilha dos bens. Todo nome suporta, também, um endereçamento à lei e é a sua referência o que permite ao sujeito não ficar completamente à mercê das imagens que provêm dos que o circundam e poderiam invadi-lo, através de sucessivas re/nomeações. O *nome de família* envia a uma demarcação das fronteiras entre um dentro da família e um fora dela e concede um signo de sustentação do sujeito no espaço público. Entretanto, como bem observou Francisco Martins, “existe a possibilidade de o sujeito ser colocado exposto, já que não existe patronímico que proteja de tudo e de todos”. [Ibid. p.144] Percebe-se, então, que nas formas de transmissão do nome pode haver sempre uma falha e algo de uma insuficiência simbólica. Nesta medida parece-me crucial pensar o nome, também, no estatuto do que está além do imaginário e do simbólico e que nos torna a todos, de uma ou outra maneira, expostos.¹²

Ao deparar-se com o estranhamento que o nome próprio evoca ao seu portador, marca do desejo de um terceiro, abre-se a possibilidade do sujeito tomar o nome para si, ao debruçar-se sobre o desconhecido que o instaurou. Interrogando-se acerca do chamado do outro, cada um exercita-se em operações que possibilitarão ao sujeito ocupar lugar nas permutas. Em outros termos, como se articulam os nomes que alguém carrega e, portanto, a forma como alguém lê sua inscrição num determinado sistema familiar, com sua inserção na cultura, o que terá, entre outras repercussões, efeitos nas suas possibilidades de ler, escrever e contar? Poderíamos talvez pensar, então, nos impasses e nos sucessos na contagem, leitura e escrita a partir das questões que o nome próprio apresenta ao sujeito? Se

11 Esta afirmação ficará mais clara quando estudarmos o “esquecimento de Signorelli” em Freud.

12 Criança que foi abandonada pelos pais, ao nascer ou em tenra idade, e colocada na roda dos expostos (DHLP).

alguém realiza essas operações, pode-se dizer, é para apropriar-se do nome, fazê-lo seu, tornar próprio¹³-o-nome?¹⁴

13 Próprio é o que existe em relação a um sujeito, uma maneira de ser intrínseca a este e que o caracteriza; inerente, peculiar, típico. Diz-se de um substantivo que designa, nomeando, um indivíduo (DHLP).

14 Como bem pontuou a Prof^a Dr^a Margareth Shäffer, em comunicação pessoal, “um nome próprio diz da transmissão e o próprio nome diz da subjetivação do sujeito”.

2. SE O NOME PRÓPRIO PODE SER ESCRITO, LIDO E CONTADO, O QUE ATRAPALHA / TRABALHA ESTAS OPERAÇÕES? / QUAL A PERTINÊNCIA DO PROBLEMA PARA A EDUCAÇÃO?

Muitas crianças que nos chegam para atendimento são encaminhadas pela escola com a designação de “dificuldade de aprendizagem”. Poderia-se dizer que, de uma certa perspectiva, a dificuldade é da escola quando seu saber não dá conta das aprendizagens esperadas, deslocando-se para outros espaços, uma possível resposta. De fato, como tomar essa demanda, muitas vezes, centrada exclusivamente na escola que sofre? Pode-se dizer que quem deveria ser escutado é a escola e não a criança. Acredito ser esta uma questão recorrente, e seriam relevantes estudos nesta área, contudo, não será por aí que transitarei.

Recebo a criança, delineado como paciente identificado aquele que suporta de forma mais evidente o sintoma, juntamente com a família.¹⁵ Pergunto-me sobre o saber que conduz esta criança, acerca do que ela não sabe, a deparar-se com um não-saber escolar? Invariavelmente, encontra-se hoje nas famílias, por mais marginalizadas que estejam, um consenso do valor de escola para seus filhos, e

¹⁵ O local de onde apresento minha experiência clínica é um serviço público de saúde mental que atendia famílias em uma perspectiva sistêmica. Trabalhávamos com o grupo familiar onde a decisão sobre quem participaria depende deles mesmos. Algumas vezes criam-se formatos específicos, quando se trabalha com o casal, membros que sempre comparecem e outros que nunca vêm às sessões.

uma concepção mais ou menos idealizada de que a vida deles pode ser melhor, se estudarem. Se as coisas não andam bem na aprendizagem da criança, isso mobiliza a todos. Apesar disso, é muito comum ouvirmos um discurso nas escolas, que atribuem à “desestrutura familiar” os fracassos na aprendizagem. Diria, antes, que os impasses escolares podem remeter à forma de montagem da estrutura familiar e o lugar reservado para a criança.

Lembro-me de um menino que havia recém entrado na 4ª série. Até então, nunca havia tido uma “reprovação” ou apresentado alguma dificuldade de aprendizagem relevante. A professora, para trabalhar alguns conceitos na aula de Ciências, solicita aos seus alunos para, no final de semana, realizarem a escuta e o registro dos batimentos cardíacos em situações de repouso e em atividade física. O menino não entendeu como era para fazer isso e não esclareceu com a professora. Uma vez em casa, os pais mobilizaram-se para ajudá-lo, mas também não souberam o que fazer. Ficaram preocupados, especialmente o aluno, que não quis retornar na segunda-feira sem o tema realizado. Ao invés de procurarem a escola, mãe e filho foram até o posto de saúde para uma consulta médica. O clínico geral, ao ouvir a preocupação com o tema não realizado e do que se tratava, disse - ou ao menos foi o que a mãe escutou de sua boca - que este tipo de pedido não era algo para ser solicitado pela professora e que isso era *coisa de médico*. A partir de então, o retorno do menino para a escola torna-se muito difícil, desenvolvendo uma fobia à escola. O que aconteceu aqui? Evidentemente, existe uma série de elementos anteriores, que remetem à história e à estrutura familiar e subjetiva desse aluno e dão substrato aos desdobramentos ocorridos. Não vou me deter nisso aqui e quero, simplesmente, examinar uma única faceta deste caso. O aluno e seus pais tomam o tema solicitado pela professora como ininteligível. Mais do que o tema é a demanda

tomada como impossível de atender. Não se tem acesso à formulação de um enigma capaz de, mesmo sem ser compreendido, lançar o sujeito às perguntas ou às conjecturas.

A professora, por sua vez, tornada efígie, vai devorar seu aluno. Então, num último recurso, procuram o sábio que lhes pudesse esclarecer a resposta e, ao contrário, o que recebem dele é uma elevação à potência deste tema que é inacessível a uma elaboração. Se do lado da professora, se supunha um saber sem contestação, isso se reduplica com a afirmação na qual é tomado o clínico, de que *quem sabe mesmo é ele*. Face este outro a quem nada falta, o menino não consegue construir suas próprias teorias acerca do que lhe falta para preencher a questão. Aqui não se trata, pois, dos batimentos cardíacos, mas talvez antes, dos “abatimentos”¹⁶ produzidos por um saber suposto integralmente do lado do outro, e a consideração de uma insuficiência do lado da criança e de seus pais.

Nos dois exemplos que citei até aqui, intervenções muito econômicas de professoras engancharam-se de maneira muito especial nos seus alunos, produzindo evidentes reflexos sobre sua situação subjetiva e escolar. A distância entre a intervenção e os desdobramentos subseqüentes indicam que precisamos buscar os elementos para a explicitação em um saber que não sabe de si. O nome próprio empresta-se à tarefa do deciframento do enigma assim constituído se o tomamos enquanto significante nome-próprio, como tal, uma cifra. Nessa operação, evidentemente, não somos capazes de um esgotamento, de um todo-dizer sobre-o-nome.

16 Expressão da mãe do menino.

Uma das primeiras solicitações mais articuladas da escola em relação ao seu aluno prevê que ele saiba seu nome, reconhecendo-o quando chamado e escrevendo-o, ao introduzir-se nas letras. Em um texto hoje clássico, referência de uma geração de professores envolvidos pelas questões de aprendizagem, Emília Ferreiro escreve: “o nome próprio, como dissemos, pareceria funcionar, em muitos casos, como a primeira forma estável dotada de significação”. [FERREIRO, 1999, p.223) E ainda, em *Cultura Escrita e Educação* [FERREIRO, 2001, p.110]: “Repeti muitas vezes que uma das palavras fundamentais para a alfabetização é o nome próprio de cada um e que não há nenhuma outra palavra que possa substituí-la, porque **é uma ampliação da própria identidade saber que o nome se realiza por escrito.**” (grifo do autor) Pois bem, se há uma pretensão de consistência no nome próprio, e isso pode ter lá seus usos, alguns casos, entre os quais apresentarei dois, exemplificam a insistência do sujeito em manter-se excêntrico ao nome próprio. O que acontece com a “significação” do nome-próprio que não amplia a “identidade” mas, ao contrário, a coloca em questão? O que está posto aí parece mais que uma “palavra fundamental para a alfabetização” em uma perspectiva instrumental, mas abre interrogações acerca das formas de inscrição do sujeito na linguagem. Penso ser relevante para aqueles que trabalham com crianças em uma perspectiva pedagógica ou não, que possam tomar os equívocos, as rasuras na escrita do nome próprio não na perspectiva de que ali há, somente, uma hipótese, um “certo grau de reflexão sobre a linguagem, o qual permita tomar consciência de algumas de suas propriedades fundamentais” [FERREIRO, 1999, p. 294] mas de que é o próprio sujeito, em sua estruturação psíquica, que está em questão na composição das letras.

Claudia T. G. de Lemos(2002) critica a perspectiva que aposta numa “transparência da escrita” onde a linguagem, tornada objeto de análise, possa ser desvelada pelo sujeito.

Isto significa que não se parte da interação sujeito-e-objeto, mas da linguagem. Isso significa que não se chega a um sujeito que se apropria do objeto a um certo ponto de seu percurso, que faz dele um acontecimento, um saber estável que o esgota.[DE LEMOS. 1998, p.21]

A autora percebe o sujeito, antes, enquanto efeito dos desdobramentos produzidos na linguagem do que fundado em uma suposta consciência das determinações em jogo e encenadas pela linguagem. É justamente na medida em que se supõe na criança a capacidade de esgotamento dos enigmas propostos na linguagem que se fica impedido de realizar uma leitura acerca deles. Entendo que seja ao reconhecer a dimensão da linguagem como estruturando o sujeito, que Claudia de Lemos propõe uma “metodologia do mistério”, pois “ao projetar sobre o alfabetizando sua própria relação com a escrita, o alfabetizado fica impedido de ‘ler’ os sinais – orais ou gráficos – em que o primeiro deixa entrever um momento particular de sua particular relação com a escrita”. [DE LEMOS, 1998, p.17]

Proponho que podemos *entreler*, ler nas entrelinhas, na escrita do nome próprio e em seus desdobramentos, o que uma *escrita não consciente* – no sentido de não se sustentar numa hipótese enquanto exercício de uma reflexão - desvela acerca do sujeito e sobre as formas de sua inserção na linguagem. Concordo, mais uma vez com Claudia de Lemos quando se dá conta de que precisamos dar lugar aos restos da linguagem, aos fragmentos dos discursos que inscreveram a criança em um determinado lugar.

Ela [a fala do adulto] retorna como um fragmento em que está de alguma forma inscrita a relação instaurada pelo adulto na situação discursiva em que a criança foi interpretada. Cabe dizer ainda que essa interpretação não tem origem no adulto, mas no discurso em que ele próprio, submetido ao funcionamento lingüístico-discursivo é significado. A análise de Discurso da linha francesa e a psicanálise são os espaços de teorização que permitiriam desenvolver esse e outros aspectos dos processos de identificação envolvidos nesse funcionamento. [DE LEMOS, 1998, p.27]

Nesta dissertação, pretendo dar um estatuto teórico, através da psicanálise, - sobretudo em Sigmund Freud e Jacques Lacan - aos fragmentos que retornam, inclusive, na escrita do nome próprio da criança. Há aspectos, nos ensaios realizados em torno do nome, nas diferentes costuras e rupturas com as letras e na letra, que escapam ao enquadramento em uma suposta racionalidade capaz de escalonar em fases a linguagem enquanto passível de desenvolvimento. Uma aproximação reflexiva aos contornos da escrita alfabética mostra-se restrita para examinar as articulações entre linguagem e sujeito, na medida em que os ensaios com a letra tipográfica se apresentam insuficientes para dar conta do sujeito inscrito em sua escrita. Contudo, são as produções com as letras tipográficas que dão suporte à incidência da letra enquanto instância no inconsciente.

Nesse caminho, as referências a Sigmund Freud serão nodais e plenas em suas conseqüências. Tomarei dele, fundamentalmente, alguns poucos textos – apesar de referir-me mais pontualmente a outros - que me permitirão dialogar com as questões que a clínica me apresentará. São eles, a carta 52 a Fliess, de 06 de dezembro de 1896, o *esquecimento de Signorelli*, *Uma nota sobre o bloco mágico* e o capítulo VI e VII da *Interpretação dos Sonhos*. A leitura que farei de Freud, contudo, estará tomada pela re/leitura proposta por Jacques Lacan em seu retorno a ele. Apesar de, talvez não mais ser possível ler Freud no original – se é que em alguma medida possa ser possível ler alguém, esgotando-o – pretendo estabelecer

um diálogo possível. Nessa relação, às vezes, dialógica que a teoria mantém entre si e que a torna árida, o terceiro que se apresenta na dissertação são as crianças através de suas produções, quando exercem um certo controle, indagando a propriedade das elaborações teóricas.

As referências a Lacan são bem mais pulverizadas - o que talvez seja indicador de um estilo ao lê-lo, na dificuldade de fechá-lo em uma compreensão – também porque os conceitos vão ganhando ao longo dos seminários e escritos novas apresentações. Além disso, sua obra, assim como a de Freud, é tão vasta e abrangente que precisei fazer algumas escolhas. No que se refere ao nome próprio, o seminário nove sobre *A Identificação* é um texto importante com o qual trabalho. Já o seminário XXIII *O Sinthoma*, que também aborda a questão do nome, não será tomado. Para circunscrever a escrita do nome, circularéi por conceitos importantes em Lacan - rastro, traço unário e letra – sobretudo em três textos dos *Escritos*, o *seminário sobre “A carta roubada”*, *A instância da letra no inconsciente*, e *Subversão do sujeito no inconsciente ou a razão desde Freud*, e ainda no seminário onze e em *Liturerre*. O retorno que Lacan faz a Freud se dá atravessando a lingüística em Ferdinand De Saussure e Roman Jakobson. Os elementos que a lingüística disponibiliza se constituirão em operadores para pensar o sujeito do *inconsciente estruturado como uma linguagem*, através dos processos metonímicos e metafóricos realizados com o nome próprio.

3. COMO O SUJEITO EN/CARREGA AS LETRAS QUE O COMPÕE? / ALGUNS OBJETIVOS E QUESTÕES DE PESQUISA!

Uma das maiores dificuldades que se apresenta na construção de uma dissertação é manter o foco em um objetivo. Com facilidade nos perdemos em caminhos secundários e investimos grande esforço em algo que irá transformar-se em uma nota de rodapé – o que faz tão interessante a leitura destas notas em alguns trabalhos, pois ali estão abertas possibilidades não concluídas. Talvez a dificuldade em centrar-se no foco deva-se à tentativa, muitas vezes, repetida em *dizer tudo*. Apesar da tentativa em nos fazermos permanentes e, talvez na escrita, exercite-se com freqüência uma palavra definitiva que não sofra retoques, estamos impelidos à ginástica da rasura. Provavelmente, menos com riscos sobre o erro ou com restos de borracha, apagando, para dar lugar a outra tentativa, às vezes novamente desfeita. Estamos num contexto *clean*, onde recortamos e colamos, sem tesoura ou cola o que, evidentemente, não quer dizer que não possamos nos cortar ou lambuzar. Dar lugar ao que sobrou, permitir um resto que faça rastro e ocupe uma posição é com o que nos ocupamos ao escrever. Por vezes ficamos muito atrelados à lição de casa, quando tentamos replicar um traço que já está lá para ser copiado e consideramos qualquer mancha uma heresia. Outras vezes, podemos nos

permitir criar formas novas, mas é sempre sobre o traço anterior que voltamos, dando-lhe outras nuances.

Na entrevista de seleção, ao entrar no mestrado, apresentei um esboço daquilo que pretendia pesquisar e falei em *nome próprio* ao que o Prof. Dr. Fernando Becker retrucou: “nome próprio... o próprio nome?” Estaria eu falando de um substantivo qualquer ou de um sujeito? Bom, quando é que se *fala em nome próprio* ou quando se *fala em nome de outro* ou, ainda melhor, quando outro fala em nós, é uma questão aqui presente. Como pensar algo de próprio a cada um, quando remete fundamentalmente ao que é designado por um outro?

Normalmente, o nome próprio é tomado como refletindo ou referindo o sujeito, um estandarte que apresenta e representa aquele que o conduz. Como, através de quais mecanismos se estabelece esta amálgama entre nome e sujeito e, ainda, qual sustentação o nome dá? Nos primeiros anos escolares, costuma-se amparar no nome uma série de exercícios visando à inserção do sujeito na linguagem, pressupondo uma familiaridade que nem sempre iremos encontrar. **O que há de próprio ao nome próprio?**

Essa questão parece pertinente, tendo em vista que o nome é uma escolha que antecede o sujeito¹⁷. Em que medida o nome, designado como suportando a referência a um lugar na ordem aos demais, está aprisionado às determinações ou resguarda a possibilidade de uma originalidade? Pensar acerca dele impõe partir da operação de nomeação. Quais as determinantes em jogo na instauração deste lugar que o nome apresenta e as vicissitudes dessa ocorrência? Quem nomeia e qual sua legitimidade? Quais arranjos são realizados na combinatória dos termos possíveis

de utilização entre os nomes-de-família disponíveis? Há nomes esquecidos que deixam eco? Se estas são algumas das questões possíveis de encontrarmos na clínica, elas se apresentam na maneira em como o sujeito lida com seu nome próprio, particularmente em como lê a leitura que fazem dele. Precocemente respondemos ao chamado que outro nos dirige, amparados apenas no som de algumas letras do nome. O que é necessário, minimamente, para que algo de um sujeito esteja convocado a responder uma demanda que ele supõe no outro? Como acontece essa, se posso assim chamá-la, *trans-posição* da palavra pronunciada que clama por alguém para a inscrição de uma marca, através da qual alguém se reconhece? A constituição de uma determinada posição subjetiva e o seu re/posicionamento explicita-se nas diferentes articulações em torno do nome próprio e em sua apropriação singular. Se os exercícios acerca do nome permitem desvelar a posição subjetiva de quem o conduz, quais e como se constituem as diferentes operações neste trânsito entre o nome próprio e o próprio nome?

Como vimos, Emília Ferreiro atribui à escrita do nome próprio a constituição de uma permanência e estabilidade já que, segundo a autora, “a escrita permite uma série de operações de análise, porque você imobiliza, controla o tempo, detém-no; pensar sobre eventos que se desvanecem no tempo é muito complicado”. (FERREIRO, 2001, p. 76) Estamos, então, no terreno da escrita enquanto impressão, da escrita estabelecendo uma *marca durável*, presa à tarefa de duplicação de uma matriz.

Nessa perspectiva, a escrita do nome próprio envia a uma referência duradoura, do nome próprio fazendo unidade. Encontra-se aqui uma concepção que

17 Apesar de em algumas situações bem específicas ser facultada a possibilidade em requerer, posteriormente, uma alteração no nome.

pretende a escrita em um tempo paralisado, suspenso, eterna repetição do mesmo. Restaria então obedecer à escrita, para não termos problemas? Uma escrita do nome enquanto impressão de *umdivíduo*. Se muitas vezes somos tomados pelo ideal de indivisibilidade, contudo a escrita do nome próprio, invariavelmente, insiste em fazer-se rebelde, resistindo às nossas tentativas em realizarmos uma boa forma, uma gestalt.¹⁸

A todo o momento somos acometidos, na leitura que fazemos de nossos escritos, de um furor que corrige, ou antes ainda, que impede o preenchimento dos espaços em branco. O texto nunca está pronto, apesar de nos contermos por algum tempo, concedendo: *até agora isto é o que de melhor me foi possível fazer...* Mas outro aspecto é mais incisivo na demonstração de pequena estabilidade e permanência adquiridas pelos escritos. O equívoco! Entendo a equivocidade do escrito ao menos em duas acepções. Primeiramente, sucedendo com aquele que escreve quando quer escrever algo e sai *outra coisa*, pois nunca sabemos onde isso vai nos levar. Secundariamente, no endereçamento que toda escrita realiza, o outro lê o primeiro e necessariamente comete uma traição. De qualquer forma, na escrita, o equívoco apresenta um estatuto privilegiado, deixando um rastro inequívoco de sua presença, que precisa ser apagado, rasurado, etc.

Normalmente celebramos o surgimento dos traços que as crianças, nossas e dos outros, vão estabelecendo como uma materialização de si mesmas. Como se, na representação que vão fazendo, do espaço de seu corpo, de um entorno qualquer, elas mesmas fossem saindo de uma indiferenciação para a qual ainda corríamos o risco de perdê-las. Traços no papel, na parede, no próprio corpo, não

18 Quando solicito aos alunos da graduação para que desenhem uma figura humana – como elemento para estudarmos as representações do corpo – sempre referem como são infantis seus

importa a superfície, vão se configurando até formarem uma assinatura, *assinando embaixo* a procuração passada. Lembro de uma menina de dois anos que, depois de algumas sessões, produzia traços na folha, antes em branco, onde a cada risco iluminava-se em um êxtase, somente a tempo de retornar a um novo traço, e a outro, a outro... todos muito próximos um ao outro, mas ao mesmo tempo únicos.

Ao contrário do que afirma o provérbio *Scripta manent, verba volant*¹⁹, Lacan em seu seminário sobre “a carta roubada” escreve: “os escritos carregam ao vento as promissórias em branco de uma cavalgada louca. E, se eles não fossem folhas volantes, não haveria letras roubadas, cartas que voaram”. (LACAN, (1955) 1998, p.30) A palavra falada, a quem normalmente atribuímos pequena permanência e maior volatilidade, pode infundir marcas tão nítidas que persistem ao longo de uma vida, ou mais. Quem não ainda *escuta* certas expressões da infância que ressoam desde um tempo em que ainda éramos essencialmente falados pelo outro? Assim como o escrito ocupa uma posição volante, passageira, o nome próprio apresenta o mesmo estatuto, pois, enquanto incessante suporte para um deslizamento de significações, desempenha a função de realizar uma completude sempre remetida ao fracasso em tornar-se plena. Espero trabalhar nas imbricações entre escrita e nome próprio, procurando estabelecer relações entre o que a clínica e a teoria psicanalítica apresentam.

Lacan, em seu seminário sobre a identificação, na aula de 20 de dezembro de 1961, coloca: “...a característica do nome próprio é que está sempre mais ou menos ligado ao traço de sua união, não ao som, senão à escrita”. Será sobre a escrita do nome e em suas variadas formas de leitura que incidirá minha escuta.

traços.

19 A escrita se mantém e a palavra falada, o verbo, voa!

Quando permito ao objeto falar por si mesmo, percebo que não analisarei exaustivamente, nem estritamente, as formas da escrita do nome próprio, o que poderia, em um extremo, levar-me a uma pedagogia da escrita, para o que não tenho competência. Não estou orientado para um preenchimento do nome, sequer penso em lhe fazer veneração, apostando na prótese de uma caligrafia. Se um nome indica a tentativa em dar volume, através das letras que compõe seu corpo, creio necessário deixar aberta a leitura dos efeitos que as falhas anunciam e permitir, em um corte, que as bordas dessa textura revelem-se. Impasses e questões podem surgir na escrita, propriamente dita, do nome, mas não somente. Penso que já há escrita do nome muito antes do acesso formal às letras do alfabeto. As garatujas, nas esculturas em massa de modelar ou nos desenhos que a colher vai deixando na *papinha* já estão modelando um sujeito que vai advir. Contudo, o mais usual é esperar a entrada na pré-escola ou mesmo a 1ª série para a explicitação dos percalços de uma criança que não calça seu nome.

Então, se em um determinado momento faz-se necessário, para surgir algo de um sujeito, que se estabeleça a escrita do nome próprio enquanto impressão, para que o próprio do nome faça lugar, impõe-se a escrita do nome próprio enquanto inscrição. Utilizo o prefixo *de*²⁰ para expressar que o sujeito a que me refiro é efeito da inscrição que se realiza. Inscrição de sujeito, mas sujeito da inscrição. “Não é talvez tanto sobre o *eu* que o acento deve ser posto, isto é, sobre o que *eu* possa proferir, mas sobre o *de*, quer dizer, sobre o de onde vem isso, esse ensino de que sou efeito.” [LACAN, (1972-1973) 1985, p.40]

20 ETIM prep. Lat. *de*’ procedente de, a partir de, depois de, à custa de, feito de, por causa de, acerca de etc., valores contextuais da prep. Que, como el. Estruturador, precede um determinante (voc., snt., oração) e o relaciona a um determinado voc., snt., oração), para definir, no espaço ou no tempo, o ponto de partida ou de origem da relação; fora do espaço ou do tempo, define entre os el. Inter-relacionados noções de fonte, posse, dependência, causa (DHLP, 2001)

Pretendo demonstrar nos traços da escrita do próprio-nome **como um sujeito en/carrega** – suporta a incidência da letra, mas também as contorna - **as letras que o compõe**. É necessário *entreler*, ler nas entrelinhas da escrita do nome próprio algo de uma singularidade, articulando o universal da tradição com o particular de uma versão, para percebermos que não há insuficiência de linguagem, mas que é, justamente, ao deixar *cair letras* (BERGÈS & BALBO, 1997) que um sujeito pode advir. Então, se por um lado, é na escrita do nome que transparecem as posições subjetivas ocupadas no trânsito entre o nome próprio e o próprio nome, é em sua leitura que reside a condição para que a passagem se realize. Isto nos leva a pensar sobre as diferentes incidências de leitura sobre-o-nome e como processam-se os efeitos de sua transmissão.

Como, na escrita do nome próprio, os *nomes-de-família*, em um eixo horizontal, diacrônico, percorrem as gerações,²¹ os nomes paternos ou maternos que permanecem, os que ficam excluídos e o que se fala sobre isto, e de que forma, numa perspectiva vertical, sincrônica, o nome é tomado enquanto próprio, singular?

No âmbito preciso do romance familiar, pode-se pensar que o sujeito gera-se duplamente: surge como efeito de uma dúvida ou de uma questão sobre o pai e, no mesmo movimento, entrega-se ao mundo, entra de novo no mundo de uma forma singular, graças ao romance que reescreve a origem. [LE POULICHET, 1996, p.73]

Será nos traços do nome próprio que cada um pode recuperar os restos que caem da insuficiência do outro em resolver os enigmas da origem, abrindo-se, então, a possibilidade do sujeito posicionar seu nome numa ficção.

21 Aqui penso o tempo numa perspectiva lógica e não cronológica, não propriamente numa evolução das gerações.

Em toda enunciação do nome, há uma vertente imaginária que faz pregnância, terrena onde o nome produz um sentido capaz de ser traduzido, revelando a identidade do sujeito. O nome também está situado numa perspectiva simbólica, inscrevendo aquele que o conduz a um lugar na ordem da filiação. Muitos trabalhos acerca do nome situam-se em uma ou em outra vertente, especialmente na primeira. Contudo, para dar conta dos desdobramentos que o nome próprio oferece precisa-se abrir uma perspectiva terceira, através das rasuras do nome, dimensão daquilo que em Lacan toma a designação do Real.²² Cada uma das perspectivas nas quais o nome próprio pode ser tomado, encontra ressonância em formas de leituras específicas, onde a escrita do nome próprio será analisada no que ele guarda de uma *cifra* (ALLOUCH, 1995, p.187)

Esse, no momento, é o caminho pelo qual sou levado pelas questões expostas. Não tenho a plena convicção de que poderei resolvê-las. Talvez, mesmo, algumas delas não tenham ficado suficientemente nítidas ou, quem sabe, possam me levar para um beco sem saída. Agora que preciso sustentar teoricamente o que apresentei, baseando-me, sobretudo, nas elaborações já realizadas, persiste a sensação de que falar em nome-próprio exige, para encontrar algo, perder-se.

22 Pretendo trabalhar com este conceito posteriormente.

4. O SUJEITO ENTRE O SIGNO E O SIGNIFICANTE / AS INTERLOCUÇÕES COM A TEORIA NA CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Um pouco desolado, dir-se-ia, em trânsito. Entende-se, eu que estou em caminho, as velas cheias de palavras, sou também esse impensável ancestral de quem nada se pode dizer. Mas dele falarei talvez, e dos tempos impenetráveis em que eu era ele.

Samuel Beckett

4.1 Com Que Nome O Outro Me Chama?!

Se não importa quem fala²³, importa, certamente, que ***alguém me fale***. Há um tempo onde ainda não falamos, apesar de experiencarmos uma multidão de sensações. O bebê, entre outras coisas, chora, realiza alguns movimentos bastante limitados e desconexos, emite alguns sons. Sua mãe ou quem o cuida, realiza uma “leitura” sobre os sinais que o corpo de sua criança lhe dá e lhes atribui um sentido. Ela então diz, em palavras e atos, meu bebê precisa de comida ou água; ou seja “dá-lhe fome ou sede”.(BERGÈS & BALBO, 2002, p.27) Isso que era uma sensação

de desconforto, disforme, sem lugar ou nome, passa a adquirir, na linguagem da mãe, uma posição. A mãe, então, antecipa o que, supostamente ele *quer dizer*, vai lhe atribuindo o que ela supõe nele, devolvido agora através de uma palavra estruturante. Supõe que seu bebê lhe quer algo, como se estivesse a solicitar-lhe, necessitando dela. A mãe, pois se comporta, como se estivesse respondendo ao chamado de sua criança, ocupando-se em procurar atender essa demanda.

Nesse juízo de atribuição²⁴ a voz e o olhar, sobretudo, delineiam o corpo inscrevendo marcas de uma subjetividade, na medida em que *o sujeito pode advir quando alguém fala (n)ele e, com isso, o fale*²⁵. A mãe não tem certeza sobre o que enuncia seu bebê e então lhe atribui uma frase simbólica: *ele está com fome*. Desconhece o que vêm dele e por desconhecê-lo realiza uma *forçagem transitiva*, (BERGÈS & BALBO, 2002) atribuindo sentido e estabelecendo bordas, a partir de suas experiências, em torno das quais o bebê poderá comer, engatinhar, dormir, entre outros.

Aqui a criança representa para a mãe um signo, unívoco, sem distância entre o que a mãe antecipa e o que aquela vêm efetivamente experimentar. “A primeira definição que se pode dar de alguém é: alguém que é acessível a um signo. É a forma mais elementar (...) da subjetividade, mas não há ainda objeto, há outra coisa.” [LACAN, (1961-1962) - aula de 06 de dezembro de 1961]

23 Expressão que Michel Foucault toma de Beckett no texto “O que é um autor? Não encontrei o original, contudo em *O Inominável*, Beckett formula outras passagens como essa: “é uma voz, e ela me fala”. [p. 73]

24 O conceito de Behajung em Freud implica uma *afirmação* em contraposição à *verneinen* (negar). “O uso que Freud faz dos termos *Bejahung* e *Verneinung* enfatiza mais o papel do “sim” e do “não” como significantes” (HANNIS, 1996).

25 Michel Foucault (2000) dirá que na época clássica havia uma “linguagem muda, linguagem anterior às linguagens, era a palavra de Deus, dos antigos, a verdade, o modelo, a Bíblia, dando a esta palavra seu sentido absoluto (...) toda linguagem humana, quando queria ser obra, devia simplesmente retraduzí-la, retranscrevê-la, repeti-la, restituí-la.”

Então, primeiramente, a palavra fundadora de uma emergência de sujeito é uma palavra que suporta a designação do outro convocado a responder num circuito fechado de pura presença. O sujeito aqui é alguém, onde alguém é todos e nenhum, o que o outro quiser. O sujeito está condenado a permanecer prisioneiro dessa palavra, ao mesmo tempo instauradora e alienante? Ressoa inelutavelmente como uma marca definitiva, derradeira, que não permitiria outra versão ou contestação. Uma palavra com essa conotação remete à noção de permanência, de trauma, revivido sempre num tempo que se torna eterno presente, como aquilo impossível de simbolizar de outro jeito. Temos, desse modo, uma história enquanto monumental, que “igualará o desigual”, (Nietzsche, [1874] 1978 p. 61) impedindo a instalação de outra possibilidade para a herança de todos nós, condenando-nos à perpetuação do mesmo.

Entre um primeiro tempo do transitivismo da mãe, da formulação de uma hipótese sobre o que se passa com seu bebê, e a oferta do que supostamente lhe falta num segundo tempo, há uma colagem. Cria-se uma colusão²⁶ onde a mãe imagina realizar, efetivamente, o que sua criança precisa, e esta ocupa a posição de realizá-la em sua demanda. Se a mãe persiste na crença de poder completar o que falta naquele com quem se ocupa e permanece na ilusão de que tem tudo para dar, ocupa o lugar do outro, de semelhante para seu filho. Fazer-se aqui de semelhante é o que está implicado em toda intersubjetividade, que difunde as possibilidades de uma comunicação verdadeira. A verdade, sabe-se, é o todo. Jogar com o outro implica em um divertimento mantido às custas de um mútuo engano onde cada parceiro investe-se do que supostamente falta ao outro. Entretanto, qualquer

26 ETIM lat. *collusio*, *ōnis* ‘conluio’, rad. De *collusum*, supn. de *colludere* ‘jogar com; fazer conluio’, de *ludere* ‘jogar, divertir-se; gracejar, zombar, iludir, enganar. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

possibilidade de jogo estabelece seu gozo na perspectiva de um terceiro excluído, invalidado em seus efeitos. Se, contudo, joga-se com sua anulação, está-se na esfera de sua influência.

Aqui os processos devem, certamente, ser articulados como circulares entre o sujeito e o Outro – do sujeito chamado ao Outro, ao sujeito pelo que ele viu a si mesmo aparecer no campo do Outro, do Outro que lá retorna. Este processo é circular, mas, por sua natureza, sem reciprocidade. Por ser circular, é dissimétrico [LACAN, (1964) 1998, p. 196]

Se entre a leitura que a mãe realiza sobre o corpo de seu bebê e sua ação em atender-lhe o suposto pedido impõe-se o estabelecimento de uma simultaneidade, em um terceiro tempo, abre-se a perspectiva do que se apresenta enquanto diferença. Algo acontece “...o desejo de Outra coisa...” [LACAN, (1957-1958) 1999, p.188] e surge a dúvida que de assalto interroga a mãe acerca da adequação do que ela antecipava em sua criança. Já não é mais somente o filho em questão. A pergunta “*o que queres?*” não permanece mais centrada na criança, mas desloca-se para Outro lugar. Esse Outro permanece escrito maiúsculo na medida em que suporta uma função, podendo ser ocupada por inúmeros interlocutores com os quais vai-se tropeçando, figurando este lugar que nunca se alcança.

No momento em que a mãe volta-se para Outro, à criança permite-se entrada em um circuito de trocas. Não se entra aí por nada, pois nas trocas costuma-se empenhar algo de si quando já não se sabe mais quanto o Outro está disposto a pagar, se ele quer o que se tem para dar ou se tem o que esse quer. Passa-se a sujeito de troca por intermédio de uma forçagem, que Freud vai denominar recalque.

Em uma circularidade dissimétrica supõe-se três termos. Se quando tínhamos dois havia somente lugar para “alguém que é acessível a um signo”, com

um terceiro para o primeiro, abre-se a possibilidade de um sujeito ser segundo (a) o Outro. Em uma posição secundária, pois a questão formulada é o que move o primeiro em direção ao terceiro. “O Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito” [LACAN, (1964) 1998, p. 193 e 194] Em Lacan, portanto, podemos pensar algo de um sujeito enquanto efeito da presença do significante. Se o signo ainda situa-se na perspectiva de uma correspondência biunívoca, alternância recíproca de produção de semelhanças, “ser significante implica que esta função de unidade é justamente não ser senão diferença.” [LACAN, (1961-1962) aula de 29 de novembro de 1961]

O discurso do Outro inscreve o que há de sujeito em um determinado lugar, na cadeia significante, a partir do momento em que o Outro se encontra barrado pela impossibilidade de dizer tudo ou de encontrar aquele a quem poderia estar se referindo – o que leva Lacan a afirmar que não há Outro do Outro.

Se, então, não podemos dizer o que o significante é, porque ao fixá-lo ele já não é mais, isto não impede de pensarmos sobre sua operação. Pretendo percorrer articulações do significante com conceitos que me permitam pensar as questões apresentadas acerca da escrita do nome próprio. São eles, *rastro*, *traço unário* e *letra*. Vejamos como eles dão suporte material ao sujeito enquanto remetido a representar um significante a outro.

4.2 O rastro que a escrita do nome deixa

Lacan (1955-1956, 1985), no seminário sobre as psicoses, irá se referir ao rastro na areia deixado pelo pé de sexta-feira “com o que Robinson²⁷ não se engana”, ou seja, permite um reconhecimento de que não está sozinho na ilha. O rastro está no lugar daquele que o deixou marcado, impressão que transmite as características (peso, tamanho...) da matriz.

Freud situava em *Uma nota sobre o bloco mágico* [1924] (1976) que, ao registrarmos algo por escrito, poderemos “reproduzir (...) com a certeza de que terá permanecido inalterada”. Percebia, em contrapartida, o limite da superfície para guardar todas as anotações importantes e a possibilidade de “um traço permanente perder seu valor”. (Ibid, p. 285) A magia do bloco consistia justamente na possibilidade de uma superfície ininterruptamente disponível a novas impressões, e que fosse capaz de guardar todas as marcas anteriormente lá fixadas. Para isso ser possível, precisava-se contar com um mecanismo capaz de **apagar os traços**, dando lugar a um rastro e, ao mesmo tempo, mantendo os originais. No “bloco mágico” a escrita não era exercida através de um *depósito* de material que ficasse lá; consistia em uma marca através de um instrumento que calca, fundando uma *depressão*.

27 Do livro de Daniel Defoe, *As aventuras de Robinson Crusóé*.

Esse calcar não é efetuado diretamente, mas mediante o veículo da folha de cobertura. Nos pontos em que o estilete toca, ele pressiona a superfície inferior do papel encerado sobre a prancha de cera, e os sulcos são visíveis como escrita preta sobre a superfície cinzento-esbranquiçada do celulósido, antes lisa. Querendo-se destruir o que foi escrito, necessário é só levantar a folha de cobertura dupla da prancha de cera com um puxão leve pela parte inferior livre. O estreito contato entre o papel encerado e a prancha de cera nos lugares que foram calcados (do qual dependeu a visibilidade da escrita) assim acaba, e não torna a suceder ao se reunirem novamente as duas superfícies. O Bloco Mágico está agora limpo de escrita e pronto para receber novas notas. [FREUD, (1924) 1976, p. 288]

A impressão realizada sobre a *superfície inferior* é realizada indiretamente, através da folha de cobertura. Parece-me possível transpor o que Freud apresenta aqui sobre a escrita, propriamente dita, para o surgimento do sujeito. A mãe, a partir de algo que ela mesma experimenta como doloroso em sua criança, diz: *ele está com dor*, e **produz um corpo**, já não mais um aglomerado de carne e ossos, mas um corpo delimitado, aprisionado à uma sintaxe. A mãe escreve sobre o corpo da criança, inscrevendo-lhe traços que permitirão à criança contar-se como **umdivíduo**, inteiro. Manter-se como *Um*, contudo, significa estar colado a um discurso que lhe fica como interior, mesmo sendo proferido de um fora, Um no Outro. É preciso contar um, dois...três para que algo de um estranhamento se instale entre a mãe e sua criança. Enquanto se permanece no um-dois, da criança e sua mãe, há um relançamento contínuo do mesmo, a criança instaurada como demandando de sua mãe algo que ela tenha para dar. A *folha de cobertura* no modelo de Freud me leva a pensá-la como correspondendo ao código, ao qual a mãe está referida quando escreve sobre sua criança, obedecendo às leis de uma sintaxe. Em toda escrita que a mãe, ou quem lhe faz função, realiza no corpo infans, sem passar pela cobertura que faz o código, estabelece-se uma escrita enquanto impressão. Se pudermos falar aqui em escrita, de que escrita se trata?

Didi-Huberman, (1997), no catálogo de exposição *L'Empreinte*, ocorrido em 1997 no Centre Georges Pompidou, Paris, afirma que

O objeto saído de uma impressão manifesta uma aderência excessiva ao seu referencial de representação, que é também o suporte físico de sua constituição de objeto. A primazia material do contato, no processo de impressão, acha sua resposta visual e fenomenológica numa espécie de esmagamento tátil que o objeto visual nos impõe fatalmente, roubando nosso olhar – tendendo assim a decompor toda distância ótica para seus acidentes e suas singularidades morfológicas. É quase impossível falar em admirar tais objetos, tanto a distância e a mediação se encontram contaminadas por algo que Ernest Bloch chamou de ‘um espaço muito próximo’. [DIDI-HUBERMAN, 1997, p. 13]

Em toda impressão, há um ideal de restituição do objeto originário, onde, curiosamente, lustram-se as arestas, perseguem-se as imperfeições e pretende-se a duplicação do mesmo. Contudo, o objeto imprime no substrato o seu avesso, convexo produz côncavo, como o espelho que faz esquerda da direita.²⁸

O crucial de uma escrita na cobertura do código é que ela “se desvanece”, [FREUD, (1924) 1976, p.288] permitindo novos deslocamentos e um afastamento da impressão original. Se há um apagamento “no entanto, é fácil descobrir que o traço permanente do que foi escrito, está retido sobre a própria prancha de cera e, sob luz apropriada, é legível.”[FREUD, (1924) 1976, p.289] Certamente, em uma transposição para a escrita do sujeito, teremos dificuldades em encontrar a marca original no que toda origem apresenta de ficção. O que parece importante frisar é a legibilidade, senão original, do sujeito inscrito em um texto. Para tanto, torna-se necessário, apagar a marca impressa, apesar dela ser fundante, em um determinado momento, de um sujeito a se anunciar. “Não precisamos nos perturbar pelo fato de não se utilizar (...) dos traços permanentes das notas recebidas, basta que elas estejam presentes.” [FREUD, (1924) 1976, p.289] O que esta afirmação implica? Se

²⁸ Aqui poderia migrar para as questões e relações com a fase do espelho em Lacan.

estes traços não são utilizados (diretamente) para que basta que estejam presentes? Vamos ver como isso se resolve.

Podemos retornar ao que Lacan apresentava sobre “o rastro no que ele comporta de negativo”, retomando o que fica do objeto que partiu. O rastro remete ao objeto que deixou esta marca, está em seu lugar, presentifica uma ausência.

O significante pode estender-se a muitos elementos do domínio do sinal. Mas o significante é um sinal que não remete a um objeto, mesmo sob a forma de rastro, embora o rastro anuncie, no entanto, o seu caráter essencial. Ele também é o sinal de uma ausência. Mas na medida em que ele faz parte da linguagem, o significante é um sinal que remete a outro sinal. [LACAN, (1955 –1956) 1981, p.192]

Se o signo remete a um objeto, de quem depende e a quem representa, a sua própria existência revela a forma estreita com que afirma este objeto fundante. Vimos como esta afirmação do objeto se dá através de uma excessiva colagem com a superfície, o que leva Lacan a dizer que quando alguém é meramente acessível a um signo, não há ainda objeto.[LACAN, (1961-1962) aula de 06 de dezembro de 1961] Se, como Freud afirmava, *a presença do traço for suficiente* e não precisa ser utilizado, o é enquanto condição para a constituição do significante. Ou seja, o traço é necessário para que sobre ele constituam-se sinais com uma mobilidade somente encontrada no significante. Isso é possível porque o rastro estabelece âncoras, um suporte mínimo onde possam se enganchar, mais tarde, outros traços sem a fidelidade inicial ao objeto representado. É importante notar que esta colagem entre objeto e representação no rastro nunca é absoluta e permite sempre uma brecha que anuncia algo de uma diferença, pois, como vimos, a impressão nunca é exata.

No seminário 5, sobre as formações do inconsciente, Lacan retorna *ao que é um significante no nível elementar*.

Partamos do que é um traço. Um traço é uma marca, não é um significante. A gente sente, no entanto, que pode haver uma relação entre os dois, e, na verdade, o que chamamos de material do significante sempre participa um pouco do caráter evanescente do traço. Essa até parece ser uma das condições de existência do material significante. No entanto, não é um significante. A marca do pé de Sexta-feira, que Robinson Crusoe descobre durante seu passeio pela ilha, não é um significante. Em contrapartida, supondo-se que ele, Robinson, por uma razão qualquer, apague este traço, nisso se introduz claramente a dimensão do significante. [LACAN, (1957-1958) 1999, p. 355]

Se todo traço apresentar esse caráter de uma possível evanescência, parece que, em contrapartida, esbarremos na ordem de uma impossibilidade na operação de apagamento de todos eles. Algumas marcas permanecem puro traço para que o sujeito não se esvaia num excesso de simbolização. Feita essa ressalva, importa colocar que é na operação de apagamento que surge o significante. Apagamos quando algo está sobrando, fora de lugar, e quando já estamos remetidos a por outra coisa aí. “O significante como tal é algo que pode ser apagado e que não deixa mais do que seu lugar, isto é, não se pode mais encontrá-lo”. (LACAN, (1957-1958) 1999, p. 355) O fato de não mais podermos encontrar algo de uma origem do significante remete à inevitabilidade da ligação com outro significante, produzindo uma cadeia onde os termos se articulam. **O lugar vago permite o exercício contínuo de seu preenchimento.**²⁹ Não há mais lugar aí para uma essência do objeto que se perdeu. “Apesar de existir um texto, apesar do significante se inscrever entre outros significantes, o que resta após o apagamento é o lugar onde se apagou, e é também esse lugar que sustenta a transmissão.”[LACAN, (1957-1958) 1999, p. 355]

29 Essa substituição por outra coisa que o lugar vago permite é expresso na metáfora, ancorada sobretudo em torno das operações com o nome-do-pai. É justamente na medida em que algo do pai não comparece – se há o registro da falta, há uma inscrição – que se realiza sua função de transmissão.

A peculiaridade do texto produzido pelo significante, onde um termo está remetido a outro, produz um sistema de escrita passível de sofrer, também, a operação de apagamento. Não se trata, portanto, de letra morta, mas de um texto que comporta, através de deslocamentos e condensações, a transmissibilidade de novos sentidos e de outro lugar para o sujeito. O rastro que a escrita do nome próprio deixa, desvela aquilo que sobrou da operação de inscrição desse nome enquanto traço.

Continuando a desdobrar o apagamento do significante, algumas linhas abaixo, Lacan fala que “qualquer espécie de significante é por natureza, uma coisa que pode ser barrada”. (LACAN, (1957-1958) 1999, p. 356) Tomando uma expressão cara aos filósofos, segundo ele, dirá que a *Aufhebung* representa tanto uma anulação quanto a elevação a uma potência. (Ibid. 1999, p.356) “Há no significante, portanto, em sua cadeia e em sua manobra, sua manipulação, algo que está sempre em condições de destituí-lo de sua função na linha ou na linhagem – a barra é um sinal de abastardamento.” [Ibid. 1999 5 p. 356]

Quando apresentei, no início da dissertação, o caso de Everton, disse que uma frase da professora havia produzido nele um efeito, sendo que ele não mais se sentia filho daquela família. *Tu-não-pode-ser-irmão-de-Maria*, ficou instaurado enquanto significante, tomado como um sinal de abastardamento, destituindo-o da sua linhagem. Somente algo com o estatuto do significante pode, ao passo que é anulado, elevar-se a uma potência e permitir neste intervalo, que o sujeito vislumbre-se em sua verdade.

O traço passa a apresentar um maior desenvolvimento conceitual a partir do final do oitavo seminário, a *transferência*, e, sobretudo, no seminário seguinte sobre a *identificação*, quando Lacan fala em *traço unário*.

4.3 Um nome sempre apresenta um traço sobre-o-nome

Freud, no sétimo capítulo de *Psicologia de grupo e análise do ego*, denominado *identificação*, descreve as suas três formas de processamento. Dirá que inicialmente “um menino mostrará interesse especial pelo pai [...] como seu ideal”. [FREUD (1921) 1976, p. 133] Isso ocorre ainda num período, antes da eclosão do complexo de Édipo, quando é possível a convivência de “dois laços psicologicamente distintos: uma catexia de objeto sexual e direta para com a mãe e uma identificação com o pai que toma como modelo.” [Ibid, p. 133] Na segunda forma de identificação, Freud encontra no sintoma que a menina desenvolve, idêntico a de sua mãe, de quem lhe queria o lugar. “Deve também causar-nos estranheza que em ambos os casos a identificação seja parcial e extremamente limitada, tomando emprestado apenas *um traço isolado* da pessoa que é objeto dela”. [Ibid., p.135] No terceiro tipo de identificação “deixa[-se] inteiramente de fora de consideração qualquer relação de objeto com a pessoa que está sendo copiada.” [Ibid., p. 135]

Lacan mantém a expressão original do texto freudiano e dirá que “este einziger zug [traço isolado] é o caráter pontual da referência original ao Outro na relação narcísica.” [LACAN, (1960-1961) 1992, p. 344] Antes, eu dizia que o rastro

funciona enquanto um suporte mínimo sobre o qual se engancham novos traços sem o mesmo caráter de fidelidade ao original. Podemos perceber agora que só imaginariamente há uma semelhança com uma suposta origem. O imaginário não permite reprodução e tende a fechar-se num narcisismo primário, testemunhando “que a esfera tem tudo o que lhe é preciso em seu próprio interior. Ela é redonda, ela é cheia, ela é contente, ela ama a si mesma, e principalmente, não precisa de olho nem de orelha”. [Ibid., p.97] Não nos esqueçamos, contudo, que se, num determinado momento o sujeito precisa ficar com “a bola tão cheia”, como se diz, é testemunho de que algo, noutra lugar, caiu, traço de uma falta no Outro. É justamente com esse pedaço que o sujeito se identifica, tentando reencontrá-lo, encarnando-o.

Nas duas primeiras identificações apresentadas por Freud, há sempre uma ligação a um pedacinho do Outro, o que é suficiente. “A satisfação narcísica que se desenvolve na relação com o eu ideal [fonte de uma projeção imaginária] depende da possibilidade de referência a este termo simbólico primordial que pode ser monoformal, mono-semântico, *ein einziger zug*”. [Ibid., p. 344] Se, posteriormente, será possível ao sujeito tomar os traços marcados pelo Outro como um *ideal de eu*, abrindo-lhe a possibilidade de novas versões e a inclusão na ordem de uma filiação é na medida em que havia, inicialmente, este traço que permitia fazer *um*.

Lacan adverte no seminário sobre a identificação que *Um* não remete a uma totalidade. Se há uma suposta totalidade no Outro resgatamos Nele somente uma fração; o restante está perdido.

É a partir deste ponto, não mítico, mas perfeitamente concreto de identificação inaugural do sujeito ao significante radical, não do um plotiniano, mas do traço único como tal, que toda a perspectiva do sujeito como não sabendo pode se desenrolar de um modo rigoroso. [LACAN, (1961-1962), aula de 22 de novembro de 1961]

A unidade, aqui em questão, o sujeito ocupa inaugurando mais uma de uma série: um mais um mais um mais... As formas do sujeito se movimentar em relação ao saber, dependerão da maneira que estiver articulado em relação ao desconhecimento radical do que lhe tornou possível surgir enquanto termo de uma combinatória que o *um* inaugura. Entenda-se bem, “o preceptor escreve o 1 assim, com uma barra ascendente que indica, de alguma forma, de onde ele emerge,” [Ibid., aula de 29 de novembro de 1961] o que situa o *um* [1] sob o efeito de uma barra. O *um* [1] sob a barra incide sobre o que possa haver de sujeito aí, na forma de uma divisão. **O sujeito barrado ocupa seu lugar, sob o traço da fração, na posição de denominador.** Pode, a partir daí, exercer a possibilidade, também, de nomear. Dessa forma, compreendo a afirmação de Lacan citada anteriormente, de que o lugar onde se apagou é que sustenta a transmissão. Deixa-se a posição onde correspondíamos inteiramente à nomeação quando àquele que nomeia faltam palavras para nos dizer todo ou tudo. Amparado nesse pequeno traço inominável, preciosa herança, o sujeito pode, por sua vez, lançar-se a dar nome às coisas, mesmo que dependa, no que se refere a si mesmo, do chamado do Outro, face à impossibilidade em nomear-se.

Trabalhando com o conceito de Einziger Zug, Lacan introduz, ao invés de traço único, unário. Falará de sua surpresa ao encontrar, no museu Sain-Germain, na costela de um mamífero do período Magdaleniano quarto, a impressão de “uma série de pequenos bastões”, possivelmente representando animais mortos em diferentes caçadas. Traços, cada qual marcando uma caçada em sua especificidade e diferença e, concomitantemente, a semelhança de uma série.

Desta permanência do sujeito, eu lhes mostro a referência e não a presença. Pois esta presença não poderá ser apreendida senão em função desta referência: eu a demonstrei, designei a última vez neste traço unário, nesta função do bastão como figura do um enquanto ele não é senão traço distintivo, traço justamente tanto mais distintivo porque dele está apagado quase tudo o que o distingue, salvo ser um traço, acentuando este fato de que mais ele é semelhante, mais ele funciona, não digo como signo, mas como suporte da diferença. [Ibid., aula de 6 de dezembro de 1961]

Entre a pegada de *um* passo – *trace d'un pas* – e o seu apagamento – *pas de trace* – utilizando a partícula da negação na língua francesa, surge um sujeito não mais único, mas unário. [Ibid., aula de 06 de dezembro de 1961] Enquanto submetido à alienação, ao representar um signo para alguém, somente podia-se contar um. Agora, “quando esse significante, esse um, é instituído – a conta é *um* um. É ao nível não do um, mas do *um* um, ao nível da conta, que o sujeito tem que se situar como tal.” [LACAN, (1964) 1985, p. 135] O traço, ao se apagar, possibilita ao sujeito iniciar a conta. Curioso, entretanto, é que esta conta não fecha, não pode fechar por que o sujeito nunca conseguirá contar-se a si mesmo. Este é o preço pago para não se ficar prisioneiro a representar um signo para alguém, tentadora miragem de uma unidade. Se enquanto for refém do signo, o sujeito não sabe que ele é, sob o significante, o sujeito, se sabe que é, não sabe o que é. O que há de unário no traço apagado é que a fidelidade à impressão original não mais é recuperável. Daí, o “paradoxo da alteridade radical designada pelo traço” [LACAN, (1961-1962) aula de 13 de dezembro de 1961] no sujeito, pois se há a tentativa em duplicar, na íntegra, o traço de onde se partiu, ele é um traço caído.³⁰ Representando um signo para alguém, fica-se tomado pelo ideal de esgotar, na colagem ao pequeno traço, o outro, sendo-lhe idêntico. É preciso que algo de um

³⁰ Nos encontramos, efetivamente, na possibilidade de, a partir de um mínimo resto, estarmos inteiramente implicados nele. Lembro aqui os desdobramentos na reconstituição do DNA, a partir da saliva impressa num toco de cigarro jogado fora, para definição da paternidade, notícia que teve circulação em diversas mídias. É outra coisa quando nos enganchamos no resto de outro.

sujeito caia enquanto sinal representativo e instaure-se o que Lacan chamou de signos daquele que muda [*signes du changeur*]:

Estes signos são precisamente o que eu levei vocês a articularem como os significantes, isto é, esses signos operam propriamente pela virtude de sua associatividade na cadeia, de sua comutatividade da função, de permutação tomada como tal. [LACAN, (1961-1962), aula de 13 de janeiro de 1961]

Nesses sucessivos encadeamentos, o sujeito não mais representa alguma coisa para alguém, mas encontra-se no intervalo entre as operações. Se “o primeiro significante é o entalhe, com o qual se marca” [LACAN, (1964) 1985, p. 135] a diferença entre um animal morto e um outro, o sujeito só é possível, porque o significante primordial não está completo, ele próprio marcado por um desconhecimento que faz mover-se em direção a um segundo significante que poderia fechar a conta.

O sujeito aparece primeiro no Outro, no que o primeiro significante, o significante unário, surge no campo do Outro, e no que ele representa o sujeito, para um outro significante, o qual outro significante tem por efeito a afânise do sujeito. Donde a divisão do sujeito – quando o sujeito aparece em algum lugar como sentido, em outro lugar ele se manifesta como fading, como desaparecimento. [Ibid., p. 207]

O sujeito surge justamente no momento em que a marca deixada pelo significante unário apaga-se, quando este não fixa mais o signo, mas lança-se adiante. O próprio significante apaga-se na medida em que não se pode mais recompô-lo ou preenché-lo e acontece um radical rompimento do sujeito com aquilo que, em um primeiro momento, o fazia acessível a um signo e lhe possibilitaram as primeiras consistências. O sujeito surge enquanto dividido entre dois significantes e tenta, em vão, compreender o que os vincula, pois ele mesmo está jogado aí como valor de troca. Saber acerca de sua essência, lhe está vetado, o que não impede em perscrutar sobre as circunstâncias de seu lugar e, se não se pode mais ser aquilo

que foi apagado do significante primordial, eventualmente, pode-se ter um substituto a oferecer.

Para trabalhar melhor essa questão do sujeito remetido ao significante, pode-se partir do jogo de posições da mãe com sua criança. A mãe que supõe uma demanda em seu filho e que tem para lhe dar o que supostamente pede, não permite distância mínima que possibilitaria a essa criança realizar uma eventual recusa à oferta. A dádiva permanece como infalível, sempre realizando uma amálgama sem brecha.

Ao responder assim à demanda a mãe abole no seu filho a força de seu significante unário (...) ela , no lugar do significante binário de seu filho, quer dizer, no lugar em que ela está certa de produzir uma afânise subjetiva no seu filho, que terá com certeza um eu (moi) sólido, mas não terá acesso à divisão fundadora do sujeito. [BERGÈS & BALBO, 2002, p.78]

Ao se colocar enquanto significante binário, virtualmente, antecipando-se sempre ao que faltaria à sua criança, ela mesma tenta furtar-se à incidência do significante unário, naquilo que ele apresenta de apagado. Nesse giro, ocupando o lugar daquele a quem se dirige na falta, obtura-se a sua própria divisão. Instituído-se no espaço daquele a quem estaria remetida num apelo por realizá-la naquilo que se apresenta como faltante, retira-se desse lugar algo de sua função. Isso não fica sem conseqüências para o sujeito.

É no que seu desejo [da mãe] está para além ou para quem no que ela diz, do que ela intima, do que ela faz surgir como sentido, é no que seu desejo é desconhecido, é nesse ponto de falta que se constitui o desejo do sujeito. (...) O sujeito retorna então ao ponto inicial, que é o de sua falta como tal, da falta de sua afânise.[LACAN, (1964) 1985, p. 207]

É neste desconhecimento a si mesmo do significante primordial, que o sujeito se engancha, percorrendo o caminho que realiza, remetido ao próximo

significante como sendo aquele que apresenta a resposta à pergunta: o que queres? É pelo fato dessa pergunta nunca ser respondida satisfatoriamente, que o sujeito se move atento às características e ao estilo que mobilizam o significante unário em face da sua alienação. O saber que pode ser entregue pelo significante binário sempre é circunstancial e parcial. “É na medida em que o sujeito vem a representar sua parte e jogar sua partida na separação, que o significante binário, o *vorstellungsrepräsentanz* é *unterdrückt*, cai por baixo”. [Ibid., p. 208] Ao encontrar-se representado junto ao significante binário, procurando enganchar-se naquilo que seu saber teria a oferecer como resposta à demanda do significante unário, o sujeito se encontra capturado no caráter movediço desse saber sempre mutante. O sujeito tenta capturar o sentido expresso na ligação de um significante a outro, e é o próprio sujeito que fica capturado nessa fixação de um sentido que se esvai.

*Trata-se justamente de ver por que algo deste sujeito que desaparece por estar surgindo, produzido por um significante para imediatamente se apagar num outro, como em algum lugar este algo pode se constituir, que pode no limite se fazer tomar no final por uma *selbstbewusstsein*, por algo que se satisfaz em ser idêntico a si mesmo. [LACAN, (1968-1969), aula de 13 de novembro de 1968]*

4.4 Onde está a letra que “falta”?

O texto que abre os Escritos de Jacques Lacan, *O seminário sobre “A carta roubada”*, foi proferido em meados de maio a agosto de 1956, introduz, de forma mais sistemática, a *função da letra*. Parte do conto de Edgar Allan Poe, de mesmo nome. Uma primeira cena: A Rainha recebe uma carta que lhe causa um embaraço no momento em que o Rei adentra seus aposentos. Algo há, na carta, que possa

comprometê-la e tenta ocultar seu remetente, virando-a. O ministro que havia entrado a tempo de dar-se conta desse movimento surrupia, aos olhos da Rainha, a carta, deixando outra no lugar.

A segunda cena acontece no gabinete do ministro entre este e Dupin (encarregado de descobrir a carta que a polícia tentou ao longo de dezoito meses, em vão, encontrar). A carta, repetindo o estratagema da Rainha, foi deixada à vista de todos e *maquiada* para parecer algo sem importância. O olhar de Dupin a encontra e, oportunamente, “substitui-a por seu simulacro”, [LACAN, (1966) 1998, p. 14-16] deixa o Ministro na mesma posição em que antes este havia deixado a Rainha “O que aqui descrevo muito sucintamente, na tentativa de manter somente os elementos formais, apresenta o risco da simplificação”. Lacan percebe que em nenhum momento se explicita o conteúdo da carta, “não é apenas o sentido, mas o texto da mensagem que seria perigoso pôr em circulação, mais ainda quanto mais anódico ele parecesse”. O que importa na carta/letra³¹ é que em sua passagem de mão em mão ela vai produzindo posições discursivas. Os atores em jogo vão alternando lugares dependendo da forma a que estão remetidos, não ao outro, mas à carta/letra.

É que só se pode dizer que algo falta em seu lugar, à letra, daquilo que pode mudar de lugar, isto é, do simbólico. Pois, quanto ao real, não importa que perturbação se possa introduzir nele, ele está sempre e de qualquer modo em seu lugar.[LACAN, (1966) 1998, p. 28]

É no momento em que algo é apagado e permanece somente seu lugar que acontece a incidência do simbólico e a instauração do significante. Vimos como esta operação de apagamento acontece com o traço e podemos perceber que a letra guarda com o traço este ponto de conexão, a possibilidade em ser apagada. Se

sobre a letra pode recair a incidência do simbólico, ela encontra-se aqui posta do lado do real, que *está sempre em seu lugar*, impossível de ser desalojada.

No texto *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*³², Lacan define que devemos tomar a letra “ao pé da letra”, ou seja, de forma literal, como “suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem”. [LACAN, (1966) 1998 p.498] A materialidade da letra lhe auferiu uma visibilidade ao mesmo tempo em que ela exerce influência sem que alguns nunca a vejam (como no conto de Poe, o Rei) ou mesmo que ninguém a veja em seu conteúdo. In/visível, a letra joga com sua incidência, tanto mais, quanto mais apagada estiver, o que não quer dizer que ela em algum momento deixou de estar sempre lá, enquanto rastro do traço inscrito. Neste texto, a letra está colocada como “estrutura essencialmente localizada do significante”. [Ibid., p. 505] Se o significante tem como característica sua associatividade e constante permuta, a letra parece retornar sempre no seu lugar, mesmo lugar, pois encontra-se destituída de toda significação. As aproximações e diferenças entre letra e significante talvez fiquem melhor explicitadas em uma passagem do seminário sobre *A identificação*. Ao falar sobre o automatismo de repetição, Lacan fala em um ciclo, que retorna sempre sobre sua unicidade.

Se designa por um certo significante que sozinho pode suportar (...) uma letra, instância da letra no inconsciente, este grande A, o A inicial enquanto é numerável (...) o comportamento se repete para fazer ressurgir este significante que o é como tal, este número que ele funda. [LACAN, (1961-1962), aula de 13 de dezembro de 1961]

Pode-se depreender daí que a letra não é *um* significante, mas que os significantes em sua dança procuram retornar e fazer ressurgir esta letra, já fixada

31 Letter tem em francês, ao menos duas acepções, de *carta* e *letra*.

32 Conferência originalmente proferida em 14 e 26 de maio de 1957.

em seu lugar por um número a lhe designar. Se este grande A guarda uma aproximação possível ao significante é na medida em que pode suportar, em receber algo de fora. Os significantes têm como característica estarem imersos em um encadeamento onde a fixidez não é possível, pois seu valor muda constantemente a cada nova conexão. A letra parece fixar-se radicalmente naquilo que está fora, permanecendo pura exterioridade. A articulação significante expressa no comportamento errático de todos nós, pretende fazer ressurgir “este significante que o é como tal, este número que ele funda”. Justamente por que “só o número está perdido para o sujeito”[Ibid., aula de 20 de dezembro de 1961] que podemos errar, submetidos ao acaso da cadeia significante.

No seminário XVIII, *De um discurso que não seria do semblante*³³, em *Liturerre*, Lacan retorna sobre a Letra, acrescentando uma série de precisões importantes. Fala acerca do conto de Poe, *A carta roubada*, dizendo que no escrito não é a mensagem que importa, mas o próprio substrato, o material sob o qual se inscreve. Como no conto de Poe é a letra/carta, não seu conteúdo, que produz efeitos indelévels naqueles que são tomados como seus destinatários. A leitura desta letra/carta, em seus aspectos formais, exige uma operação que a transforma, “desliza de *a letter* a *a litter*, de uma letra, traduzo, a uma porcaria”. [LACAN, (1971), aula de 12 de maio de 1971] É essa a dimensão da letra, de se transformar em resto de um enigma que o *saber em fracasso da psicanálise* pode ler.[Ibid.] O que há para ser lido naquilo que o escrito apresenta como enigma não se encontra na mensagem do texto (ou ao menos não só, para fazermos alguma concessão ao sentido impregnado em cada curva da frase). A letra apresenta de si *aquilo que não está lá* [Ibid.], uma promissória que só está em branco, porque já foi assinada e, por

isso, é capaz de sustentar qualquer valor atribuído. Entenda-se bem, a assinatura está lá, e o que pode ser alterado em seu valor são as linhas de cima; o significante muda e a letra permanece.

Para entender de que permanência se trata aqui, Lacan resgata a importância da *rasura* da letra, “único traço a aparecer por operar (...) seu relevo nessa latitude no que se chama a planície (siberiana)” [Ibid., p.116] A *planície* recoloca aqui, sob uma forma correspondente, a questão do sujeito enquanto superfície não fechada. A esfera, o círculo como figura, representa *alguém acessível a um signo*, indicação de uma superfície sem bordas, mas com fronteiras definidas entre um dentro e um fora. Não é possível pensar o sujeito dentro de uma perspectiva do duplo, onde “a fronteira, a separar dois territórios, só tem um defeito, mas ele é grande. Ela simboliza que eles [os lados] são a mesma coisa (...) para qualquer um que a atravesse.” [Ibid., p. 112] Se posso seguir o caminho de Lacan, minimamente, em sua topologia, ela permite ver o sujeito como uma superfície aberta onde não há dentro ou fora³⁴. Freud já havia demonstrado em seus estudos sobre o sonho, por exemplo, que no inconsciente, em algumas leituras, algo das profundezas está à mostra.

O sujeito é constituído enquanto efeito do jogo significante, quando se rompe a estrutura fechada do círculo de todas as dualidades e realiza-se a abertura para o corte de um terceiro.

33 Publicação interna do Centro de Estudos Freudianos de Recife.

34 Como Lacan demonstra com a fita de moebius, onde se passeia por cima e por baixo e continuamos sempre na mesma face.

O significante é corte e que este sujeito e sua estrutura temos de fazê-lo depender do significante (...) o sujeito tem a estrutura da superfície (...) é o corte que podemos conceber, tomando a perspectiva topológica, como engendrando a superfície. E isto é muito importante. Porque, no fim das contas, talvez seja ali que possamos apreender o ponto de entrada, de inserção do significante no real. (...) O real é aquilo que volta sempre ao mesmo lugar. (...) O real enquanto distinto do significante, é o mesmo. Em outros termos, só o real fecha o corte. (...) Imediatamente após o traço, o significante toma esta forma que é, propriamente falando, o corte: o corte é um traço que se recorta, é somente após se fechar sobre o fundamento, somente se cortando, que ele encontrou o real. [LACAN, (1961-1962), aula de 30 de maio de 1962]

O significante é o que marca com sua descontinuidade e, propriamente, cria uma superfície delineada. Qualquer corte estabelece uma fenda no tecido cortado, inaugurando bordas e volumes. As inúmeras formas que vão se constituindo formulam uma sintaxe com seus sinais que se destacam. O significante é superficial, em si mesmo não significa nada, “o semblante por excelência”[LACAN, (1971), p.117] e só faz consistência ao fixar-se num sentido que lhe preenche o volume, inflando o eu. *A inserção do significante no real* acontece quando “a letra que faz rasura [realiza a] ruptura do semblante que dissolve o que fazia forma, fenômeno, meteoro.” [Ibid., p.118]

O significante faz semblante na medida em que não apresenta uma *natureza* ou a possibilidade de fixá-lo a um referente que o representaria. Os significantes não têm dono, e mesmo que possam fixar residência temporária, estão continuamente ligando-se a outro lugar. Quando apresentamos a definição que Lacan dava do significante como representando o sujeito para outro significante, vimos como o sujeito não poderia tranquilizar-se sabendo, agora, onde se encontrar. À medida que o sujeito, enquanto efeito, se produz, ele se eclipsa, submetido à promiscuidade significante, sempre móvel. O sujeito constitui-se como efeito discursivo onde “tudo que é discurso só pode se dar por semblante”. [Ibid., p.11] Isso não impede que se possa saber algo acerca do sujeito em seu *efeito de verdade* “no momento em que o

discurso, enquanto representante da representação, é dispensado, desqualificado”. [Ibid., p.10] A possibilidade em aceder *um discurso que não seria do semblante* se dá nos termos daquilo que está fora de sua superfície, submetida à impossibilidade de produzir efeitos de sentido? Lacan irá situar esse impossível de simbolizar na sexualidade. O homem e a mulher constituem-se como tais quando confrontados com aquilo que não se é, e é deste lado que se coloca o falo, que viria completar cada um. A identificação ao sexo de cada um necessita mais que uma fronteira a dividir os territórios do homem e da mulher. A castração é impetrada quando o sujeito ocupa seu lugar, referido ao que está do lado do outro. O que está do outro lado, aquilo do qual o Outro goza, “o real do gozo sexual,” é algo interdito ao sujeito, apesar de haver acesso ao “gozo sexual enquanto este é coordenado, enquanto este é solidário a um semblante.” [Ibid., p.24] Então, se pode haver gozo no campo do discurso, não pode haver relação com aquilo com que o Outro goza, - e cada um persegue – pois isso sempre escapa a um sentido, apesar de poder ter acesso a uma significação.

O que de gozo se evoca ao se romper um semblante, eis aí o que no real (...) se apresenta como embarrancamento (...) do significado, ou seja o que agradou do semblante na medida que é isso que faz o significado. [Ibid., p.118]

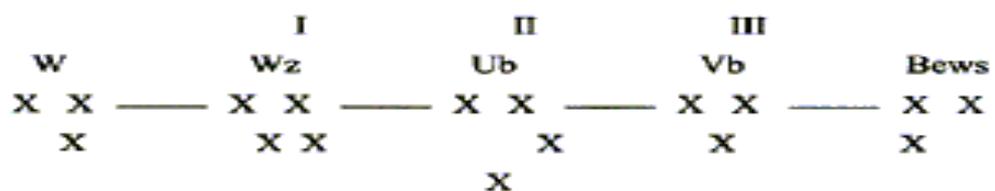
O que há de gozo no rompimento do semblante é a correspondente constituição de um saber acerca daquilo que o Outro procura. Tomo o *embarrancamento* como um emparedamento, a colocação contra a parede, a fixação de um saber capaz de captura disso que no Outro faz cada um correr atrás não se sabe exatamente do quê. O analista, ao ler, não pode permanecer encastelado no gozo do desvelamento do significado, pois a letra não lhe pertence. A cada vez que tomamos uma leitura feita e a tornamos demasiado preciosa, como se

compreendêssemos, enfim, o enigma do sujeito, corremos o risco de perpetuá-lo na repetição dessa letra. Ao ler a letra, devemos jogá-la no lixo. Sempre, em uma operação simbólica, há uma parte não simbolizada, uma queda de real, ou seja, há sempre mais a ser simbolizado, o que não se esgota.

A letra tomada ao pé da letra é o que faz *litoral entre o gozo e o saber* e permite a aproximação desse resto que caiu do sujeito, instituído pela corte na plenitude do real. A partir de então, o que faz falta, do resto, passa a ser buscado no Outro. É no corte do significante que se cria uma borda capaz de penetrar naquilo do real que escapa e que *não cessa de não se inscrever*. A rasura da letra adquire sua importância ao revelar, no fracasso de um saber, a queda do semblante, por onde se *entrelê* “o traço que designa o sujeito”. [Ibid., 116]

4.5 A Leitura da letra

Na carta que escreve a Fliess, em 06 de dezembro de 1896, Freud apresenta o aparelho psíquico articulado como um texto, sujeito a *retranscrições*. O nível *W* (*Wahrnehmungen*) corresponde à pura percepção e “não retém nenhum traço do que aconteceu”.



Estamos aqui no plano da atualização, da ata de fundação de um texto que pode, só depois, ser retranscrito. Justamente na medida em que a essa ata, em si mesma, não se pode retornar *ipses literes*, é que não se para de voltar a ela, modificando-a. Não há nada, portanto, que nos dê suficiente consistência em alguma origem a qual nós poderíamos remeter em um encadeamento evolutivo. O sujeito desse aparelho psíquico peculiar deve ser tomado aqui, inicialmente, como situado em uma posição de exclusiva passividade ata/do textualmente ao script que deve seguir. A atualização, o ato em seu sucessivo transbordamento, não se encontra do lado do sujeito aí alienado, mas fora dele. No nível *W* existe a impossibilidade de estancar a percepção, materializando de alguma maneira o que, afinal, foi percebido. O objeto [da percepção] escapa sempre, mas atu/aliza-se ininterruptamente.

É face à impossibilidade do registro da semelhança que o aparelho psíquico, neste momento, constitui-se enquanto texto, textual, ata de fundação.

É preciso abandonar qualquer pretensão a ser textual para aceder o ser sexual, dividido. Para que isso aconteça, algo cai da percepção. A ata de fundação, de onde nenhum traço é retido daquilo que aconteceu, apresenta-se como exterioridade. Ponto mítico que se funda e ao qual só podemos retornar a partir de um segundo registro. Se não podemos acessar a origem, impermeável ao sentido derradeiro, é justamente na medida em que o objeto, em sua atualização, presentifica-se incessantemente. Não há nada na origem, inicialmente, pois a presença absoluta é insuportável, árida e mortífera. Apenas quando sobre o objeto produz-se “o apagamento, a destruição absoluta de todas essas outras emergências” [Lacan, (1960-1961), 20.12.61] enunciadoras, e cai transformado em

resto, funda-se uma ata, a partir do ato da leitura. Esse movimento é retroativo e estabelece o quanto o script “esperava para ser fonetizado” [Ibid] introduzindo aí a diferença. O texto das *wahrnehmungen* está escrito como estão aqueles sobre os quais percorremos o olhar, sem que possamos “entrar” neles: sólidos e intransponíveis, os caracteres erráticos da pura percepção apresentam-se indecifráveis. Se houvesse um tempo onde não tivéssemos outro código a nos amparar, perderíamos nosso olhar, roubado pela absoluta presença da ausência. Assim, quanto menos inteligível o texto, mais sagrado se torna.

Se Freud pensa o modelo do aparelho psíquico na carta 52 como um texto passível de retranscrições, ele não o faz somente a partir dos registros das percepções, mas já desde o nível *W*. A passagem da percepção para seu registro ocorre essencialmente através da perda de todos os traços enunciadores do objeto menos um, tão distante quanto possível para não lembrar mais da origem, ao facultar a sobreposição de outro traço. Se até então o que de sujeito pudesse haver nesse momento estava à deriva, com a associatividade dos caracteres, encontra-se ata/do ao “registro escrito de uma obrigação contraída [com] alguém”, (Definição de *Ata* do DHL) cada vez mais à medida que se avança, refém das letras, agora permutáveis.

O exercício crucial na passagem do nível *W* para *Wz* [*Wahrnehmungszeichen*], a indicação de percepção, é realizado quando se passa da impossibilidade de registrar algo, pois tudo é presença e atualização, para o anúncio da ausência, onde já não se tem mais acesso ao objeto, ele mesmo. É nessa condição que uma dívida é contraída, a partir da falha introduzida só num segundo tempo, quando os registros da percepção criam o endereçamento ao destinatário de

uma mensagem e o sujeito fica então acessível ao reconhecimento suposto a um outro.

Em um primeiro tempo, o texto das *Wahrnehmungen* pode ser situado como o script que ainda não aprendeu a ser escrita e que *não cessa de não se reproduzir* enquanto idêntico. Tempo pertinente ao que Freud citava no Bloco Mágico [1924] (1976), quando referia-se à reprodução de um traço “com a certeza de que terá permanecido inalterada”.

Como estar ininterruptamente disponível a novas impressões e, ao mesmo tempo, ser capaz de guardar todas as marcas anteriormente estabelecidas? Um mesmo traço passa a ter um outro valor, o que destitui o vínculo estreito que o articulava a um determinado referente, e perde-se a fidelidade da representação. A partir do segundo tempo o que era script aprende a se tomar enquanto escrita quando ela “se desvanece”, [FREUD (1924) 1976, p.288] permitindo novos deslocamentos e um afastamento da origem. Se há um apagamento ou um deslizamento “no entanto, é fácil descobrir que o traço permanente do que foi escrito está retido sobre a própria prancha de cera e, sob luz apropriada, é legível”. [FREUD (1924) 1976, p.289]

A ausência de traço da *Wahrnehmungen* explicita-se quando no bloco mágico o escrito, que denomino aqui de script, é apresentado enquanto permanente. É a escrita tomada fora da história, sua permanência atemporal, monolítica, de onde não resta nada, nenhum traço. No esquema do Bloco – que amplia o diagrama da carta - a passagem de *W* para *Wz* e para os níveis seguintes realiza-se através de operações de leitura. O traço perde sua fixidez, que o fazia *nenhum*, e sob novas luzes – surge um olhar que lê! As passagens subseqüentes, de *Wz* para *Ub* e para

Vb, constituem-se através de novas qualidades nesta leitura que se inaugura de W a Wz. A operação de leitura fixa uma **permanência só depois**, a partir de outro que com sua leitura produz a inscrição de sujeito.

O ato da leitura – “o ato está na leitura do ato” [Lacan, (1967-1968) 22.11.67] – antecipa a ata sobre a qual, no futuro, se debruçará. Para tanto torna-se necessário retornar sobre o traço, em um movimento de repetição de uma marca a ser fundada, produz-se um sujeito a se anunciar. “Não precisamos nos perturbar pelo fato de não se utilizar (...) dos traços permanentes das notas recebidas; basta que elas estejam presentes” [FREUD, (1924) 1976, p.289] para serem lidas. Mas como algo pode ser lido se não há, ainda, escrita? A escrita, assim como o sujeito, é resultado de uma antecipação. Aquilo que no infans expressa-se enquanto uma experiência sem registro, como no choro, recebe, de quem lhe cuida, a explicitação de uma leitura. Produzem-se no bebê traços, elementos soltos de uma sintaxe ainda por se fazer, que a mãe (ou quem se ocupa nisso) estrutura, por acreditar que aí há um pedido dirigido a ela. Na medida em que há, nesse movimento, uma suposição de saber do lado da criança, um saber é produzido, e a criança toma corpo através da nomeação de algo que se imaginava estar lá.

A forma com a qual devolve aquilo que supostamente lhe é solicitado, a partir de uma decifração dos mínimos sinais à disposição, onde pode imprimir registro, incide no infans, produzindo-o. A criança responde à produção de significação, confirmando-a retroativamente e moldando-se àquilo, como se fosse seu. O sujeito constitui-se em um só depois, como efeito do discurso que recai sobre ele, como uma “totalidade que chamaremos de ortopédica” [Lacan, (1949) 1998, p.100], porque é inscrita desde fora. O sujeito, portanto, produz-se enquanto efeito

de um ato de leitura proveniente do exterior, do reconhecimento de um signo que significa algo para alguém. Esse representa a primeira passagem através da qual um sujeito pode advir. Aqui a criança representa para a mãe um signo, unívoco, sem distância entre o que a mãe antecipa e o que aquela vêm efetivamente experimentar.

Creio que há uma contemporaneidade nesta leitura realizada de fora, que constitui um primeiro giro na localização do sujeito, compatível com o que Lacan, no seminário nove, anuncia como uma descoberta acerca da leitura que funda a escrita:

Há, digamos, num tempo, um tempo recuperável, historicamente definido, um momento em que alguma coisa está ali para ser lida, lida com a linguagem quando ainda não há escrita, e é pela inversão dessa relação, e dessa relação de leitura do signo, que pode nascer em seguida a escrita, uma vez que ela pode conotar a fonematização. [Lacan, (1961-1962) 10.01.62]

Lacan subverte, pois, a perspectiva linear que tomava a escrita enquanto pressuposição para que algo pudesse ser lido. Rompe com o fonocentrismo que pensa a escrita enquanto mera representação da fala.

No *jogo de posições da mãe e da criança* (BERGÈS & BALBO, 200) apresentados no transitivismo, ao ver seu filho cair (quando este não expressa nada) a mãe manifesta em si a sua dor – tanto do filho quanto dela – devolvendo-a através da palavra e de cuidados correspondentes para aquilo que supôs em sua criança. Somente aí a criança pode apresentar toda uma sintaxe compatível com a cena, inicialmente suposta como estando lá.

Se existe, de início, na criança a estrutura da língua em direção à qual ela vai se encaminhar, pensamos que esses traços sobre os quais falamos estão lá, na criança, como uma estrutura 'escrita' da dor, que espera ser dita para ser realmente experimentada. [Bergès & Balbo, 2002, p.44]

A *Wahrnehmungen*, enquanto presença, aguarda que do Outro caia a certeza que se formula em uma dúvida e em uma demanda. A leitura, que guarda algo de profundamente revolucionário, só então, a partir da fissura no Outro, abre a possibilidade de que a presença no dito do Outro apresente-se enquanto equívoco e, dessa forma se faça, efetivamente, a experiência em sua significação, registrada e reconhecida em seus traços.

A linguagem com a qual algo foi lido, mesmo sequer estando lá - a resposta à queda - marca a exterioridade a qual estão referidos sujeito e escrita. Se, neste primeiro tempo de leitura do significante, aquele que lê já está marcado pela exterioridade através do lugar que ocupa no discurso, sua leitura instala uma superfície.

Assim como a superfície não é o que permite o corte, não é a escrita que possibilita a leitura. Antes, é a leitura enquanto corte que engendra a escrita. Para que uma leitura se faça, algo cai daquele que lê, condição para a instauração do sujeito enquanto objeto causa de desejo. Nesse tempo inaugural, contudo, a fenda aberta pelo desejo tenta-se tamponar com uma correspondência traço-por-traço entre a superfície escrita que o corpo da criança oferece e sua leitura. Se mais tarde o sujeito se vir obstinadamente tentando encontrar o seu lugar na série, agora se encontra protegido e constrangido por essa leitura que lhe incide. Nos termos da carta 52, é a *transcrição posterior* quem, não só registra, mas produz a percepção.

O nível *Wz – Wahrnehmungszeichen* – é a primeira forma de leitura “e se organiza de acordo com associações por simultaneidade”. [Freud, (1896) 1986, p.209] O registro da percepção é sua indicação, onde a instalação de um mínimo corte realizado por essa leitura inicial permite criar a própria noção de sucessão e,

mesmo, de tempo. Se em *W* não há temporalidade, sucessão ininterrupta do mesmo, em *Wz* algo pode se fazer ou se realizar, potencialmente, ao mesmo tempo em que outra coisa. Oscilação que pende em um movimento intervalar entre ausência da coisa e presença de sua representação, na tentativa de restabelecimento da igualdade. A primeira leitura, portanto, se estabelece como uma leitura do significante, e apesar de ser ainda tributária de uma excessiva proximidade entre signo e objeto, já perdeu o ideal de uma notação do próprio objeto. A realização dessa primeira leitura anuncia que o objeto foi perdido, restando em seu lugar o registro inscrito que a cada nova leitura se apresenta enquanto diferença. Uma diferença discreta, em que os pequenos desdobramentos e segmentações dão-se horizontalmente em um encadeamento ecológico apresentando pequenos acréscimos ou diminuições à representação-coisa. A leitura dá reconhecimento aos significantes que circulam no discurso e impõe ao sujeito um laço que o remete aos demais. Se houver sujeito desde essa leitura inicial, ele encontra-se estreitamente sujeito à correspondência com o significado atribuído ao significante que se apresenta.

Em *Ub – Unbewusstsein* – a retranscrição operada pela leitura realiza-se através de relações que remetem a uma causalidade da qual, entretanto, já não mais se tem, exatamente, a origem. Se na leitura anterior tinha-se uma presença marcante dos termos da relação que quase se sobrepunham, aqui a combinação posta em jogo perde a evidência de sua associatividade. A inconsciência que marca esses dois níveis iniciais de leitura denuncia seu caráter como o de uma leitura enquanto índice, não suficientemente distante do script. Nessa segunda retranscrição, o que a causou ainda permite outro evento surgir enquanto efeito de uma relação da qual nem sempre se guarda uma conexão direta. Na medida em que

algo é posto em comparação com outro, o efeito já pode ser tomado como tendo certa independência em relação àquilo que, supostamente, o originou. Dessa forma, sobre a causa, exerce-se um movimento vertical de relançamento que a inscreve enquanto diferença, ou seja, **é o efeito que incide sobre a causa.**

A escrita que já está presente desde a primeira retranscrição e que funda posteriormente o script sobre o qual se debruça, na passagem para o nível da *Vb* – *Vorbewusstsein* – opera novos elementos. As leituras anteriores que ensaiavam os mecanismos fundamentais de associação, apresentam-se agora no nível da representação palavra. As associações por simultaneidade e por causalidade permitirão o que Lacan chamou no seminário sobre a identificação como uma *leitura com a linguagem*, quando ainda não há escrita – a escrita constitui-se inicialmente através de uma leitura de significantes que circulam na tentativa de fixar-lhes o significado. Enquanto a leitura que incide sobre o sujeito tenta fixá-lo na compreensão – “o escrito não é algo para ser compreendido” [LACAN, (1972-1973) 1985, p.48] - de seus traços, unificando-o, impede-se que ele dance ao som dos significantes inscritos em sua escrita. Apenas em *Vb*, a leitura, ao abandonar-se à ignorância do significado em esgotar o significante, poderá operar em toda sua extensão as leis que regulam a linguagem, reinventando-a.

O que na carta 52 ganha o estatuto de texto, sujeito a retranscrições, encontra confirmação e maior sistematização na Interpretação dos Sonhos [Freud, (1900) 1976] quando Freud afirma que “o conteúdo onírico parece uma transcrição dos pensamentos oníricos em outro modo de expressão, cujos caracteres e leis sintáticas é nossa tarefa descobrir comparando o original e a tradução.” [Ibid. p. 295] Toda ênfase aqui recai sobre a forma de leitura efetuada, pois o original não está

mais acessível a uma recuperação inteira. Isso está claramente apresentado no capítulo VI, quando Freud afirma que sempre pode haver outra interpretação, outro significado para o sonho. Se não houver leitura ou transcrição que possa esgotar o texto, isso produzirá um giro da ênfase depositada em um texto, que se precisava fazer jus, para a criação de um texto a partir da leitura que recai sobre ele. Perde-se, com isso, a hegemonia da originalidade para passar à tradução enquanto heteronomia. Nos termos da carta 52, o recalçamento é apresentado como uma *falha na tradução*. Antes do recalçamento estamos na vigência da percepção [*Wahrnehmungen*], presença sem possibilidade de representação. Somente a leitura, capaz de realizar uma re/nomeação, instaura a tradução enquanto falha e inaugura, posteriormente, a possibilidade de uma transcrição do que até então se encontrava enquanto indecível.

Na carta para Fliess, datada de 06 de dezembro de 1896, Freud sustentava claramente a memória como uma construção, quase um ano antes da outra afirmação que ficou famosa, em nova carta, a 21 de setembro de 1897, onde diz: “Não acredito mais em minha *neurótica*”. [FREUD, (1887-1904) 1986, p.265] Abandona a teoria do trauma em favor da fantasia e, ao abrir mão do inconsciente como ontológico, admite que não se pode esgotá-lo. Na comparação entre original e tradução é a operatividade do registro da transcrição que se instaura como uma versão possível para a origem. “O que há de essencialmente novo em minha teoria é a tese de que a memória não se faz presente de só uma vez, e sim ao longo de diversas vezes, [e] que é registrada em vários tipos de indicações.”[Ibid, p.208]

O que parece fundamental então, ao considerar a memória e seus registros, é o conceito de diferença. Há uma falha – não no sentido de imperfeição, mas no de

produção de uma ruptura - na passagem operada entre, algo de uma origem que se permite ao preenchimento, e sua versão, não importando se a tomamos como tradução, transcrição ou leitura. Em um texto ainda marcado por termos neurológicos, o *projeto para uma psicologia científica*, de 1895, Freud já trabalha com o princípio da diferença quando escreve que “a memória está representada pelas diferenças nas facilitações³⁵ [entre os neurônios]”. [FREUD, (1895) 1987, p. 320] A forma com a qual se opera, então, a transcrição dos pensamentos inconscientes – o conteúdo latente do sonho – para o conteúdo manifesto, incide sobre as diferenças que se apresentam nos *caracteres*³⁶ e na *sintaxe*³⁷ da construção realizada. Essas “pontes verbais³⁸ ou associativas” estão submetidas ao que Freud denominará de processos de condensação (*Verdichtung*) e deformação ou deslocamento (*Verschiebung*). O sonho é apresentado como um texto sujeito a retranscrições, onde seus elementos não podem ser lidos, grande tentação, pelo que suas imagens anunciam, mas através da inserção simbólica que essas imagens apresentam enquanto pictograma.

“Só podemos formar um julgamento adequado do rébus se (...) tentarmos substituir cada elemento separado por uma sílaba ou palavra que possa ser representada por aquele elemento de alguma maneira ou de outra”. [FREUD, (1900) 1987, p.296] O enigma figurado pela imagem guarda seu segredo através do oferecimento de uma solução total, e ao nos seduzir com a definitiva compreensão,

35 Ao optar por traduzir *Bahnung* como facilitação “passa-se da linguagem mais concreta (1. aplinar; 2. verbo: tornar transitável) para a mais abstrata (remover obstáculos), bem como se perde a dimensão dinâmica (1. irrompe abrindo caminhos; 2. via pela qual algo flui); e a noção de interligação pertinente à palavra *Bahnung*”. [Hanns. Dicionário comentado do Alemão de Freud. 1996, p.242]

36 Letra do alfabeto, algarismo, sinal de pontuação ou símbolo de qualquer natureza. Por extensão, como definindo uma *característica*: aquilo que caracteriza, traço, propriedade ou qualidade distintiva fundamental. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa

37 Parte da gramática que estuda as palavras enquanto elementos de uma frase, as suas relações de concordância, de subordinação e de ordem. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa

esconde a enunciação atrás do enunciado. Para ler adequadamente o sonho, assim como qualquer outra formação do inconsciente, passa-se por uma operação de análise daquilo que anteriormente foi reunido por uma síntese. Os movimentos de síntese – sobre os quais os processos de análise também devem recair - exercem-se e tomam apoio sobre a *sílaba ou palavra* em sua morfologia e sintaxe, em duas operações essenciais: o deslocamento e a condensação.

No deslocamento, elementos verbais acabam adquirindo uma prevalência inserindo-se repetidas vezes no sonho, ocupando o lugar daquilo que não pode emergir, mas que insiste. Sobre as representações que sofreram recalque “ocorre uma transferência e deslocamento de intensidades psíquicas no processo de formação do sonho”[Ibid, p.328] para elementos da língua. Sílabas, letras e expressões passam a suportar um complexo encadeamento e constituem um sistema de escrita através do qual pode-se verificar a diferença e os nexos “entre o texto do conteúdo do sonho e dos pensamentos oníricos.”[Ibid, p.328] Ou seja, Freud produz uma série de formulações que apontam para os mecanismos de composição da linguagem quando tenta entender os atos falhos, sonhos e chistes. Naquilo que se expressa caoticamente, como absolutamente sem sentido, desprovido de qualquer lógica interna, Freud percebe ordenamento e, mais, efeito de verdade. Será nos mecanismos de estruturação da linguagem que ele busca entender as formações do inconsciente. Nessa medida, Jacques Lacan faz seu retorno à Freud, lendo-o com Ferdinand de Saussure e Roman Jakobson, pois com “a publicação da *Traumdeutung*, antecipava-se em muito as formalizações da lingüística, para as quais sem dúvida poderíamos demonstrar que, por seu simples peso de verdade, ela abriu caminho.” [LACAN, (1957) 1998, p.516] Também Roman

Jakobson (1995), em seu texto *Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasias*, ao retomar as elaborações de Ferdinand de Saussure sobre a composição do signo lingüístico, reconhece o caráter inaugural que o texto freudiano apresenta para as questões sobre as quais a lingüística irá se debruçar:

Numa investigação da estrutura dos sonhos, a questão decisiva é saber se os símbolos e as seqüências temporais usadas se baseiam na contigüidade (transferência metonímica e "condensação" sinedóquica de Freud) ou na similaridade ("identificação" e "simbolismo" freudianos). [JAKOBSON, 1995]

Se na *Interpretação dos Sonhos* há uma culminância na obra freudiana das formulações acerca da língua, já antes, davam-se pistas sobre o seu funcionamento. Ao pensar o aparelho psíquico resultado de uma *estratificação*, processo no qual os traços mnêmicos são organizados através de sucessivas retranscrições, cada uma das diferentes leituras que incide sobre o traço ou texto, produzindo-o, apresenta características peculiares. Em um primeiro movimento de estruturação, a linguagem se delinea através de relações por contigüidade. O "nosso sistema de escrita 'ab' significa que as duas letras devem ser pronunciadas numa única sílaba. Se deixar-se uma lacuna entre o 'a' e o 'b', isto significa que o 'a' é a última letra de uma palavra e o 'b' a primeira da seguinte"[FREUD,(1900) 1986, p. 334] Então, se as formações do inconsciente estão estruturadas como um texto, como devemos lê-lo? A primeira leitura da escrita que o deslocamento efetua pode ser lida através do que Freud, na carta 52, chamou de *Wahrnehmungzeichen - Wz* – leitura que se dá através de associações do tipo 'ab', por simultaneidade. As unidades 'ab' encontram-se contíguas na cadeia da fala e da escrita, cada uma com uma função diferente, e não podem substituir-se mutuamente, portanto. As unidades 'ab' encontram-se numa relação sucessiva e a sua hierarquização é quem definirá o valor de cada unidade,

posteriormente. A primeira retranscrição – Wz – é realizada através de um deslocamento horizontal, operada numa relação de contigüidade entre os signos presentes, tributários de uma elevada proximidade. O que Freud dá a ler aqui, me parece, está estreitamente articulado com o que Ferdinand De Saussure, alguns anos depois da publicação de *Traumdeutung*, apresenta em seus seminários proferidos nos anos de 1906-7, 1908-9 e 1910-11, e depois reunido por um grupo de seus alunos como *Curso de Lingüística Geral*. Depois de apontar o caráter arbitrário e diferencial do signo e estabelecer que a sua definição se dá, antes, por aquilo que se encontra fora dele, nos outros signos, pergunta como então se processam estas relações entre os termos. Segundo De Saussure, os princípios que regem o funcionamento da língua são dois; o primeiro é o das *relações sintagmáticas*:

No discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. Estes se alinham um após o outro na cadeia da fala. Tais combinações, que se apóiam na extensão, podem ser chamados de sintagmas. (...) Colocado num sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos, (...) A relação sintagmática existe in praesentia; repousa em dois ou mais termos igualmente presentes numa série efetiva. [SAUSSURE, 1998, p.142 e 143]

Por outro lado, na condensação, segundo Freud, as cadeias associativas concentram-se numa única representação, aglutinando, através de uma *química silábica* [FREUD, (1900) 1987, p.317], elementos desconexos e que formam um “composto verbal destituído de sentido” [Ibid, p.316], se as tentarmos ler em bloco. Somente ao desmembrar esta expressão sem sentido pode-se chegar a “um longo encadeamento de pensamentos e de associações [que] partia de cada sílaba dessa confusão verbal.” [Ibid, p. 316] Na passagem dos pensamentos oníricos para o conteúdo manifesto do sonho produz-se uma “seleção” [Ibid, p.300] dos elementos,

levando Freud a afirmar que “a condensação é ocasionada por omissão” [Ibid, p. 299]

O segundo princípio estabelecido por Saussure para o funcionamento da língua dá-se, justamente, com “a relação associativa [que] une termos *in absentia* numa série mnemônica virtual”. [SAUSSURE, 1998, p.143] A relação de associação responsável pela construção verbal realiza-se através de uma seleção entre termos disponíveis na língua mas a tal ponto inusitados, que expressam este caráter de ausência. Talvez seja isto que conceda à condensação em Freud ou à relação associativa em Saussure o caráter de criação de algo novo, quando a palavra original dá lugar a outra coisa.

Nesta articulação entre Freud e Saussure estou passando por cima de pelo menos uma questão, que se refere aos operadores utilizados por um e outro. Não estou detendo-me nas distinções entre signo lingüístico, significante e significado em Saussure e o que vai ser tomado, só depois em Lacan, quando faz uma torção na fração e põe o significado deslizando sob o significante. Estou tomando aqui, simplesmente, os mecanismos em jogo na estrutura da língua, para onde os dois autores apontam.

Enquanto no nível do deslocamento, no eixo sintagmático, encontramos uma sucessão horizontal dos termos que se articulam e se definem, o que permite uma leitura dos seus jogos de sobreposição aparente, na condensação, no eixo associativo, as associações ocorrem numa dispersão vertical, onde “um termo dado é como o centro de uma constelação, o ponto para onde convergem outros termos coordenados cuja soma é indefinida.” [SAUSSURE, 1998, p. 146]

A segunda retranscrição, *Ub – Unbewusstsein*, então, opera conforme as leis da condensação (em Freud) e através das relações associativas que se desdobram num eixo vertical (em De Saussure). Tanto em *Wz* quanto em *Ub*, contudo, as retranscrições realizadas, seja através do mecanismo do *deslocamento* ou da *condensação*, apesar de operarem com significantes, são lidos enquanto signos. A leitura que incide sobre os traços nestas duas primeiras retranscrições toma os significantes como signos, tornando o sujeito acessível a alguém e imobilizando, supostamente, o significante em um significado específico. Esta fixação da enunciação em um enunciado apresenta níveis diferentes a partir dos mecanismos que regem cada uma das leituras em questão. Os processos de condensação ou relações associativas, por seu próprio funcionamento dispersivo, produzem o efeito de uma nova significação, que torna mais difícil a apreensão e a correspondência a um signo. Mas não impossível, evidentemente, pois pode-se imprimir sentido a todo momento e ao que quer que seja. Já em *Wz*, onde o mecanismo fundamental é o deslocamento, os desdobramentos e segmentações que ocorrem no significante produzem uma diferença discreta, ainda mais acessível a ficar circunscrito à ecolalia de um signo que a leitura impõe. De qualquer forma, já desde esta retranscrição inicial, o signo lingüístico apresenta um caráter de arbitrariedade, pois na leitura do significante, o laço que o une a um ou outro significado é uma invenção, não correspondendo, portanto, ao índice da coisa em si, inatingível. Os processos de deslocamento e condensação operam com significantes, “produzindo-se o significante no lugar do Outro ainda não discernido, ele faz surgir ali o sujeito do ser que ainda não possui fala, mas ao preço de cristalizá-lo”. [LACAN, (1960a) 1998, p.854] A posição de alienação em que o sujeito se constitui, inicialmente, acontece pela divisão que a cadeia dos significantes

realiza. Que a leitura situada do lado do Outro ao exercer incidência sobre o sujeito, atribuindo um sentido ao significante, possa ser tomada como insignificante, é a condição para que os significantes possam continuar circulando. Pois se há lugar para o sujeito, ele se dá justamente a partir do sem-sentido da leitura que os significantes implicam. Se há o risco de fixação do significado ao significante contudo, a incidência da leitura é absolutamente crucial para a inscrição de sujeito.

Ao examinar, no grafo do desejo, o ponto de basta, - a leitura, justamente, faz detenção no discurso – [LACAN, (1960b)1998), p.820 e seguintes] revela os dois eixos sobre os quais há um corte:

Um, conotado por A, é o lugar do tesouro do significante, o que não quer dizer do código, pois não é que se conserve nele a correspondência unívoca entre um signo e alguma coisa, mas sim que o significante só se constitui por uma reunião sincrônica e enumerável, na qual qualquer um só se sustenta pelo princípio de sua oposição a cada um dos demais. [LACAN, (1960b) 1998, p. 821]

Quando Lacan, aqui, escreve sobre a *reunião sincrônica* está referindo-se à rede significante, onde cada termo é definido por sua diferença com outro, em oposição ao circuito do significado, que apresentaria desdobramentos diacrônicos, “entre termos sucessivos que se substituem uns aos outros no tempo”. [SAUSSURE, 1995, p.163] Nessa perspectiva, então, teríamos duas redes, a do significante e a do significado, que se desdobrariam cada uma a seu modo. Contudo, acho possível, a partir de Lacan, pensar exclusivamente a rede significante como expressando-se ora na diacronia, ora na sincronia. Quando em *A instância da letra no inconsciente*, Lacan (1998) assinala a incidência do significante sobre o significado, aponta que o significante se realiza através da metonímia e da metáfora, em um eixo diacrônico e sincrônico. No deslizamento dos significantes que surgem, o seguinte vai reconfigurando todos os anteriores. Neste jogo não há lugar marcado, pois há cada

novo significante que entra, os outros são desalojados e retranscritos. O sujeito encontra-se dividido pelo corte que o desejo estabelece, fissurado pelo próximo objeto ou palavra na diacronia significante. Se aqui encontramos a estrutura diacrônica em uma sucessão temporal dos termos que se articulam, o próximo eixo sobre o qual pode incidir o corte da leitura é o sincrônico:

O outro, [ponto de cruzamento] conotado por s(A), é o que se pode chamar a pontuação, onde a significação se constitui como produto acabado. Observe-se a dissimetria entre um, que é um local (mais do que espaço), e o outro, que é um momento (mais escanção do que duração). Ambos participam da oferta ao significante que o furo no real constitui, um como um oco de receptação, outro como brocagem para a saída. [LACAN, (1957) 1998, p.821-822]

A leitura do traço, tomado enquanto significante, estabelece um corte na plenitude do real e funda os eixos sobre os quais o sujeito se anuncia. Na diacronia, o desejo metonímico pelo próximo termo. Na sincronia, a suspensão que a metáfora apresenta como saída, quando cria uma nova significação onde o sujeito se reconhece e se produz num re/lance, só a tempo de perder-se na divisão que a subordinação ao significante impõe.

Aquilo que no encadeamento dos significantes, nas detenções realizadas no nível da diacronia ou da sincronia, advém enquanto singularidade, só se fecha a partir de um outro ponto, terceiro, de cruzamento:

O que o grafo nos propõe agora situa-se no ponto em que toda cadeia significante se honra ao fechar sua significação. Se é preciso esperar tal efeito da enunciação inconsciente, é aqui em S(A), e há que lê-lo: significante de uma falta no Outro, inerente à sua função mesma de ser o tesouro do significante. [LACAN, (1957) 1998, p.832-833]

Enfim, o sujeito só se encontra na cadeia significante, nas detenções realizadas num ou noutro eixo, quando se desconta, atribuindo significação ao significante de uma falta no Outro, S(A). Para que seus traços, lidos pelo Outro,

possam ser tomados como lhe retornando às avessas, fundando uma enunciação, é necessário que uma transferência se instale desde um significante da falta no Outro. Quando, nessa condição, a leitura do Outro retorna, ao sujeito se permite enunciar aquilo que lhe estava, até então, vetado. “Como tal, ele [o significante da falta no Outro] é impronunciável, porém não sua operação, pois ela é o que se produz toda vez que um nome próprio é pronunciado. Seu enunciado iguala-se a sua significação.” [Ibid, p.833] O acesso ao significante da falta no Outro permite uma leitura que arrisca uma antecipação fundadora, quando o sujeito se reconhece pelo chamado de seu nome, mas também risca a significação atribuída aceitando sua insignificância em, com seu nome, preencher àquele que chama. Se o nome próprio se presta tão facilmente a realizar uma obturação, atendendo pelo que sou chamado, ele também se realiza desde uma posição volante, quando um sujeito se interroga com que nome responderá ao que o Outro quer.

Acredito viável e produtivo pensar a terceira retranscrição apontada por Freud na carta 52, que está “ligada à representação da palavra”, [FREUD, (1887-1904) 1986, p.209] a *Vorbewusstsein – Vb*, como a terceira operação de leitura, e retranscrição, do significante. Se já anteriormente, as retranscrições em *Wz* e *Ub* processavam-se nas sílabas, letras, expressões verbais, ou seja, sobre a palavra, porque só em *Vorbewusstsein – Vb* ela ganha um estatuto que a destaca? Mais do que a *palavra* o que adquire relevância é a idéia de *representação*, e do lugar na transferência desde onde é possível sustentar uma interpretação, permitindo novos caminhos de ligação entre os significantes, por que, talvez, só nesse momento a leitura possa ser tomada ao pé da letra. Entrar por este caminho, neste momento, é algo que está além do que posso dar conta, pois implicaria migrar por textos iniciais

de Freud com os quais não tenho familiaridade, e trabalhar com conceitos e perspectivas potentes, mas que ainda me escapam em sua articulação.

4.6 Inscrição do Nome Esquecido

Em carta a Fliess, datada de 26 de agosto de 1898, Freud escreve que compreendeu como esquecemos um nome e o substituímos por outro, equivocadamente. Não fica à vontade, contudo, para expor suas elaborações. Um mês depois, em 22 de setembro, em nova carta ao seu amigo, amplia as conclusões iniciais, amparado agora no exemplo de “Signorelli”.³⁹ Freud narra o diálogo que mantinha com outro passageiro numa viagem que faziam a Herzegovina. Queria fazer um comentário sobre o artista que havia pintado os afrescos das *Quatro últimas coisas* na catedral de Orvieto e, ao invés de *Signorelli*, lhe vieram à mente *Boticelli* e *Boltraffio*. Apesar de saber não serem esses os nomes corretos, Freud reconhece aí uma causalidade psíquica e persegue o tipo de encadeamento que une o primeiro aos substitutos. “Esse deslocamento não está sujeito a uma escolha psíquica arbitrária, mas segue caminhos previsíveis que obedecem a leis. [...]”

Suspeito que o nome ou os nomes substituídos⁴⁰ estão ligados de maneira inteligível com o nome perdido” [FREUD, (1901) 1976, p. 20]⁴¹ Freud esquece o nome *Signorelli*, pois processos de recalçamento encontraram veiculação em aspectos

39 A publicação das conclusões de Freud acerca do esquecimento de Signorelli dão-se, inicialmente, em 1898 na revista *Monatsschrift für Psychiatrie und Neurologie* e, a seguir, ocupa o primeiro capítulo de *Psicopatologia da Vida Cotidiana - O Esquecimento de Nomes Próprios*.

40 Freud, no parágrafo, vinha referindo-se aos *nomes substitutos* como àqueles que aparecem substituindo algum primeiro. Nesse ponto, contudo, indica os *nomes substituídos* como ligados ao *nome perdido*, remetendo ao estatuto de impossibilidade de acedermos ao nome definitivo, uma vez que esse se encontra irremediavelmente perdido.

41 Reconheço, nessa afirmação de Freud, que isto também se produz nos ensaios de escrita do nome próprio das crianças com as quais trabalho.

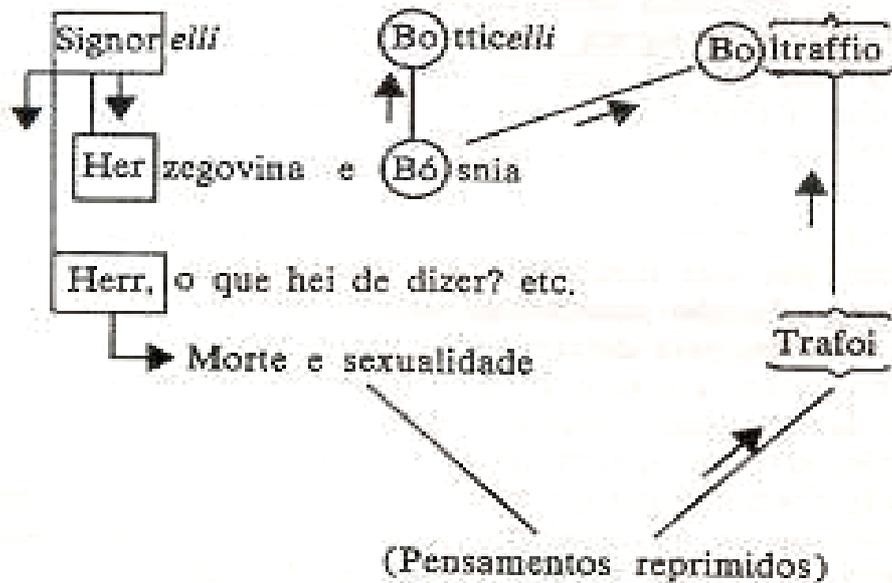
morfológicos do nome e em sua constituição sonora, emprestando-se e dando suporte a novas articulações. A palavra é perdida em sua forma original e, em seu lugar, surgem recortes e fragmentos constitutivos de outra(s) palavra(s). Se o nome foi perdido, isso não se deve ao seu sentido ou a qualquer unidade de sua composição que possa representar algum significado, por alguma razão, refratário naquele momento ao sujeito. Apesar da estrutura do nome prestar-se ao suporte para outras conexões, buscá-lo, ele mesmo, implicaria a mitificação de um nome original, passível de ser encontrado. Da mesma maneira, os nomes que *encobrem*⁴² algum outro, não encontram em seu *conteúdo*, mas somente em suas relações, sua razão de ser.

Freud rastreia de que forma *Signorelli* foi transformado em ***Boticelli*** e ***Boltraffio***. Pouco antes de referir-se aos afrescos de Orvieto, Freud lembra que, falando da resignação com a qual os turcos (que vivem na **Bósnia e Herzegovina**) lidam com a morte, desejou, ainda, falar sobre outro aspecto que acabou evitando comentar “para não tocar naquele tema”. [Ibid., p.21] O que ocorreu a Freud, mas permaneceu em silêncio, foi o contraste entre a resignação com a morte e a grande importância que os turcos davam à sexualidade, ao lembrar do comentário de um paciente ao seu colega: “Saiba **Herr**, se *aquilo* acabar, a vida não vale nada”. [Ibid., p. 21] Há uma interrupção no encadeamento associativo das idéias que se abriam para o tema da sexualidade e da morte. Freud, só depois, dá-se conta de que andava às voltas com a notícia que recebera durante um período em Trafoi,⁴³ sobre o suicídio de um paciente seu, tomado como algo que o implica: “Eu não desejava esquecer, na verdade, o nome do artista de Orvieto, mas sim outra coisa – essa

42 Remeto aqui ao texto de Freud sobre as *lembranças encobridoras*, em que desloca a centralidade do conceito do conteúdo para as “relações existentes entre esse conteúdo e algum outro que tenha sido suprimido”. [p.285]

outra coisa, contudo, conseguiu situar-se numa conexão associativa com o nome”. [Ibid., p.22] Na leitura que Freud faz desse esquecimento, ele não permanece preso à imagem do nome como capaz de fazer uma boa forma, uma gestalt; ao contrário, lê o nome como fragmento, capaz de, ao dividir-se, realizar novas conexões com outros restos.

Signor é traduzido por *Herr*, o senhor absoluto da morte e, recalcado, reaparece deslocado em outras expressões.



Assim, “sem levar em conta o significado ou os limites acústicos das sílabas” [Ibid., p.23], que emprestam uma identidade monolítica ao nome, revela-se o seu lugar, antes, enquanto suscetível a prestar-se a um rearranjo através de deslocamentos e condensações. Como no processo do sonho, o nome produz um

rébus,⁴⁴ em que a imagem não se esgota em sua pregnância imaginária, mas apresenta-se para ser lida de forma literal. “Os nomes foram manipulados como imagens de um texto que deve ser transformado num jogo de enigma visual (ou logogrifo).” [Ibid., p.24]

Aquilo que está recalcado acaba encontrando a possibilidade de um retorno através da “reaparição das mesmas sílabas⁴⁵ ou melhor, seqüência de letras.” [Ibid., p.24] Freud rompe com a ditadura da sílaba e reconhece na letra o elemento mínimo da língua. Essa reaparição, contudo, faz-se de uma maneira que não se dá a ler diretamente, mas realiza novas conexões para os restos que sobraram das letras recalçadas.

No seminário sobre *as formações do inconsciente*, Lacan lê o *esquecimento de Signorelli* ampliando as conclusões freudianas, ao recuperar, em seu retorno a Freud, formulações da lingüística de Ferdinand de Saussure e Roman Jakobson, atribuindo-lhes outras conseqüências. Quando um nome falta, convocam-se outros no lugar. Importa aqui pensar no estatuto dessa *falta*. Nesse seminário [páginas 152 e 153] Lacan diferencia este conceito por intermédio da *Verwerfung*⁴⁶ e da *Verdrängung*⁴⁷.

44 Enigma figurado que consiste em exprimir palavras ou frases por meio de figuras e sinais, cujos nomes produzem quase os mesmos sons que as palavras ou frases representam. ETIM fr. (1512) equívoco, palavra tomada em outro sentido que não o natural. Dicionário Houaiss.

45 No texto da Imago, o final da frase encontrava-se entre parênteses, que retirei para amplificar a dimensão que *melhor* adquire no texto.

46 O termo *Verwerfung* é traduzido por “forclusão” (...) “rejeição”, e ainda por “repúdio”, “recusa” e “condenação”. *Werfen* significa literalmente “arremessar”, “atirar”, “jogar”, “lançar”. A palavra *Verwerfen* pode significar “descartar algo”. Dicionário comentado do Alemão de Freud.

47 *Verdrängung* é habitualmente traduzido por “recalque” ou “repressão”. O verbo *verdrängen* genericamente significa “empurrar para o lado”, “desalojar”. Conotativamente, *verdrängen* remete a uma sensação de “sufoco”, “incômodo”, que leva o sujeito a desalojar o material que o incomoda. Contudo, apesar de ter sido afastado, tal material permanece junto ao sujeito, pressionando pelo retorno e exigindo a mobilização para mantê-lo longe. Dicionário Comentado do Alemão de Freud.

Uma coisa é a *letra que falta* porque ela não está inscrita no alfabeto do sujeito – é hiância, ausência. A desarticulação que se produz na psicose se dá na medida em que a falta dessa letra dissocia todas as outras e, com isso, a lei que regula o alfabeto *vai para o brejo*. Por outro lado, na neurose, terreno por onde transitaremos nesta dissertação, *a letra faz falta*, ou seja, permite, através da transitoriedade da ausência e de sua associatividade, instaurar um sujeito que denomina. Quando ela já está lá, inscrita num código que lhe prevê um lugar, a letra pode faltar, ceder espaço a outras, pois, nesse movimento, já não corre o risco de dissolver-se e levar junto o sujeito. A palavra, na neurose, é tomada como o carretel⁴⁸ arremessado para longe, que, ao escapar ao nosso olhar, permite-se incursões a lugares talvez desejados, mas igualmente temidos. Quando de lá retorna, puxado por um fiozinho, a palavra é outra, no que o sujeito não fica impune.

Se, para Freud, *Signorelli* era uma palavra estrangeira e, como tal, afeita a desmembrar-se, em nossa língua materna, estamos mais imersos em suas regras a ponto de pouco percebermos que uma palavra, tomada como inteira, é composta de partículas - sufixos e prefixos entre outras. Apesar disso, o familiar sempre guarda algo de um estranhamento⁴⁹ e a língua, para o sujeito, sempre mantém a possibilidade, através de sua *boca aberta* na fala e de sua *mão aberta* na escrita, de lhe surpreender. Não há domínio nesse exercício, quando o nome convocado sempre apresenta algo de estrangeiro.

Lacan identifica, no esquecimento de *Signorelli*, o primeiro mecanismo que regula a formação do inconsciente, estruturado como uma linguagem na *combinação de significantes*. Na medida em que Lacan faz um retorno a Freud através da

48 Conforme a observação que Freud realiza sobre o jogo do Fort-Da de seu neto.

49 Conforme *O Estranho* (1919), em Freud.

lingüística, não é de uma combinação de signos lingüísticos, mas de uma combinação de significantes que ele trata. Quando *Signorelli* falta, convocam-se no lugar nomes substitutos. Partindo de alguns fragmentos do nome *original*, como *elli*, combinam-se outros significantes como *Bósnia* – que remete aos Turcos, que vivem nessa região, e aos temas da morte e da sexualidade, em parte recalcados, com os quais Freud se via às voltas nos comentários que fazia ao seu companheiro de viagem - formando, então, *Boticelli*, por exemplo. “O discurso em sua dimensão horizontal de cadeia” [LACAN, (1957-1958), p.84] efetua, no desenrolar das diferentes significações produzidas, uma desvalorização do sentido, e atribui à metonímia a *dimensão do valor*. [Ibid, p.85] A noção de valor, apontada por Saussure, remete a uma rede que articula elementos diferentes, em que a posição de cada termo – “o valor de um termo pode modificar-se (...) unicamente pelo fato de um termo vizinho ter sofrido uma modificação” [SAUSSURE, 1995, p.139] - só se dá a partir de sua relação com a diferença com o outro. Como a metonímia desliza numa sucessão ininterrupta de conexões, segundo Lacan afirma em *A instância da letra no inconsciente*, não se rompe a barra entre significante e significado, mas perpetua-se uma significação.⁵⁰ Restos metonímicos são convocados para reconstituir a falta do nome.

Quando o nome Signorelli é esquecido, quando permanece oco, faz um furo no nível da metáfora, os destroços metonímicos assumem toda a sua importância para encontrar seu vestígio. Quando o termo Herr desaparece, é o contexto metonímico em que ele foi isolado, ou seja, o contexto Bósnia-Herzegovina, que nos permite resgatá-lo. [LACAN, (1957-1958), p.56]

A possibilidade de criação, que a metáfora realiza, dá-se na medida em que um significante é substituído por outro, quando se produz um novo sentido.

⁵⁰ É o que ocorre no caso de Mário, que apresentarei a seguir, quando ele produz no lugar do nome-do-pai a metonímia *pateta*, sem romper a significação atribuída insistentemente pela mãe a este homem, que lhe parece um bobo.

É na criação metafórica que se produz a quebra de Signorelli, o qual permite ao elemento Signor ir para um outro lugar. Assim, não se deve dizer que Signor é que foi esquecido, quando foi Signorelli. Signor é aquilo que encontramos no nível do dejetivo metafórico, como recalcado. Signor é recalcado, mas não esquecido. Não pode ser esquecido, uma vez que não existia antes. [Ibid., p. 61]

É através da metáfora que há uma ruptura no nome. *Signor* ganha um sentido, antes inexistente, ao substituir *Herr* (senhor em alemão), senhor absoluto da morte que implica Freud em sua insuficiência para evitar o suicídio de seu paciente. Na substituição de um significante por outro, produz-se uma nova significação ao se transpor a barra que separa o significante do significado.

Quando Lacan retorna, anos mais tarde, sobre o *esquecimento de Signorelli* em seu seminário sobre os *problemas cruciais da psicanálise*, amplia a formalização sobre o *esquecimento de nomes próprios*, ao revelar que, no esquecimento de Signorelli, estava em questão a perda do nome próprio de Freud. “Que é o que ele [Freud] perde? Ele perde algo como sua sombra, seu duplo, que não é de tal forma o ‘signor’ – isto é, talvez ir demasiado longe (...). É o Sig – Signans – Signatum – Sigmund Freud”. [Problemas cruciais para a psicanálise – aula de 06 de janeiro de 1965] Se Freud não vê – ou não lê - a palavra que lhe falta é, na medida em que a imagem do afresco de Signorelli olha, **Sigmund** no *ponto cego* de seu desejo. Georges Didi-Huberman (1998) altera nossa perspectiva frente a uma imagem que nos espreita, agora com o “poder de impor sua visualidade como uma abertura, uma perda – ainda que momentânea – praticada no espaço de nossa certeza visível a seu respeito”. O que está em questão para Freud incide sobre a sustentação que mantém no traço unário. Mínimo traço, “esse S não tem nenhum ponto” que imaginariamente possa dar-lhe um limite preciso. Assim, quando o S escreve

Sigmund ou Sigismund⁵¹ ou *meu pequeno Sigi*⁵², ele permanece inscrevendo Freud frente a uma outra forma de ler e dizer seu nome próprio, abrindo a perspectiva de re/nomeação daquilo que estava dado enquanto heteronomia. Quando Freud realiza o deciframento do que lhe fez perder *Signorelli*, está respondendo ao enigma que o seu nome próprio lhe apresenta.

O que conduz o portador de um nome a movê-lo incessantemente através de diferentes jogos de letras? Estará tentando encontrar o nome que lhe *vista* ou *caia* bem? O nome, na neurose, talvez, permaneça entre *fazer vista* – semblante para uma revista⁵³ do Outro - e a tentativa, ao lhe tomar o nome, de fazer letra caiada⁵⁴ ou calada.

Não é como exemplar, como único através de um número de particularidades na espécie, que o particular é denominado com um nome próprio. É nesse sentido que ele é insubstituível. Quer dizer que ele pode faltar, que ele sugere o nível da falta, o nível do furo e que não é enquanto indivíduo que me chamo Jacques Lacan, senão enquanto algo que pode faltar mediante o que este nome terá que recobrir outra falta. O nome próprio é uma função volante, como se diz, que existe uma parte pessoal da língua que é volante. É falta para preencher os furos, para dar-lhes sua obturação, uma falsa aparência de sutura. É por isso que me desculpo. [LACAN, (1964-1965) Aula de 06 de janeiro de 1965]

A letra no nome próprio, ao traçar sobre o sujeito uma divisão, inscreve a marca de uma falta. Ao mesmo tempo, a letra do nome serve para o exercício do preenchimento de sua ausência. Se “o neurótico é, no fundo, um Sem-Nome.” [LACAN, (1966) 1998, p.841], isso lhe concede a possibilidade, ao esquecer ou incorporar *letras* de um *nome perdido*, de construir o seu-nome? O que se pode vislumbrar ou *entreler* a respeito dos nomes perdidos sobre os quais o sujeito, em seu exercício sobre o nome, retorna, transforma e rasura? A construção do próprio

51 Nome de batismo de Freud.

52 Como sua mãe costumava chamá-lo.

53 No sentido de ser examinado por alguém.

54 Disfarçar, dissimular, mascarar. DHLP.

nome retorna sobre as letras de outros nomes, sobretudo do pai e da mãe, ou quem lhes faz função, ao articular o lugar do sujeito perante o Outro. A “rasura de nenhum vestígio que seja anterior”⁵⁵ desvela que nesse retorno sobre a letra do Outro não se vai encontrar a resposta ao enigma *de onde eu vim?*⁵⁶ Nessa aproximação do Outro em busca do original, não há assimilação que possa apaziguar o sujeito ao encontrar o seu recanto. No exercício do deciframento que o enigma do nome próprio apresenta a cada um, haverá sempre um umbigo que não se desvela. Se aí se encontra algo de inominável, o que faz das origens sempre uma ficção, podemos, contudo, retornar sobre aquilo que cai da letra no Outro, ao tomá-la na constituição do próprio ao nome. Se o sujeito “empaca” em alguma letra, é para que ela possa encontrar seu lugar no alfabeto – na cadeia significativa – enquanto letra articulável, sujeita a combinações novas, em outros nomes. Se alguma letra está *fora do lugar*, falta ou excede na escrita do nome próprio, é porque aí o sujeito se produz enquanto efeito do re/ordenamento da cadeia significativa – em que algo também pode estar fora do lugar, faltando ou excedendo – enganchando-se ao intervalo de sua fluência. Equilíbrio esse que sempre nos deixará na corda bamba, sujeito ao caráter movediço que a dança dos significantes apresenta.

55 Essa leitura de *lituraterre* de Lacan é feita por Christiane Lacôte (2000) em “O que pode dizer a psicanálise sobre o trabalho do artista.

56 É possível pensar que a interrogação da criança sobre a origem dos bebês representa uma aproximação à questão do seu próprio lugar frente ao Outro.

5. COMO PODEMOS LER O NOME?

Perguntaram ao rabino Levi Yitzhak, de Berdichev, um dos grandes mestres hasidim do século XVIII, por que faltava a primeira página de todos os tratados do Talmude babilônico, o que obrigava o leitor a começar na página dois. Ele respondeu: 'Porque por mais páginas que o homem estudioso leia, ele jamais deve esquecer que ainda não chegou à primeira página'. [Alberto Manguel. Uma história da leitura]

Do material que as crianças e seus pais trazem para a clínica o nome próprio apresenta-se, muitas vezes, como sintoma de que algo não vai bem. O nome não se escreve! O que fazer com essa demanda, às vezes, tão específica? Inicialmente, resistir à tentação protética, de que se é tomado com facilidade, de consertar o que não vai bem. Não tomar a demanda como um imperativo, mas escutar como ela se articula. Se o nome-não-se-escreve é tomado como um significante, podemos perceber que ele envia à insistência de algo recusado. Que nome é esse que se recusa em ser escrito? Qualquer nome-que-não-se-escreve envia à recusa de outro nome. Vê-se a importância, a partir daí, de considerar os mínimos traços na escrita do nome próprio como a enunciação de algo perdido. Isso não significa que possamos imaginarizar todo e qualquer risco, mas que, ao menos, podemos ficar curiosos e surpresos com o que, porventura, podem dizer os detalhes. As rasuras, os impasses e os des/dobramentos realizados em torno da escrita do nome próprio são testemunho de um tesouro perdido. O que desperta interesse não

é, portanto, exclusivamente, o traço formal da escrita do nome próprio. Trabalho com crianças cujo nome se apresenta móvel, movediço em suas letras, ausentes ou trocadas. Freqüentemente, portanto, a criança não permanece aferrada a um exercício meramente repetitivo do nome, tentando reproduzir as letras que o compõe, apesar da insistência, por vezes, das orientações dadas. Ao contrário, ao construir o seu nome, a criança rompe as fronteiras usuais do seu território e transita por letras que não lhe pertencem, estritamente, e podem ser encontradas em outros nomes. Através desses elementos materiais e localizados, podemos *entreler* o sujeito em sua inscrição subjetiva. Isso significa afirmar que um elemento mínimo constitui a base para a constituição psíquica, elemento suficiente para conter nele a sustentação de uma diferença.

Em “O Moisés de Michelangelo”, Freud (1980), que, na primeira publicação do ensaio permanece anônimo, interrogou-se sobre o que, nessa estátua, lhe provocou um enigma tão grande a ponto de ser tomado pelo fascínio *inescrutável* da sua presença. Ele resolveu o insuportável evocado em toda experiência que fazemos quando algo nos aparece como imutável presença, quando rompe o caráter monolítico e totalizante da imagem. Encontra o caminho para realizar uma fragmentação do mito “Moisés” ao introduzir-lhe movimento e, nessa medida, secularizá-lo, rompendo com o sagrado que toda origem revela. Faz isso quando apresenta a metodologia empregada por Giovanni Morelli – que publicou entre 1874 e 1876 uma série de artigos sobre a pintura italiana⁵⁷ - para a atribuição de autoria aos quadros que circulavam no mercado de arte, pretendendo, assim, realizar uma distinção entre os originais e as cópias.

Ele chegou a esse resultado [atribuição de origem] prescindindo da impressão geral e dos traços fundamentais da pintura, ressaltando, pelo contrário, a importância característica dos detalhes secundários, das particularidades insignificantes como a conformação das unhas, dos lobos auriculares, da auréola e outros elementos que normalmente passavam despercebidos e que o copista deixa de imitar, ao passo, porém, que cada artista os executa de um modo que o diferencia. [FREUD, (1914) 1980, O Moisés de Michelangelo, p.264]

Se Freud reconhece aí uma perspectiva na qual ele próprio vinha trabalhando no aspecto metodológico da valorização dos restos como expressão da verdade do sujeito, isso não se referia, contudo, ao objetivo de Morelli, que era descartar as cópias frente à impossibilidade de substituí-las à altura do original.

Creio que o seu método [de Morelli] está estreitamente aparentado à técnica da psicanálise médica. Esta também tem por hábito penetrar em coisas concretas e ocultas através de elementos pouco notados ou despercebidos, dos detritos ou “refugos” da nossa observação. [Ibid]

Antes, a psicanálise vai permitir com que, através dos pequenos detalhes, os copistas possam construir o original, tomando-o como referência, só a tempo para poderem dele se afastar. Cópia de uma letra, instância da letra, instância sempre apagada, borrada, sobre a qual retornamos sempre ao produzir a ficção em que nos amparamos. Os dois casos que apresentarei também contam com esse caráter ficcional. O que aconteceu está perdido, agora já é outra coisa, uma versão que tenta reconhecer a originalidade do fato, mas que não exclui a minha liberdade de atribuir uma marca singular àquilo que escutei ou que li.

Os traços da escrita do nome próprio demonstram como um sujeito en/carrega as letras que o compõe. Permitir que esse nome próprio, numa operação de análise, possa ser lido, dando a cada traço apagamento e substituição, um re/conhecimento, pode demonstrar a passagem entre a transmissão e a apropriação

⁵⁷ Referência de Carlo Ginzburg em sua obra *Mitos, emblemas, sinais*.

de um próprio ao nome: “um ser que pode ler sua marca, isso basta para que ele possa reinscrevê-la noutro lugar que lá de onde ele a trouxe.” [LACAN, (1968-1969), Aula de 14 de março de 1969]

Apresento dois recortes clínicos que, cada um a seu modo, me levaram a refletir sobre o quanto, muitas vezes, não sabia o que fazer ou sobre como entender o que se passava. Ao mesmo tempo, algumas questões, que me foram postas por estes dois meninos, tinham a potência de sempre abrir ainda outra resposta que, se às vezes parecia me satisfazer, em outras, revelava-se apenas provisória. Quando a certeza é demasiada, - armadilha em que também escorreguei - produz interpretações às quais a criança fica colada, impossibilitada, no exercício do ciframento de seus traços, de criar uma versão em que pode se constituir subjetivamente. Ainda agora, quando reflito sobre uma sessão já passada, a nova leitura que realizo, faz com que perceba possibilidades não aventadas na ocasião, omissões ou intervenções que parecem, à distância, excessivas. É sempre muito difícil nos depararmos com a sensação de não saber onde andamos e de não termos o controle da situação, quando procuramos nos amparar em algo, freqüentemente, na teoria que encerra tudo. Quando me permitia ser orientado, na leitura ou interpretação que fazia, pela posição metateórica das crianças com quem trabalhei, abriam-se, então, novas possibilidades para elas mesmas e para a teoria. Somente na sustentação da transferência, como afirma Jerusalinsky [Seminários III, p.25], ao referir-se à forma como Lacan dialogava com os casos que apresentava, o analista “conduz na direção de atingir a borda da extensão simbólica, de significância, com que esse sujeito pode responder à injunção discursiva, ou seja, ao que o Outro lhe demanda”. Será desde o terreno movediço da ignorância, tecido pelo enigma que o sujeito nos propõe, e não desde um lugar de saber, que lhe

podemos responder, tomados pela equivocação de nossa leitura, uma leitura que possa permitir a criação de um sujeito a enunciar-se desde um outro lugar. Sempre quando pretendemos um certo domínio sobre a nomenclatura, podemos ser surpreendidos por um mau-encontro, um des/entendimento, que apresenta um outro nome a se impor. Estamos sempre à mercê do inconsciente que se inventa, desalojados a cada instante disso que consideramos, então, finalmente desvelado, como se pudéssemos esgotá-lo através da propriedade em nossas interpretações. Muitas vezes, ao trabalhar com as produções gráficas ou picturais das crianças, via-me frente à tentação narcísica de uma intervenção imaginária, supostamente pensando ter a chave para a decifração do que se encontrava latente naqueles traços. Quando somos tomados pela “cegueira léxica de quem se imagina traduzir sem saber ler, e falar a partir do que se dá a ver,” [BALBO, 1991, p. 53] acabamos, rapidamente, encontrando um saber que compreende e apazigua.

Para escrever, o sujeito precisa abandonar-se às letras que lhe fazem corpo, deixando-as cair. O nome próprio está intimamente articulado à escrita, à medida que, ao escrevê-lo, circunscreve-se, minimamente, os traços que vão dar contorno, produzindo uma superfície, dando-lhe forma e consistência. Esse nome que ganha corpo na letra não é, contudo, algo permanente. A letra contorna a voz que ecoa – aaaaaaa – tentando dar limite às bordas do corpo, que se apresenta como uma superfície não fechada, esburacada pela pulsão.

As palavras escritas, desde os tempos das primeiras tabuletas sumérias, destinavam-se a ser pronunciadas em voz alta (...) Diante de um texto escrito, o leitor tem o dever de emprestar voz às letras silenciosas, a scripta, e permitir que elas se tornem, na delicada distinção bíblica, verba, palavra falada – espírito. As línguas primordiais da Bíblia – aramaico e hebreu – não fazem diferença entre o ato de ler e o ato de falar; dão a ambos o mesmo nome. [MANGUEL, 1997, p.61 e 62]

Ao ler um texto que resiste à nossa entrada, podemos lê-lo em voz alta, assim tomando a devida distância, impedindo que sejamos absorvidos pelo excesso da letra, que, em sua imagem, nos captura, ou pela ausência das letras, quando elas desfilam sob nossa vista sem que as olhemos efetivamente. Se sobre a letra pode recair um excesso de imaginarização, quando afirmamos *esta letra é minha*, a letra, por outro lado, revela de si a barra do recalque, surge borrada quando comparece sem qualquer significação, completamente idêntica a si mesma. A **letra**, enquanto instância no inconsciente, apresenta este caráter paradoxal, à medida que se apresenta com um caráter material, suportado por um traço ou por uma letra tipográfica até, e, ao mesmo tempo, **destituída de toda representação**. Por isso mesmo, a letra é a repetição daquilo que não pode nunca comparecer, aparecendo, então, apagada. Como ler o que está apagado? Ouvindo a escrita e lendo a fala. Na escrita é preciso, para ler, poder ouvir as ressonâncias da homofonia e, ao ouvir, é necessário colocar o som como letra, corporificado. Nas duas vertentes, é de uma leitura que se trata, “leitura do que se ouve de significante.” [LACAN, 1972-1973, p.47] A leitura da letra, que o significante, em seus desdobramentos metonímicos ou metafóricos vêm contornar, é o permitirá o que nomeio como *ex-criação* de sujeito. Penso a *ex-criação* como a operação da ordem da letra no inconsciente, repercutindo na letra escrita, da qual um sujeito pode advir ao realizar novas versões de pertença a sua filiação, ressignificando seu legado. É a leitura da letra, realizada desde fora, que produz a inscrição de um próprio ao nome na escrita do nome próprio.

Na leitura que faço, dou lugar privilegiado aos desenhos produzidos pelas crianças, atento àquilo que, no desenvolvimento da série, se apresenta enquanto heterogeneidade. Gabriel Balbo [Do ouvido ao olho, p.60] afirma que esses

desenhos que se destacam por sua descontinuidade são potencialmente metafóricos:

Se um conjunto de desenhos devesse ser distribuído segundo duas ordenadas, uma sincrônica e a outra diacrônica, em sincronia figurariam as séries metonímicas⁵⁸ nas quais diacronicamente poderiam ser assinalados os momentos metafóricos. O desenho que, numa série metonímica, apresenta uma singularidade metafórica, não é dissociável dessa série por isso, mas nela produziu equivocidade: jogando aí, encontra-se mal ajustado. Essa equivocidade, esse ajustamento imperfeito, é com relação à articulação metafórico-metonímica que ele desenha, que a esse desenho a deve. [BALBO, 1991, p.60]

A seguir, procuro delinear quais os efeitos que esses processos metaforonímicos tem sobre o nome próprio e qual a incidência dessas operações para a constituição do próprio ao nome.

Metáfora e processo metafórico, sob um ponto de vista mais geral, se assentam, por conseguinte, tanto na ausência do elemento substituído, quanto na presença que dele guarda a cadeia. Se é assim, seria possível dizer que a noção de contiguidade posicional que integra a definição de processo metonímico, esboçada por Jakobson, conserva algo mais da definição de metonímia enquanto figura. Na medida em que a cadeia/estrutura representa um elemento que está ausente nela como posição na qual está inscrito, pode-se dizer que atua como o todo representando a parte. O inverso também é verdadeiro: em cada elemento está inscrita sua posição na cadeia/estrutura e é nessa medida que o elemento pode representar toda a cadeia, enquanto suporte que representa o todo. Por outro lado, o processo metonímico também implica o metafórico. A possibilidade de substituição é que cria lugares/posição e, portanto, cria a própria cadeia/estrutura. [LÊMOS, 1998]

Quando Cláudia T.G. de Lemos (1998) aponta, no texto, – *Os processos metafóricos e metonímicos como mecanismos de mudança* – a estreita articulação e implicação da metonímia na metáfora e desta naquela, pode-se verificar que, se a metáfora é responsável pela criação de um novo sentido e de um sujeito, pode-se também reconhecer na metonímia um mecanismo através do qual um sujeito já enuncia algo novo.

⁵⁸ As várias séries metonímicas, em que os desenhos das crianças podem se desdobrar, delinham-se numa sucessão de traços ou termos encadeados no tempo, ou seja, diacronicamente. A

5.1 Exercícios Metonímicos

Um primeiro recorte clínico talvez possa auxiliar a explicitar melhor como penso essa leitura do escrito em um eixo diacrônico. A forma que o nome adquire, ao longo de três gerações, o seu desdobramento na linha do tempo, irá demonstrar, em uma perspectiva predominantemente horizontal, estruturas de transmissão do nome próprio e a apropriação do próprio nome.

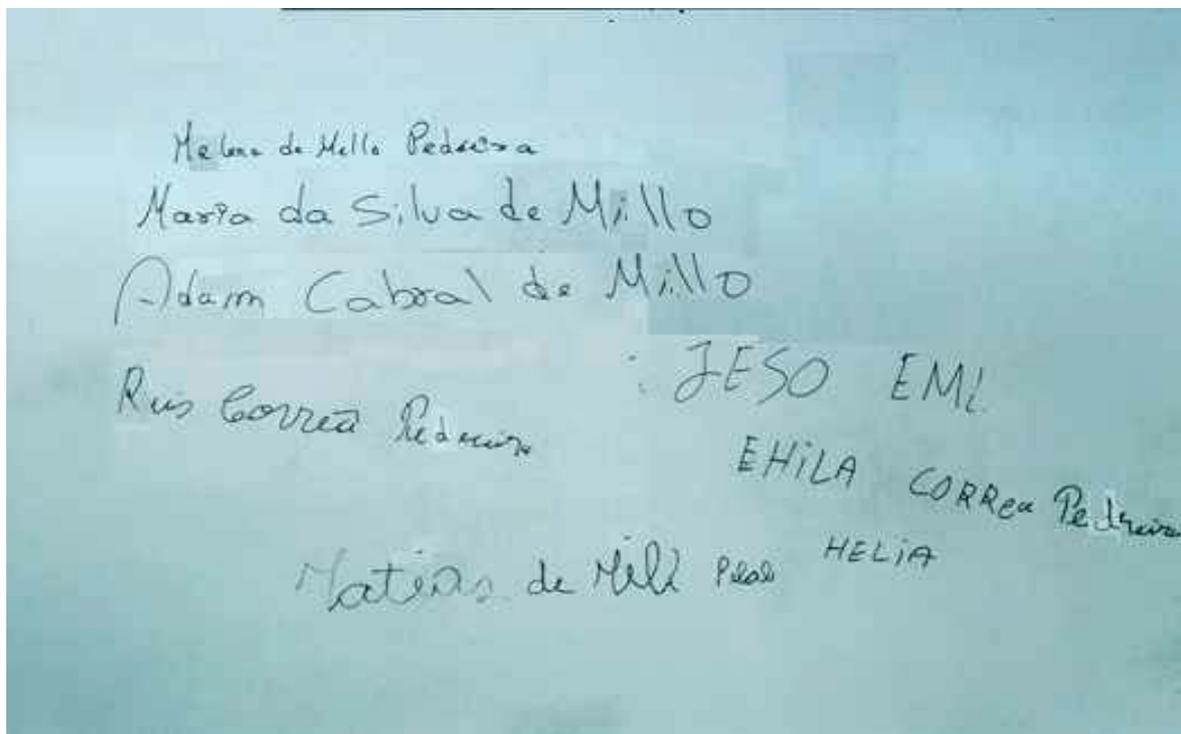
Recebo, pela primeira vez, uma criança de oito anos como *paciente identificado* e seus pais. Eles falam que Matias (nome fictício) “engole as letras e acrescenta outras” enquanto escreve e que está repetindo a primeira série. Dirijo uma questão a Matias, e a mãe responde. Os pais continuam dizendo que os “problemas” se resumem à escola e que em casa está tudo bem, pois o controlam bastante para não arrumar complicações. Pergunto então ao menino se ele poderia escrever seu nome no quadro branco, com o que concorda rapidamente. Escreve seu primeiro nome. Pergunto-lhe como é seu nome todo e ele responde. Pergunto se pode escrevê-lo.⁵⁹ Ele escreve: *Matias de Mill Pelal*, enquanto seu nome é *Matias de Millo Pedreira*. Ele não colocou um “O” no nome que provém da mãe e repetiu os “L’s” do sobrenome da mãe ao lado do nome que advém do pai.

Enquanto Matias está ao quadro, Helena, referindo-se à educação dada à filha, (mais velha que Matias) comenta que a fez “comer o alfabeto”. Disseram-lhe

equivocidade produzida pela metáfora, por outro lado, insere-se no eixo metonímico em uma perspectiva sincrônica. Não sei exatamente a que atribuir essa alteração no texto.

⁵⁹ Reconstruí seu nome e de sua família preservando sua identidade e, ao mesmo tempo, garantindo a permanência dos elementos formais importantes para a análise.

que havia sido muito severa com ela e aí “aliviou com Matias”. Apesar disso, enquanto Matias está escrevendo seu nome, a mãe vai corrigindo-o insistentemente.



Pergunto se os pais podem escrever seus próprios nomes e os nomes de seus pais. A mãe, prontamente, ergue-se e escreve seu nome no topo do quadro. A seguir, abaixo, o nome da mãe e o nome de seu pai, todos completos e legíveis. Enquanto a mãe escreve, **o pai diz que só sabe escrever o seu nome**. Mesmo assim, peço que escreva o nome dos seus pais à sua maneira. Escreve o nome de seu pai parcialmente, trocando as vogais de seu primeiro nome, três letras iniciais do segundo nome - sobrenome do lado materno - e, omitindo completamente o último nome, sobrenome do lado paterno. Ao escrever o nome de sua mãe, Rui inverte as duas primeiras letras do prenome, mas acrescenta o seu “*sobrenome de casa*” e o “*sobrenome de casada*,” completos e escritos corretamente? O que impediu a escrita do sobrenome *Pedreira* do lado paterno, de onde ele provém, e seu surgimento do

lado materno? Ocorre um esvaziamento do sobre-nome-do-pai⁶⁰ e seu deslocamento integral para o lado da mãe, que reivindica o nome do pai, tornando-o comum, constituindo o significante nome-da-mãe. Para Ruis, aquilo que se encontra sobre-o-nome-do-pai, do pai enquanto metáfora, é deslocado, ocupando lugar ao lado da mãe. A transmissão do que estava sobre-o-nome se dá, então, através dos restos metonímicos que o nome-da-mãe oferece. A esposa de Ruis aponta o equívoco na inversão das duas primeiras letras na escrita do prenome da mãe do marido e lhe alcança a carteira de identidade, que se encontrava em sua bolsa. Ruis copia o nome de sua mãe, agora corretamente. Também com Helena está a carteira de identidade de Matias – ela conta que, ao fazê-la, o filho não conseguiu assinar seu nome e precisou colocar o “dedão”. O nome do pai de Ruis também fica mais apagado em relação a como escreve o nome da mãe. O maior *esmero* na escrita do nome da mãe revela-se mais tarde, sob outra forma, na sessão, quando Ruis chora ao se lembrar da mãe, falando sobre sua morte (há cinco anos) e sobre como ela tinha sido importante para ele. Nesse momento, Matias fica ao seu lado, impressionado com o lamento do pai. Esse homem teve dois acidentes vasculares cerebrais no ano anterior e um, quatro meses antes da consulta. Helena, ao ver marido e filho um ao lado do outro, diz que os filhos são mais “ligados” ao pai, como se eles “não tivessem mãe”. Ela é quem se toma no lugar da falta, a quem, portanto, nada falta.

Como podemos ler o que está aí escrito? A “presença” reivindicada aqui é a da mãe, anunciada mais ainda quando refere o quanto seus filhos não têm mãe! Trata-se da presença do que é impossível representar e que se repete no retorno de sua letra. A escrita do nome de Ruis e Matias depende do que está na bolsa de

⁶⁰ Quando utilizo nome-do-pai ou nome-da-mãe com hífen é para marcar um significante.

Helena, de onde sai a letra em torno da qual pai e filho se situam. Segui-la textualmente implica uma alienação à letra que a mãe encarna. Ela é quem de/tém a letra, como o ministro no conto da *Carta Roubada*, de Poe.

Se alguma letra cai na escrita do nome do pai e do filho, Helena coloca-se na posição daquele que, ao vislumbrar a falta no outro, goza com a possibilidade de que é ela quem tem aquilo que o outro demanda: a certeza de que em sua bolsa está a letra que pode ser lida. Com isso, furta-se, em termos, à castração que sustenta a função simbólica e desloca para o filho a letra como puro real, impossível de atribuir sentido e que não cessa de se reproduzir. Digo em termos, pois como é evidente, não se trata aqui de uma experiência psicótica, mas de uma neurose, em que já muito do real pode ser tomado como enigma e pode ser simbolizado. Aquilo que não foi, contudo, encontra no mecanismo do deslocamento a via de re/atualização, quando certas letras acabam adquirindo uma prevalência, inserindo-se repetidas vezes na escrita de outros nomes. Prevalência do nome-da-mãe incidindo tanto sobre Ruis quanto sobre Matias.

Ao escrever o sobrenome do lado da mãe, *Millo*, Matias omite o “O”, que podemos tomar também como o número zero. O zero é o operador por excelência, aquele que permite as operações acontecerem. Há algo aqui, ao lado da mãe, que não está inscrito na ordem daquilo que falta? A falta do significante primordial é fundamental para que [a mãe ou quem quer que ocupe essa função] se movimente em direção a outro significante a quem o sujeito estará representado. “No numerador, no lugar do zero, as coisas vindas a se inscreverem são significações, significações dialetizadas na relação do desejo do Outro, e elas dão à relação do sujeito ao inconsciente um valor determinado.” [LACAN, (1964) 1985, p. 238] Matias

indica, nessa escrita, que a falta faz falta no nome da mãe? O nome da mãe, enquanto irreduzível à letra que o completa, estaria testemunhando que o nome do pai, o que vêm a seguir, não é convocado a preencher o que surge como a falta de uma falta? O nome próprio é a maneira singular com que cada um tenta elaborar as circunstâncias da articulação do nome da mãe com o nome do pai. O sobrenome do lado do pai é escrito por Matias como *Pedlal*. A letra “R” é omitida por duas vezes e, em seu lugar, surge o “L”. Há uma reduplicação da letra “L” do nome da mãe ao lado do nome do pai. Há uma prevalência da Letra “L” no lugar de “R”, que também é a inicial do prenome do pai, o que lhe faz, nesse momento, **inacessível à letra do pai?**

Na segunda sessão, Matias vem acompanhado do pai que refere o quanto foi difícil deixar o trabalho e que não o deixariam sair outras vezes, caso contrário, poderia perder o emprego. No final da sessão, combinamos novo horário de atendimento, viável para a família. Ruis diz que os filhos são especialmente ligados a ele e que a esposa precisa “ficar prestando atenção no que faz”. Matias mostra na escola e em casa quando ganha algo do pai, dando muita ênfase a isso, o que faz seus colegas o chamarem de “filhinho do papai.” Ao mesmo tempo, faz questão de mostrar o que ganha e acaba perdendo o que recebeu, tomado por um outro. Assim aconteceu com um lápis recebido do pai, em que ele havia gravado suas iniciais – *Matias P.*: um colega quebrou a parte marcada e ficou com o resto do lápis.

Matias tem um saco de brinquedos velhos e quebrados. Pede muito do pai que lhe compre novos objetos. Os filhos – a filha tem 14 anos, Matias 8 - ganham R\$5,00 de mesada; *tem que ser igual*, diz o pai, inclusive a nota (não pode um, por exemplo, ganhar 5 notas de R\$1,00 enquanto o outro ganha uma de R\$5,00).

Quando chamo atenção sobre as idades, o pai diz: *não pode ter diferença!* Ele se considera muito zeloso com os filhos e, para ilustrar, conta uma situação no ônibus em que um senhor queria tirar Matias do banco para poder sentar e Ruis disse, um tanto ofendido, que Matias também pagara passagem, recusando ceder o espaço do filho. Enquanto Ruis *dá passagem* ao filho, o filho paradoxalmente perde o passo, pois só poderá efetivamente contar-se, reconhecer-se, quando for pelo sobre-o-nome-do-pai, des/contado. O pai, excessivamente cuidadoso, não opera a diferença sexual que poderia auferir ao filho uma marca suficiente para que não precisasse sempre novamente de outro objeto, em um sucessivo deslocamento. Há, contudo, uma marca em que Matias pode se amparar, que serve para, em parte, interditar seu colega quando o colega não toma o pedaço do lápis já marcado com o nome que o pai de Matias escreveu. Se a inscrição paterna lhe permite um lastro a partir do qual não é completamente invadido pela indiscrição do colega, esse rastro do pai precisa sempre ser atualizado e certificado, presentificando incessantemente que aquele registro ainda não é suficiente para ser reconhecido e, portanto, obtura-o proteticamente com a letra do nome-da-mãe.

Faltam na sessão seguinte. Telefonam justificando, afirmando que não podem ausentar-se do trabalho. Na terceira sessão, enquanto o pai fala, agora sobre si, refere como ficou alguns dias com o lado direito do corpo paralisado quando esteve no hospital, e viu, “apavorado”, pessoas saindo cobertas com um pano. Enquanto isso, Matias desenha o Saci Pererê e uma cobra, dizendo: “a cobra vai comer o Saci Pererê.” Curiosamente, Pererê realiza uma homofonia com o sobrenome do lado do pai que, na construção do desenho, assim como anteriormente na construção da letra na escrita do nome, alguém comeu! Mas, mais do que isso, o que se anuncia aqui é o quanto e como o pai enfrenta a morte. E

Matias faz isto através de uma metáfora, que pode ou não ser lida. Quem nesse momento aparece enquanto manco é o pai, que refere o quanto, paralisado e impotente, vê a morte desfilar a sua frente. Mas, e a cobra que come? Quem come aqui? Na seqüência do atendimento, mais uma vez os pais falam que não admitem que os filhos sejam tratados mal e lembram de uma festa, em que a dona da casa disse para Matias “comer depois”. Ruis incomodou-se e não voltaram mais à casa dessa pessoa. Se Matias é quem come primeiro, pois não deve suportar a castração, é o pai quem a sofre efetivamente na sua carne.

Na quarta sessão, comparecem Matias, sua irmã e o pai. Matias relata que brigou com seu duplo, outro menino de mesmo nome, colega da 1ª série. Brigou porque o outro queria ser o machão e ele é quem o era, afirmou. A sua irmã intervém e conta que, quando Matias quer ser mandão com ela, “dá-lhe pau!”. Ruis diz: “é bom saber!”; como se não soubesse que em sua casa eram as mulheres quem tinham o pau. Outra vez o pai apresenta-se preocupado por ter que ir ao médico, porque não passava bem.

A partir desse dia, a família não compareceu mais aos horários agendados. Foi ainda realizada um visita domiciliar (procedimento usual em situações de não adesão) por um técnico, que não encontrou os pais em casa, e um contato com a professora da escola, que trouxe algumas observações:

Matias identifica as letras, mas “não as junta” [diz a professora], ou melhor, ele só junta uma letra à outra, sem poder atribuir sentido à montagem, dirigindo-se às letras e aos objetos como se pudesse encontrar-se no próximo.

A estrutura metonímica, indicando que é a conexão do significante com o significante, que permite a elisão mediante a qual o significante instala a falta do ser na relação de objeto, servindo-se do valor de envio da

significação para investi-la com o desejo visando essa falta que ele sustenta. [LACAN, (1957) 1998, p.519]

A conexão entre um significante e outro, que a metonímia realiza, institui os objetos e as letras de valor, desvalorizando o sentido. Se o valor atribuído nunca é suficiente para haver uma detenção do sujeito no momento de criação de uma significação, é, na medida em que falta ao operador do nome-do-pai consistência, porque o pai não suporta essa função. No lugar da metáfora do nome-do-pai, o pai apresenta-se enquanto metonímia que o nome-da-mãe permite, ao oferecer ao filho sempre outro valor. Aquilo que é ofertado, contudo, está destituído de valor suficiente para inscrever no sujeito o próprio ao nome, porque aquele que oferta não está se havendo com a castração que a morte e a sexualidade impõe. Matias tenta, através da produção da metáfora do *Saci Pererê*, por exemplo, a instauração de um pai que, apesar de manco, possa estabelecer marcas entre elas, a de um nome. Desse ponto, em que se pode *entreler* uma nova significação em jogo sobre o eixo do deslocamento metonímico, abre-se, como que num hipertexto, outra coordenada.

A professora ainda refere que, se lhe chama a atenção, vai para baixo da cadeira. Ela refere ainda que ele agride, freqüentemente, os colegas, que é desconfiado e que pensa que sempre estão se referindo a ele. *É só encostar em Matias que ele já quer brigar e não aceita o igual*, diz a professora. “O fato é que um homem se faz O homem por se situar a partir do Um-entre-outros, por entrar-se entre seus semelhantes.” [LACAN, (1974) 1998, p558]

No ano anterior, a mãe ameaçou – “o pai não abriu a boca” - a professora de dar-lhe uns tapas. A escola viu-se pressionada a substituí-la, pois percebiam a mãe possessa e achavam que ela teria de fato agredido alguém. A atual professora de

Matias, com quem conversei, diz que a mãe de Matias a vê como “empregada do filho”.

Esse recorte clínico demonstra como a passagem do nome próprio ao próprio nome opera, por um lado, numa perspectiva diacrônica, em um eixo sintagmático. Na sucessão das gerações, ocorre um desdobramento metonímico dos termos em jogo. O nome próprio articula-se através, inicialmente, de um processo de deslocamento, dos jogos de trans/posição entre o nome-da-mãe e o nome-do-pai. Dependerá da forma como esses operadores estiverem articulados entre si, um primeiro movimento na constituição do próprio nome. As unidades do nome-da-mãe e do nome-do-pai encontram-se contíguas no nome próprio, cada uma com uma função diferente, e não podem substituir-se uma a outra. Esse “não pode” deve ser lido como aquelas exclusões que sempre encontram uma atualização possível, como no exemplo citado, quando há uma evidente tentativa de prevalência do nome-da-mãe, na tentativa, ao longo de três gerações, de ocupação da posição do nome-do-pai. Essa suposta substituição estará marcada pelo “no lugar de” outro, proteticamente vindo a ocupar um lugar sempre, de qualquer forma, vago. Ou seja, se o nome-da-mãe não pode substituir o nome-do-pai, contudo, o valor de um e de outro será definido a partir da hierarquização posta em jogo entre os dois, só posteriormente. Será nessa relação sucessiva entre os dois termos em que se dará um primeiro exercício de transmissão do nome e das formas como o sujeito pode aí se inscrever.

Conforme Lacan nos ensina, Matias está sujeito ao significante em sua vertente diacrônica, quando prisioneiro da pulsão, lança-se ininterruptamente na busca de uma inscrição suficiente e que não encontra do lado do nome-do-pai, mas

se compraz ao demandar do pai objetos que o marquem na ordem de uma filiação. Na escrita de seu nome, revela sua divisão enquanto tenta suturá-la com o nome-da-mãe. Contudo, ao mesmo tempo, revela, na escrita de seu nome próprio, que só se conta ao se descontar, colocando o nome-da-mãe como faltante. Quando Matias escreve o nome-da-mãe como MILLO, sem o zero, tomando-o enquanto “o significante da falta desse símbolo zero”, [LACAN, (1960) 1998, p.836] institui-se o significante de uma falta no Outro, que poderia facultá-lo a lançar-se, então, a dar conta desse indescritível ou *indescrivível* nome-do-pai. É nesse lugar, se pensamos o eixo diacrônico como uma combinação de significantes, que um se desloca descolando o outro, o ponto de ancoragem e ultrapassagem para o eixo sincrônico, terreno em que a ficção poderia tornar-se possível. O ponto de desvio no deslizamento horizontal dos termos em jogo na construção do nome próprio abre-se a um hipertexto, quando encontra na *falta desse zero*, no eixo vertical da metáfora, a possibilidade de inscrição do próprio nome. O deslocamento metonímico, se necessário, não é suficiente para permitir a constituição do próprio nome, como neste relato clínico, em que a invenção do nome-do-pai fica como uma promessa.

5.2 Exercícios Metaforonímicos

Um menino de oito anos é encaminhado pela escola para atendimento⁶¹, sobretudo porque fugia quando a professora titular se ausentava da sala. Nesses

⁶¹ Esse atendimento iniciará como uma terapia familiar sistêmica, abordagem preferencial de um serviço de saúde mental pública, com a participação do próprio menino e da mãe conjuntamente. Nessa perspectiva terapêutica, é usual a intervenção simultânea, nas sessões, de dois terapeutas, o que aconteceu neste caso, em que os atendia com uma colega. Um dos efeitos dessa abordagem é a

momentos, não aceitava a intervenção de outra pessoa, chorando, agredindo verbalmente, pedindo socorro e, no auge da crise, saía para a rua sem rumo definido. Consta como se ele houvesse sido responsável pela saída da professora estagiária da escola, que “não agüentou”.

Sua mãe relaciona a situação à falta do pai, que vai “visitá-los”, normalmente, a cada final de semana. Apesar da convocação do pai como uma eventual explicação para a situação do filho, ela mal parece conhecer esse homem, pois não sabe, por exemplo, se estudou e até quando. Atualmente, ela o recebe do lado de fora da casa e diz não estar mais disponível e que não espera mais nada dele. Mário, vamos chamá-lo assim, diz: “a mãe tropeçou por causa do pai”. Pergunto se o pai passou a perna na mãe?! Vera sempre recebeu as visitas desse homem, com quem tem outra filha, seis anos mais velha que Mário, mas nunca residiram juntos. Ela, que não fazia maiores exigências, passou, depois de certo tempo, a falar em uma pensão, mas seu companheiro retrucava que “não havia lei pra isso”. Ela então foi “procurar esta lei” e, a partir do instante em que o intimou frente à justiça para reivindicar a legitimação do vínculo e a inclusão do nome do pai ao de seus filhos, não se interessa mais por ele.

Numa das primeiras sessões, Vera comenta que ela mesma não espera nada mais para si, nem do pai de seus filhos nem de outro homem e que somente deseja algo para seu filho. Enquanto fala sobre isso, Mário desenha sobre um papel a figura de uma mulher – vêm e diz-me ao ouvido que é a minha colega que o atende juntamente comigo, para quem entrega o desenho – em que está escrito: MÁRIO EPAA. Essa escrita, que sai da boca de uma mulher, eu leio assim: Mário

êpa, Mário e paa(r), Mário e paa(i)?! Ele representa a mãe que fica com a boca cheia falando o filho, mas não tão plenamente, pois permite-se colocar outra mulher aí, chamando-o. As diferentes leituras possíveis de EPAA introduzem uma possível equivocidade na certeza de que Mário atenderá exclusivamente às expectativas da mãe. Qualquer uma das leituras introduz um terceiro elemento, apesar da colocação de Vera como quem não está dirigida a outro que não ao seu filho.

Antes de conhecer o pai de Mário, Vera “ia casar” com outro homem, quando, alguns meses antes, viu o futuro marido com outra mulher. Desistiu do casamento, mas acabou ficando com esse homem em torno de dez anos, com quem teve dois filhos. Essa é uma posição que se repete, pois está impedida de tomar um homem como seu. Em toda repetição, o sujeito, por um lado, recebe uma petição através da insistência da cadeia significativa, que, por outro lado, é impossível de atender plenamente, repetição daquilo que não pode nunca comparecer. Neste caso, o que não pode aparecer é a letra do nome do pai em seu nome próprio. Contudo, esse nome do pai está presente – Vera o convoca através de “uma outra lei” e o disponibiliza para seus filhos.

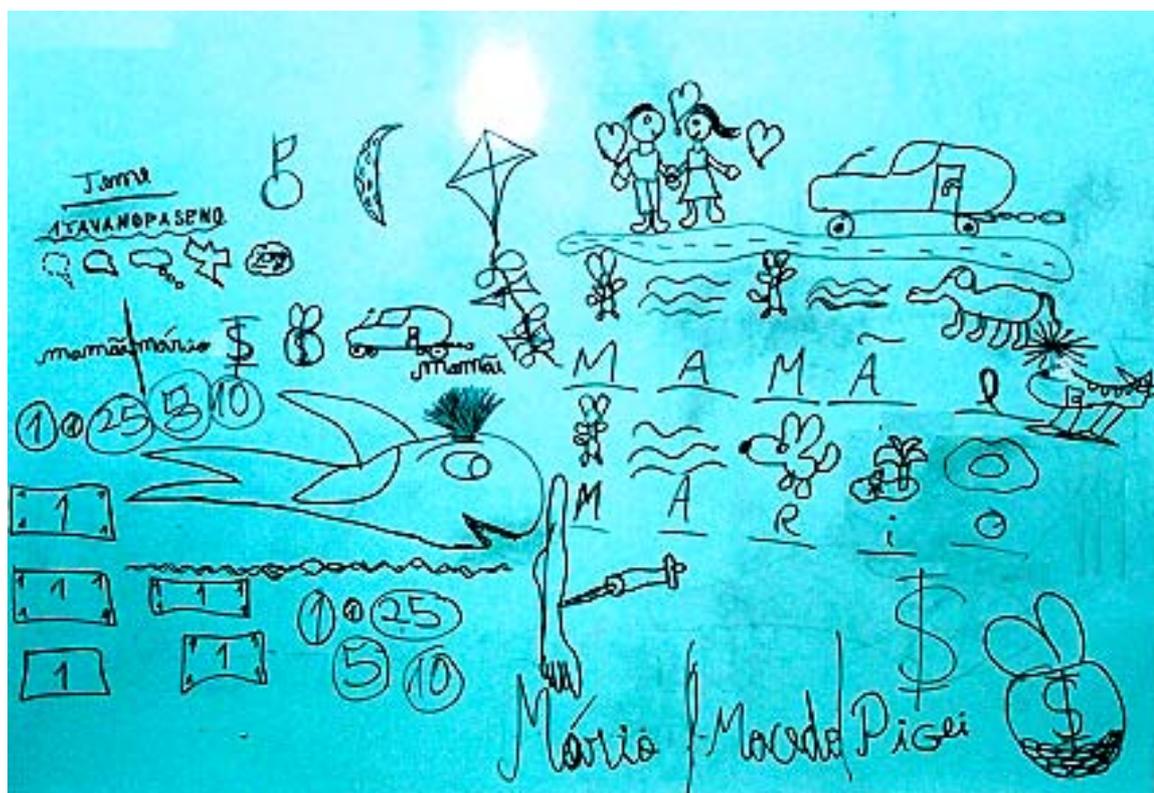
Entre as fotos trazidas por Mário, em uma sessão, em que ele aparecia pequeno, encontra-se uma em que Vera desfilava no carnaval como destaque. Ela explica: “era como personagem negra da época dos escravos.” A partir daí lembra da festa de sua comunhão (em outubro), do vestido proveniente de outra cidade e como estava bonita e diferente das demais – até o padre comentara. Destaca que, como na festa tivera muita comida, tiveram que distribuí-la entre os vizinhos. Dois meses depois, sua mãe morrera em seus braços. Em fevereiro, quando iria fazer

quinze anos, estava de “luto fechado”. No momento dessa passagem, ao ocupar o lugar de diferenciação frente às outras mulheres, que a identificação com a mãe poderia lhe permitir, desfila como destaque para o desejo de algum homem. Ela, no entanto, assusta-se com o voto de morte que isso poderia implicar. A partir daí, não é mais capaz de afastar uma outra mulher do homem que deseja; ela é quem se retira. Contida, agora é ela quem vai ficar com as sobras da festa. Para o aniversário de quinze anos de sua filha, não fará festa, “só um bolo” e repete a mesma expressão que usa para os aniversários de Mário: “se tiver farinha”. Em suas “crises”, Mário dizia que “comida é para passarinho” e jogava fora o pão, contrastando com o grande valor dado pela mãe aos alimentos, ao passo que considerava os brinquedos supérfluos. Enquanto isso, Mário desenha em uma folha um canguru e, em outra, uma flor, dando a perspectiva de movimento, de um pulo que aí precisa ser dado. Na sessão anterior, ele havia sido atropelado por um carro que vinha devagar e, quando tentaram ajudá-lo, correu muito assustado para debaixo da cama. A vizinha comentou com a mãe de Mário que ele falara em morrer. Há um voto de morte dessa mãe para seu filho quando ela não quer que ele se mexa, que brinque ou que cante as músicas do rádio (dança com a música que escuta da casa dos vizinhos) e, sobretudo, quando ela, por exemplo, esconde as fotos que ele tirou na escola para não levar ao pai.

Na sessão seguinte, depois de conversar com a supervisora escolar, a mãe traz sua preocupação com as dificuldades de leitura do filho. Relembra uma irmã que “não aprendeu” e acha que Mário “pegou o sangue dela”. Um dos elementos que apareceram no desenho desse dia são, sobre o que nada fala, o que parece ser um braço que recebe uma injeção, injeção de um sangue ruim. Enquanto a mãe expressa sua dúvida em relação ao filho passar para a 3ª série, achando que ele

não conseguirá, ele conta: “2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª,” a progressão das séries. Para todas as questões cruciais para Mário, trazidas pela mãe, ele realiza uma replicação com a injunção que lhe cai sobre os ombros. Algumas ganham uma expressão verbal, outras, expressão plástica, em um jogo ou num desenho mas, sobre todas, há indícios de uma leitura realizada por ele acerca do discurso que o contorna.

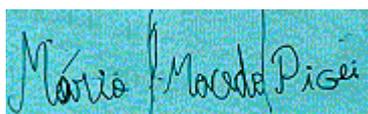
No quadro, constrói um ideograma para “mamãe” e, embaixo, as letras de seu nome com os ideogramas correspondentes, em que duas letras são idênticas. A atribuição que realiza ao dar a cada letra uma imagem correspondente, demonstra uma primeira tentativa em distanciar-se, de dar outro traço à letra. Encontra letras em seu nome que não encontra em *mamãe* e acaba por migrar em busca das letras faltantes. Escreve “mamãemário”, sem espaço entre os dois. Ao lado faz um cifrão, um saco de dinheiro e, na seqüência, um carro voltado para a esquerda, onde escreve, mais uma vez, “mamãe”.



A leitura que Mário realiza nesse momento e que corresponde à sua escrita, não permite ainda uma separação consistente entre as palavras. As letras vão se sucedendo uma à outra, e não há lugar para o espaço vazio. Mário diz que as letras são muito “miúdas”. Em sua leitura, silábica, tenta, pausadamente, separar o que está muito embaralhado. A sua tentativa em exercitar o corpo das letras, tentando dar a cada uma seu estatuto próprio, dá-se por intermédio da cifração que realiza em “mamãemário”. Leio a frase dele assim: “O carro da mamãe anda para trás. Para ganhar dinheiro, precisas te separar da mamãe”. Ao dizer isso, faço um traço entre mamãe/mário. Digo *para trás*, porque ir da direita para a esquerda (como faz o carro da mamãe) realiza o movimento contrário ao da escrita e porque o discurso da mãe acerca do filho o insere num lugar onde espera que ele não se mexa, faça silêncio, porque não aposta que possa se lançar à frente. No momento em que realizei este corte através de minha leitura, a sua consequência não estava clara. Percebo no desenho vários números circundados por um limite retangular ou circular. São notas e moedas que já apareciam em outros desenhos. O dinheiro que Mário persegue – diferente da mãe, diz que quer ser rico - permite-lhe estabelecer trocas. Esse é outro elemento indicando a possibilidade das letras serem trocadas, alteradas em sua posição. O que já se insinua aqui como apresentando valor, mas que precisa ainda ser referido assim, formalmente, é o nome-do-pai de Mário. O que fica como um enigma para ele é qual o valor que seu pai tem para sua mãe? Mário carrega em seu nome o nome do pai há apenas dois anos. O desenho apresenta vários elementos que se articulam e há outros aspectos que já insinuam um corte com o nome-da-mãe. Acima, faz a silhueta de uma menina, sozinha, com alguns corações em volta. Denomino a figura como “uma colega...ou namorada?!” Ele responde: “menos, menos”. Depois desenha um menino ao lado da menina. Já se insinua aqui

outra configuração do feminino, não a mãe, mas a mulher para a qual pode se lançar.

No final do desenho, Mário escreve, pela primeira vez, o seu nome próprio completo, inserindo entre cada nome uma barra, marcando uma separação, como a que fiz entre mamãe/mário.

A photograph of a handwritten signature in black ink on a light blue background. The signature reads 'Mário | Macedo | Pigei', with vertical bars separating the three parts of the name.

Na semana seguinte, o tema da aproximação / afastamento da mãe retorna quando desenha uma aranha e uma “mosca presa na teia”. Procura no calendário a data de seu aniversário, que será dentro de um mês, e faz de conta que está na janela do ônibus indo comemorá-lo na casa de uma tia que reside em outra cidade. A mãe lembra da ponte que precisa atravessar para chegar lá, sente-se insegura e prefere ficar em casa. Depois fala de alguns sintomas, dor embaixo do seio, dificuldade para respirar...mas, que não confia nos médicos. Como “não sabe o que vai acontecer com ela”, talvez não haverá bolo no aniversário que Mário tenta destacar. O exercício de lançamento para um terceiro lugar, na figura da tia, na do médico ou na dos amigos que poderiam ser convidados para sua festa, é sempre posto em dúvida, o que envia para um relançamento contínuo para a relação a dois. Mário ausculta o coração da mãe e depois se atira em seu colo, chupando o dedão.

Depois escreve seu nome no quadro:

MÁRIO MACEDO (1 SACO DE \$) (1 NOTA DE 10.00.00)

Vera comenta que falta o sobrenome do pai. Ao que parece, o nome do pai está aí escrito enquanto significativo nome-do-pai. Quando o juiz determinou a alteração do nome de Mário e a anexação do nome do pai, o escrivão perguntou a Vera se ela queria manter ou não o seu nome no nome do filho. Respondeu que sim, e lembra que sua mãe abriu mão do nome de casa quando casou.

O nome-do-pai pode surgir quando o nome do pai falta e no lugar dele aparece um operador monetário que vai permitir a Mário realizar trocas. Apesar do discurso circulante, ele tem valor. Quando Vera comenta que Mário só espera o pai em suas visitas, porque ele lhe dá dinheiro para jogar videogame, toma-o em uma perspectiva essencialmente imaginária. Há uma tentativa de exclusão de alguma ascendência que o pai possa ter sobre o filho. Vera conta que o pai queria visitar Mário no dia do aniversário⁶², mas avisara-o de que não estariam, mas não disse nada ao filho. O filho então diz que vai trazer um gravador para registrar o que a mãe fala nas sessões, porque em casa é diferente, ela pede para não falar do pai e ali a mãe ocupa-se dele. Mesmo para afirmar que “pai pode ser um poste”. A passagem do pai em um registro imaginário, do pai que dá dinheiro, para um registro simbólico, da inscrição de um valor que este nome tenha para a mãe, permite Mário operar com ele.

Ao falar de seu próprio pai, Vera diz que era carinhoso, que a tratava de forma especial, “passava a mão por cima” e a protegia. Lembra que quando bebia, falava consigo mesmo. Conta como não queria que ele se casasse novamente – “ele nunca falou”, mas ela não queria. Isso a leva a declarar como Mário espera que ela case com o pai dele. Mário então ocupa, no jogo de faz de conta, o lugar do padre:

⁶² O aniversário ocorreu na casa da tia, que colocou balões e mandou fazer uma torta.

“o sr. Guido aceita a sra. Vera,...a Sra. Vera aceita o sr. Guido...?!” Representa a mãe jogando o buquê no final da cerimônia, etc. Apesar de Mário não lograr sucesso nessa empreitada – Vera sai, no final da sessão, dizendo que não tiraria o seu nome de casa, recebido de seu pai, se se casasse – percebe-se, e Mário também percebe, que sua mãe circula na órbita do nome-do-pai, do seu pai. É isso que ele quer gravar na fala da mãe, e que lhe permite a inscrição num lugar terceiro, nesse caso, fantasiando ser o padre. Ocupar o lugar do padre, ou melhor, desse lugar sempre um tanto estrangeiro que é o da fantasia, que se torna possível quando uma escuta dos processos inconscientes permite a enunciação de outros efeitos discursivos quando calcado na transferência.

No início dessa sessão, Vera fala que Mário passou para a 3ª série e que sua filha também foi para a série seguinte. Volta a falar no pai de Mário, de sua promessa de dar-lhe um vídeo-game e material escolar. Ela mesma nada pede a ele e não acredita que vá cumprir aquilo que prometeu. Diz: “o meu pai não tinha para dar, Guido tem, mas não dá!” À medida que o toma como alguém que tem, comenta como ele solicitava para Vera e os filhos confirmarem o quanto gostam dele, se deveria pintar os cabelos, etc, ou seja, como quem constitui uma demanda de amor, ou seja, alguém em falta. Ela não responde nada, mas acha melhor que deixe assim, pois grisalho “é mais bonito”.

Mário desenha um grande olho, uma boca com a língua saliente e dois braços abertos para o alto e diz, dirigindo-se a mim: “**estou de olho no senhor!**” A explicitação da transferência em jogo, de que está muito atento sobre a leitura que faço daquilo que enuncia, é o que permite um desdobramento na escrita do seu nome próprio tomado enquanto significante. Mário consegue desviar o olhar da mãe,

que “só olha para os filhos” e, ao voltar-se a um terceiro, oferece seu nome a jogos que lhe permitirão tomá-lo como próprio.

No meio dessa figura, escreve seu prenome, a primeira letra do nome de família materno e o sobrenome do pai com a omissão de uma letra. Sua mãe chama a atenção sobre a falta, comentando que o pai pediu-lhe para escrever o sobrenome paterno. Vera teme que Guido esteja, dessa forma, pretendendo enganá-los, ao fazer Mário assinar algum documento...?! Se este homem é percebido como alguém que pode realizar uma trampa ou engodo, reconhece-se de um pai a possibilidade de ser enganado – como Lacan lembrou ao jogar com a homofonia do título do seminário, *Les noms du père* (os nomes do pai) com *Les non dupes errant* (os não bobos erram) - como condição para a transmissão da possibilidade do filho assinar embaixo de algo.



Mário apaga então o sobrenome do pai e inicia a escrevê-lo novamente pela letra *P*, mas acrescentando agora *ateta...pateta*. Nesse escrito figura-se um sentido produtor de um fascínio quando concluímos: ah, então o pai dele é um pateta! Abaixo do sobrenome do pai, agora transformado em *pateta*, escreve (em outra cor) *MELEBO* (com maiúsculas) e mais uma vez abaixo, *BORO*. Solicito que leia o que escreveu e diz: “MELECA” e “BURRO”.

Estamos aqui frente a duas formas de escrita do nome próprio. A primeira apresenta-se num eixo horizontal, no deslizamento dos termos em jogo. A letra “M”, letra inicial do sobrenome materno, está deslocada, e ocupa o lugar do sobrenome, ele mesmo. Sobre o nome da mãe, recai uma operação metonímica que toma a parte “M” pelo todo-nome. Através dos exercícios em seu nome próprio, ele opera a

criação de um próprio ao nome. O nome da mãe é reduzido a uma letra! Se antes havia se lançado assiduamente no exercício de escrita em seu nome próprio buscando uma diferenciação entre mamãemário, agora pode realizar uma operação de redução em seu nome. Assim, dá nome ao significante da falta no grande Outro materno. É essa redução do nome-da-mãe que permite, posteriormente, ocupar-se com operações em torno do nome-do-pai. Se, desde o início, Mário ensaiava como ele mesmo poderia articular-se perante esse nome da mãe, que de tão excessivo lhe ficava colado, agora, com sua redução, instaura-o enquanto significante nome-da-mãe, permutável e irremediavelmente remetido a outro significante, sobre o qual ele se debruça tentando entender do que se trata.

Ao escrever o sobrenome paterno com uma letra que falta – o que é observado pela mãe, atenta para aquilo que, no pai, não comparece – e mostrando, depois, que é capaz de voltar-se sobre o nome do pai, escrevendo-o de outras formas, Mário demonstra o quanto algo de uma transmissão se efetiva. “É enquanto que uma destas letras está ausente que as outras funcionam, mas que sem dúvida é na sua falta que reside toda a fecundidade da operação”. [LACAN, (1966-1967), Aula de 23 de novembro de 1966] A primeira forma com que o nome-do-pai pode ser retranscrita acontece em um eixo diacrônico, de contigüidade, em que há uma combinação com outros significantes postos à disposição pela mãe, que referiam o pai como “um poste”, por exemplo. “P”, primeira letra do sobrenome do pai, desloca-se para **P**ateta. A letra que falta no nome-do-pai não o impede de escrever, mas é justamente aquilo que no pai faz falta que permite o exercício de seu preenchimento.

Assim, na tentativa de apropriação que há na escrita do nome próprio, o nome-do-pai, último nome, é o ponto de basta.⁶³

Desse ponto de basta, encontrem a função diacrônica na frase, na medida em que ela só fecha sua significação com seu último termo, sendo cada termo antecipado na construção dos outros e, inversamente, selando-lhes o sentido por seu efeito retroativo.[LACAN, (1960) 1998, p.820]

O que no pai faz falta para a mãe, remete S1 a S2 e permite ao sujeito um novo sujeito, do qual fala Lacan, surgir no intervalo entre os dois. Esse surgimento se dá só a tempo para no instante seguinte se esfumçar, pois nunca se consegue entender exatamente o que move um em relação a outro. Quando P_____ se transforma em PATETA, o significante nome-do-pai liga-se ao significante PATETA, apresentando, dessa forma, a significação que insistia, na boca da mãe, em colocar o pai da função como um bobo. No eixo horizontal da escrita do nome, em seu deslizamento diacrônico, a metonímia permite operar com o significante nome-do-pai associado ainda excessivamente ao que ele representa para o significante nome-da-mãe. Nesse nível, apesar de ser o último, o nome-do-pai *não dá um basta* e a significação resiste.

É a conexão do significante com o significante que permite a elisão mediante a qual o significante instala a falta de ser na relação de objeto, servindo-se do valor de envio da significação para investi-la com o desejo visando essa falta que ele sustenta. [LACAN, (1957) 1998, p. 519]

Na escrita de seu nome próprio, Mário indica, quando escreve PATETA, que ele mesmo pode apropriar-se do próprio em seu nome ao tomar a significação que circulava, dando-lhe nome. A desvalorização do sentido, que a metonímia concede, permite, nessa renomeação e invenção do pai como um pateta (o que não foi dito pela mãe, literalmente), que Mário já possa servir-se do nome-do-pai, constituindo

⁶³ Mesmo quando este nome, eventualmente, não se encontra, formalmente, no nome próprio.

algo de um próprio ao nome. Assim, tomando o significante nome-do-pai como sustentando a falta que o constitui, Mário pode, ao deslizar como desejante, nomear a falta de ser, aquilo que não é. Ele não é PATETA! Apesar disso, não ser pouca coisa, na metonímia há uma “manutenção da barra” [LACAN, (1957) 1998, p.519] que separa S/s, o significante do significado, o que tem como consequência a escrita de um nome ainda muito preso em sua herança.

Ainda outro movimento precisa ser realizado para inventar um próprio ao nome. No desenho, uma outra forma de escrita do nome próprio surge quando Mário rompe o eixo horizontal, mais usual, e transita numa perspectiva vertical ao escrever o seu nome com os significantes do nome-da-mãe e do nome-do-pai, produzindo a emergência de uma nova significação.

Ao escrever MELEBO, repete do sobrenome materno as seguintes letras: M_ _ E _ O. Além disso, as consoantes de ligação apresentam sons bastante próximos ao seu sobrenome materno. No hipertexto que essa escrita inaugura, o nome-da-mãe é lido por ele como uma MELECA, nessa enunciação, demonstra que as chances para ficar grudado nela já são muito menores. O segundo nome escrito foi BORO e lido como BURRO. Ao ler a expressão BORO, o B soa mudo e persiste a ressonância de ORO. Se o pai é um pateta ou um burro, é do lado do nome-do-pai que se encontra o O(U)RO, o teso(u)ro que Mário insiste em desenhar, representado como sacos de dinheiro ou simplesmente sacos com números. Como resolver esse dilema de um pai burro que, ao mesmo tempo, guarda tal valor? Leio para ele minha versão de BORO, dizendo: ORO?! O burro tem um teso(u)ro? Mário passa a enumerar que o pai planta melancia, batata, aipim, couve, alface...Digo, então, que as sementes do Guido estão dando frutos.

Se me permito estabelecer uma leitura do que ele propõe, é na medida em que Mário se encontra nesse momento da escrita do nome e na leitura que faz dela, na estrutura da metáfora, pois “é na substituição do significante pelo significante que se produz um efeito de significação que é de poesia ou criação”. [LACAN, (1957) 1998, p.519] Ele toma o nome-da-mãe e inventa um significante MELECA para substituí-lo. Quando apresenta BORO no lugar do nome-do-pai – último nome no eixo vertical – ele lê burro, em uma quase replicação do deslocamento que havia já realizado na metonímia PATETA. Contudo, a letra, instância da letra no inconsciente que Mário oferece à leitura daquele em quem está de olho, impõe que se tome o “momento de ciframento do traço, que só pode ser acústico” [Balbo. Do ouvido ao olho, p.59] como uma metáfora. Parte-se de uma correspondência do som à escrita. Somente recorrendo-se à letra, à textualidade do escrito, ultrapassando o que parecia um tropeço ou um defeituoso acesso à ortografia, para verificarmos que o sujeito já está aí inscrito nas leis da linguagem. Não se trata de corrigir e fazer escrever certo, mas de entender que, invariavelmente, os equívocos tem uma razão de ser; basta que possamos lê-los. Ao permitir, assim, que o nome-do-pai seja tomado como valioso, subverte o lugar que lhe era predominantemente atribuído no discurso que circulava. Realiza a ultra /passagem do nome-do-pai quando vai além dos limites impostos por uma significação que o circunscrevia dentro de uma perspectiva delimitada pelo discurso que fazia incidência sobre ele. “Essa transposição [da barra de S/s] exprime a condição da passagem do significante para o significado (...) confundindo-o provisoriamente com o lugar do sujeito”. [Lacan. A instância da letra...p.519] Inventa o próprio ao nome quando transgride – e é tomado em sua vigência – a lei que o pai de nome instaura. Alguém está na plena vigência do significante nome-do-pai quando pode ser ultrapassado, e a transmissão de seu

nome, então, opera. Serão as diferentes versões que esse significante suportará, que darão visibilidade, sempre instável e provisória, ao sujeito.

Na sessão seguinte, Mário desenha no quadro a palavra FE SA DO e complementa colocando em torno da palavra um balão que leva à boca de *cebolinha*, personagem de histórias em quadrinhos de Maurício de Souza. Ele lê FE SA DO como *fechado*. Num primeiro momento, essa palavra fica solta, sem que consiga articulá-la a algo que pudesse lhe fazer sentido. Depois de escrever, vai para o calendário afixado na parede e pergunta sobre quando será seu aniversário, que ocorreu há dois meses, antes das férias escolares. Lembro, a partir daí que, logo no início da sessão, ele cantou “parabéns a você” baixinho. O FE SA DO, a partir do que escuto, faz um sentido e inscrevo aí uma letra, resultando em: FE STA DO...?! Ficam evidentes as inúmeras possibilidades de costura de sentido abertas a partir dos significantes apresentados. Por que não fiz de FE SA DO, por exemplo, ENFESADO? Se em toda interpretação há algo de uma arbitrariedade e violência implicada, isso mostra o quanto é difícil atingir o alvo na mosca. O que importa, no inumerável das possibilidades de impregnação de sentido, é espantar a mosca para que ela voe. Os elementos trazidos permitem associar dentro das cadeias significantes que Mário vinha me trazendo, ao longo das sessões, uma intervenção na letra. Só depois da intervenção é que iremos saber algo sobre sua propriedade. “O de que se trata no discurso analítico é sempre isso – ao que se enuncia do significante, vocês dão sempre uma leitura outra que não o que ele significa.” [LACAN, (1972-1973) 1985, p. 52]

Logo após fazer de algo FESADO, FECHADO, a FESTA DO... a mãe de Mário fala em como se surpreendeu ao constatar que o filho “está lendo”. A irmã

mais velha de Mário chamou a atenção da mãe que ele lia em voz alta. Ficou atenta e depois foi “conferir” no texto se o filho lia corretamente. Para ler, é preciso, como apontam Bergès e Balbo (1997), *deixar cair letras*. É preciso não estar excessivamente colado às letras naquilo que elas podem apresentar de uma exigência em serem tomadas enquanto verdade, fixadas em uma imagem imutável. Dessa maneira, se realizo uma leitura da letra, não posso tomá-la como uma leitura derradeira, tentando - como o faz o ministro no conto de Poe, *A carta roubada* - tomar posse dela. As letras podem cair, quando a mãe situa seu filho em um lugar de onde ele sabe coisas que ela mesma não sabia. Há um terceiro para quem ela demanda que responda sobre aquilo que ela mesma não sabe do filho, o que abre a ele a possibilidade de estabelecer uma transferência, ou não, com esse terceiro. E a mãe de Mário pode, assim como o analista, ser surpreendida por ele. Isso, pouco tempo antes, não se apresentava dessa maneira. Nesse dia, logo contará como durante as férias Mário fez uma convulsão e como agora está atenta a ele, inclusive durante a noite. Quando ele está “agitado”, incomoda-se e não quer que faça barulho, mas agora, na sessão, quando ele fica algum tempo quieto enquanto desenha, ela pede que fale algo para certificar-se de que tudo anda bem. Depois ele falará que pode se cuidar e senta no colo de minha colega. Vera comenta: “ele sempre quer sentar no meu colo”. Naquele momento, demonstrava que podia ir ao colo de outra.

Na semana seguinte, faz outro desses desenhos que, eventualmente, se destacam de uma série que avança. O primeiro, um céu com chuva e raios. Depois desenha um navio, que refere como *o meu navio* (do analista). Está com um furo, fazendo água e me atiro para socorrê-lo. Nessa encenação, chama-me de “papi” e escreve no horizonte PABADO, que lê como BABADO e diz que eu estou babado.

Agora, quando escrevo isto e relembro a sessão já distante no tempo, dou-me conta de que poderia ter lido simplesmente PARADO. Se *o papi está parado, e não o salva, não se atira na água*, isso abriria outros encadeamentos significantes possíveis. Ao invés disso, pergunto se *o pai fica brabo porque, para a mãe, ele [o pai] é um papo furado?! Desenha uma igreja e entoa a valsa nupcial, casando os pais. Vera diz que não quer! Contudo, na sessão seguinte, surge com novo visual. Apressa-se a dizer que foi sua irmã quem quis arrumar seu cabelo, pois ela “não dá importância”.* Mário faz toc-toc-toc no quadro, como se alguém estivesse à porta, e vai atender. Parece que convoca alguém para bater à porta da mãe. Em seguida, desfila orgulhoso mostrando uma “carta” em que aparecem, em vermelho, três corações em que está escrito:

De Mário

Para:.....?!

Digo que não consigo ler para quem é! Com a chave do armário da sala, que faz menção de engolir, mostra-me que é segredo. Ele mesmo pode ser tomado em uma triangulação entre esses três corações edípicos, na convocação que faz aos pais para ocuparem, com o casamento, o lugar devido no registro simbólico, metido aí entre dois, tentando entender o que se passa e qual o seu lugar. Somente quando se encontra metido *entre dois* – o que exige um primeiro dirigido a um terceiro – como valor de troca, pode, por sua vez, realizar um endereçamento a qualquer Outro. Precisa haver inicialmente um endereçamento de S1 para S2, em que Mário é a carta, para só então ser possível dirigir-se a qualquer um.

Vera diz que é só Mário quem importa e que a filha o espera dormir, para então levar seus trabalhos escolares para a mãe olhar. Digo que, se para ela Mário é tudo, isso não impede que outros batam à porta dele e queiram ficar com ele. Vera diz que muitas vezes não aceita quando os amigos o procuram. Ele faz um boneco com massa de modelar, põe um pênis e diz que sou eu. Concede-me o pênis mas, ao mesmo tempo, diz que o meu barco está furado, ou seja, pode herdar o falo daquele que o carrega, pois ele não lhe pertence. Isto permite brincar com o nome-do-pai...e o escreve como Guido, Guidinho, Guidão.

Mas o Pai tem tantos que não há Um que lhe convenha, a não ser o Nome do Nome do Nome. Não há Nome que seja seu Nome-Próprio, a não ser o Nome como ex-sistência. Ou seja, a aparência [semblant] por excelência [LACAN, (1974) 2001, p.559]

Nesse exercício sobre o nome-do-pai, opera-se uma queda do nome e no seu concomitante deslizamento, o pai já não corresponde mais a um-nome mas é tomado enquanto nomes-do-pai. É essa operação, do nome-do-pai transformado em nomes-do-pai, que vai lhe permitir o preenchimento do endereço ao qual estará remetido, com diferentes denominações, laços possíveis a partir de então.

A essa passagem associam-se outras formas de indicação do nome-do-pai, por um lado elevado à potência e, por outro, sujeito a uma queda. Mário desenha uma flor, dirige-se à mãe e diz: “tá velha, quase morrendo”. Vera comenta que fala para o filho não se apegar somente a ela - Guido diz o mesmo - pois podem faltar. Se ela traz uma perspectiva eminentemente imaginária dessa falta, Mário irá debruçar-se na possibilidade em dar-lhe um estatuto simbólico.

Vera conta do “preconceito” que as pessoas têm, porque foi “barrada” por uma vendedora, por causa da cor de sua pele. Lembra que o pai era claro, mais

branco e que sua mãe era mais preta que ela mesma. Quando refere não ter a mesma cor do seu pai, sujeita-se à lei da diferença sexual reivindicada por Mário nas primeiras vezes, quando falava que não queria ser preto. Ser preto, nessa família, é coisa de mulher. Os homens são brancos. Enquanto isso, Mário desenha uma igreja, uma flor vermelha, Jesus pendurado na cruz, um coração partido e um pedaço desse coração caído ao lado. Expressa assim a representação do sacrifício, da incidência da barra da castração que a metáfora paterna realiza, apesar da mãe apressar-se em dizer que ele quer aprender a cozinhar, mas que ela não o permite, pois tem medo de que vá se queimar. A partir daí, quando torna possível colocar a *mão no fogo*, suportando elevar o pai em uma barra, interditando-o e, ao mesmo tempo, elevando-o à condição de metáfora, ele entrará em um jogo que perdurará vários meses: derrubar o pai!

Brinca de derrubar dois bonecos. Um sou eu, outro é o pai e diverte-se fazendo cair homens. Vera preferiria que Mário tivesse um professor homem e imagina como o respeitaria mais do que a uma mulher. Contudo, em sua casa não quer um homem?! Fala do desinteresse por Guido e Mário a questiona: “tu quer morrer?” Confessa não ter ainda fechado a porta para ele, pois aguarda Mário crescer um pouco mais, indicando o quanto ela pode convocar esse homem para o filho tornar-se um.

Na semana seguinte, olhando fotos que trouxeram, Vera lembra que as tirou para ter provas no processo judicial de paternidade e pensão alimentícia. O esforço de Mário é, mais uma vez, fazendo enlace simbólico disso que a mãe apresenta. Ela mesma lembra o quanto ele sempre fala para ela: “meu pai te ama” e como ela é

para se “arrumar para o pai”. Conta que Guido só queria a ela e não aos filhos; quando engravidou, ele pediu que abortasse.

O que aparece no discurso, ele encena comigo na transferência. Desenha um barco de onde estou pulando na água dizendo que vou me afogar. Pergunto o que vai fazer? Desenha uma âncora que vai até o fundo e atira-se na água para me salvar. Ao resgatar a mim ou ao pai que derrubou, inscreve-se e, com saliva, cola no quadro as letras do seu nome que fez uma a uma: MÁRIO SOU BONITO. Depois da operação, em que pôde atribuir nomes-ao-pai, queda fundamental e inaugural por onde o sujeito pode lançar-se no exercício da nomeação, ele **faz nome**.

É entre o significante do nome próprio de um homem e aquele que o abole metaforicamente que se produz a centelha poética, ainda mais eficaz aqui, para realizar a significação da paternidade, por reproduzir o evento mítico em que Freud reconstruiu a trajetória, no inconsciente de todo homem, do mistério paterno. [LACAN, (1957) 1998, p. 511]

Entretanto, para que possa derrubar o pai, elevando-o à potência do significante, é necessário outra operação realizar-se no nível do S1, com a mãe. Ela não compreendeu a prescrição do médico de Mário e, ao invés de ministrar Berotec (um broncodilatador), através de nebulização, ela colocou o remédio diretamente no nariz do filho, produzindo taquicardia. Diz: “quase matei meu filho”. A leitura da mãe, ao decifrar a letra do médico, que lhe responde sobre Mário, não é suficiente, equivoca-se. Justamente nesse intervalo, em que a mãe falha em compreender tudo, esgotando S2, é que Mário pode encontrar lugar. Curiosamente, desenha uma pessoa de costas, acorada. Digo: parece que a mãe deu uma cagada, não é?! Nesse equívoco, há também algo de um voto de morte, ao anular a incidência da letra proveniente de S2. Vera narra como teme que o filho sofra uma convulsão –

como teve algumas vezes – enquanto dorme, fica “velando o sono” dele. Destaco a expressão *velando*.

Retorna ao jogo em que, com um carrinho, tenta derrubar-me – em certo momento, fala no pai - e dele mesmo. Coloca-se nos braços do analista/pai, depois separa os personagens, colocando-os sobre um muro, mas sempre divertindo-se ao fazê-los cair. Enche o quadro com sacos de dinheiro, escrevendo: *barasdeoro*. Quer ser rico! Diz que a mãe e a irmã são pobres, ele é rico, quer ser rico. Vera, pouco antes, falava em uma menina que atravessara a rua para conversar com Mário. Aponto como ele é valioso, então. Mário é rico, justamente, na medida em que algo lhe falta - derrubar o pai realiza essa operação – e é isso que faz a menina atravessar a rua atrás dele. O tesouro que a queda do pai lhe representa, na sua instauração enquanto nome-do-pai, ainda é algo em vias de constituição – também na transferência – revelado pela excessiva proximidade na escrita de *barasdeoro*.

Chega na semana seguinte dizendo que não lhe dei nenhum presente de aniversário, o que vinha me solicitando, e volta ao jogo de derrubar os bonecos. Eu perco a cabeça! Pergunto se alguém anda *perdendo a cabeça* e Vera responde que há muito tempo isso não acontece! Continua derrubando o pai/analista e a ele mesmo até que, finalmente, faz o enterro dos dois num caixão, entoa a marcha fúnebre e coloca uma lápide. Põe a camiseta sobre a cabeça e assim, sem cabeça, sai porta afora. Acabo buscando-o no pátio, porque trancou o portão e não consegue voltar. A partir daí, proponho que Mário venha sozinho às sessões, semanalmente.⁶⁴ Pergunta se a mãe ficará no pátio e ela responde que permanecerá junto com as

⁶⁴ Dois meses antes, em decorrência de questões institucionais que levariam à extinção do setor onde trabalhávamos com terapia de família, minha colega, que atendia Mário e sua mãe em co-terapia comigo, quinzenalmente, afastou-se. A decisão que me leva a propor a passagem para uma escuta

outras mãos na sala de espera. Então ele diz que ali, agora, será lugar de homem. Faz o desenho de um cigarro aceso que ocupa o centro da folha e abaixo escreve:

POIBIDO FUMAR

Na sessão seguinte, desenha a bandeira do Brasil, mas, antes de terminá-la, escreve CONTA, que lê como CONTRA. Pergunto contra quem? *Boiola, cabeçudo*, responde. Brinca pouco de derrubar o filho e o pai e coloca um frente ao outro falando que *se olham*. Para poder se contar, volta-se contra alguém, mas esse olhar pode incidir demasiadamente sobre ele, feminizando-o. Escreve a palavra FIM no quadro e, senta em meu colo, falando como esperava um presente de aniversário, de natal...

Não fica nessa posição, contudo, quando na outra semana desenha uma fogueira embaixo do sol, um homenzinho que chama de QIX com cara de brabo, dentes cerrados, mãos nos bolsos, cabelo espetado, fumando um cigarro. Esse Qix é fogo, digo. Aí ele simula a morte do pai entoando uma marcha fúnebre. Eu digo: esse Qix é de morte! Reutiliza uma folha de ofício (usada anteriormente por outra criança) em que escreve:

POI B(UI)⁶⁵DO MUSQUITO DA DENGUE

Leio o que escreveu como: Pai Guido Musquito da Dengue, o pai convocado no lugar do que deveria ser a expressão da proibição. A primeira formulação que ele traz do *proibido fumar* surge no momento em que veto a participação da mãe nas sessões. A escrita do nome-do-pai realiza aqui uma operação metafórica na

individual de Mário apresenta determinantes que transcendem exclusivamente a sua transferência comigo.

⁶⁵ Coloco desta forma porque ele faz uma condensação da letra *U e I*

condensação de *U* e *I*, estabelecendo uma homofonia com seu prenome e um deslizamento metonímico que faz do pai um mosquito da dengue.

Ainda encena a castração a que está sujeito, quando desenha um dinossauro herbívoro em direção a uma árvore cheia de frutos e um tiranossauro (representado com dentes e unhas enormes) nas suas costas. Pergunto o que vai acontecer, ele responde desenhando o tiranossauro sendo sepultado. Põe o *tirano* na cova e uma arma apontada em sua direção, atrás dele. Daí parte para uma escrita em código, que não entendo, o que é interessante, pois não somente escapa ao tiranossauro, como à leitura que realizo sobre ele, que pode, sem dúvida, ser tirânica. Desenha blocos, cubos com letras em cima e embaixo e, ajudado por ele, enxergo que são as letras de baixo que, espelhadas, formam seu nome. Digo, então, que ele tem a arma para se defender: escrever seu nome de outras maneiras. Faz um avião que joga pela sala; faz menção de jogá-lo pela janela, mas hesita. Pergunto como vai saber se voa, então lança-o sala a fora. Cantarola! Digo que não é nem uma marcha nupcial nem uma marcha fúnebre (que ele outras vezes entoou) e responde que é uma MARCHA-A-RÉ. Escreve no ar as notas que lhe fizeram reprovar na escola. Relaciona a expressão *burro*, que eu usei, com *bicha* e pergunto se por ele usar um brinco (com o qual apareceu naquele dia) acham que ele é bicha.

Na sessão seguinte, desenha um rádio, escreve a palavra *Lighar*, conectando o rádio em uma tomada. Faz então, à direita, uma máquina de cortar grama com uma flecha, mas sem tomada. Estabelece uma barra divisória com duas cores, vermelho e preto, no meio do quadro entre os dois desenhos originais. A partir daí, realiza ultrapassagens entre esses dois domínios construídos, dois lados, cada um com um registro de cor diferente. Retorna, então, ao lado esquerdo – o que

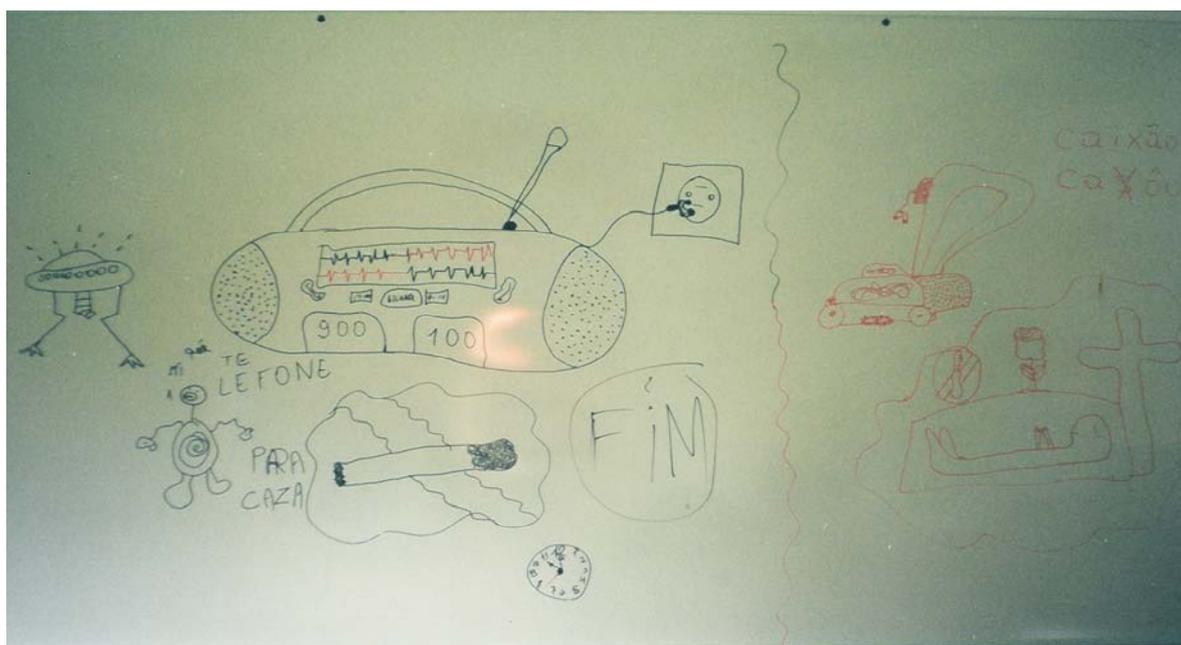
caracteriza esse lugar é a barra – onde faz um cigarro com uma tarja dupla de proibição, proibido fumar. Atravessa novamente a barra, faz um caixão com o morto e uma tarja dupla por baixo, ou seja, como se o morto se sobrepusesse à própria tarja, a cruz, e uma flor sobre o túmulo. Desse lado, desenha também uma faca (que depois envolverá em um conjunto com a sepultura) também com uma tarja dupla colocada por baixo, proibido cortar. Escreve desse lado, sobre o morto, CA S ÔU. Eu leio CASOU e escrevo; ele apaga. Falo: a mãe não casou com o pai!? Conta que queria escrever CAIXÃO e, então, escrevo essa palavra sobre CA S ÔU. A partir daí, retira a dupla tarja que incidia sob o morto! Volta a passar para o outro lado, desenha um “extra-terrestre” e escreve:

A Mi qué TE

LEFONE

PARA

CAZA



Eu leio, para casá(r) ou para casa (residência)? Aí ele faz o disco voador chegando com a “família”. Então, escreve uma “carta” e a coloca num avião de papel que construiu, faz alguns testes para ver se o avião consegue transportar a carta, que acaba caindo. Depois de algumas tentativas frustradas, ele faz um avião da carta.

Aqui muito escapa-me! O que penso agora, posteriormente, sobre sua produção é que ela representa, a partir de sua posição singular, uma teoria sobre a constituição subjetiva. A primeira figura é um rádio – tinha somente o som do rádio do vizinho para dançar, movimento sempre coibido pela mãe - um objeto causa de desejo. São esses objetos que lhe permitem ficar *ligado* numa sucessão metonímica, em que ele mesmo passa a ter um lugar na série, como remetido ao desejo de alguém. Desse lado da barra, aos termos em jogo, permite-se uma ligação – casa ou casamento, família...- sustentada pelo nível de proibição, de uma lei que regula sua interação e que está representada pelo relógio, por um lado, e pelo FIM, de outro. A metonímia está regulada pela sucessão temporal, em que sempre outro termo pode se engancha na linearidade do tempo, na promessa sempre renovada de mais adiante se encontrar o enlace derradeiro, que pudesse pôr fim a essa procura. Do outro lado, a metáfora! No lugar do morto, do que está ausente, pode colocar outra coisa. CA Sar **ÔU** ... morrer, fórmula que já havia apresentado à mãe? A tarja retirada debaixo do morto demonstra que aí há uma operação de deixar-se tomar, cortar pela incidência da falta. Será no lugar daquilo que falta que pode produzir-se algo de uma transmissão, na medida em que pode se realizar o exercício da substituição. É o encadeamento automático da cadeia significativa que estabelece um corte na plenitude do real da morte e da sexualidade e funda a superfície de um eu pela castração. Se Mário representa a máquina de cortar com uma flecha ou *plug*

que pode realizar um tamponamento nesse furo que o simbólico abre no real, - a “estrutura do sujeito como descontinuidade no real” [LACAN, (1960) 1998, p.815] - é ele quem vai precisar construir essa tomada. Fará isso por intermédio das operações metonímicas e metafóricas. Se na metonímia mantém-se a barra da significação, na metáfora ela é ultrapassada. Mário demonstra que pode realizar esse trânsito entre uma e outra mas que, fundamentalmente, ele está submetido à influência de sua divisão. É o que possibilita a fluência em seu endereçamento ao Outro.

Na sessão seguinte, desenha um barbeador na folha e, depois, com um avião de papel, diz: “já pensou se ele passa assim?!”, fazendo-o raspar a pele do seu rosto. Leio isso como se ele já tivesse “barba na cara”.

Na semana seguinte, indaga-me a respeito de uma visita que fiz à escola, quer saber o que fui fazer lá, com quem conversei...e ele responde o que não entendo inteiramente, mas diz: “marido e mulher”. A partir daí inicia um jogo, em que ainda se encontra⁶⁶, de peões, os dele e os meus, que disputam entre si. Ele joga uma *mulher* na frente para me atrair, esperando que me lance a ela, para, então, tentar derrubar o meu peão com o dele. Ganha três partidas e fico sem nenhuma mulher. Pergunto-lhe: o que é um homem sem uma mulher?

Em outra sessão, continuamos a disputar entre homens, as mulheres. À certa altura, ele interpõe uma “barreira” que chama “o chefão”. Aquele que tem todas as mulheres, pergunto? A regra que faz é que *se bater no chefão, perde-se um peão*. Hoje ele ganhou três mulheres e eu cinco. Diz que na semana seguinte vai “trocar o chefão” por outras peças de montar. Assim, ao derrubar o pai da horda de que fala Freud em *Totem e Tabu*, ele pode agora ter a sua mulher e, ao generalizar

o pai assassinado, pode torná-lo a lei que exclui ao menos uma mulher, que não pode ser sua, inserindo-o na relação com os demais, em que pode ter qualquer outra.

Continuamos o jogo de derrubar o peão do outro para conquistar mulheres. Lá pelas tantas, digo que “não tem **páreo** para ele hoje” (pois me ganhava quase todas); ele retruca dizendo: “eu tenho **pai** sim!”

⁶⁶ Os atendimentos continuam.

ESCREVEU, NÃO LEU, PAI COMEU / ENCAMINHAMENTOS

Neste ponto, apresenta-se a necessidade de realizar um encerramento que, antes, seja capaz de interrogar para onde irei. No percurso, até aqui, tentei atribuir inteligibilidade às questões postas pelos autores com quem trabalhei, tanto os teóricos quanto os *metateóricos*, e pelas crianças que, com seus traços, indagaram a própria teoria, procurando apresentar-me compreensível ao Outro. Ao escrever, sempre nos defrontamos com a tentativa de evitar buracos na textura, quando perseguimos um texto monolítico, que pudesse tapar os olhos desse Outro, voraz em sua leitura. Talvez mais do que em outro momento, o tempo de encerrar a dissertação, quando não se pode mais estender indefinidamente a escrita disso ou daquilo, é vivido - também em cada curva da frase - como uma queda do ideal. Tememos os buracos no texto, pois eles deixam entrever o quanto fomos tateando, muitas vezes às cegas, pelo corpo das letras. Temor da lei e desejo, ao mesmo tempo, pois a produção de um texto só pode ser realizada através do esburacamento, da exploração da escrita do Outro. Ao olhar para trás, dou-me conta do quanto também criei buracos pelos diferentes textos por onde circulei. Espero não ter criado uma *colcha de retalhos* com que pudesse encobrir meus próprios

restos, mas, pelo contrário, ao dar-lhes lugar, ter produzido algo singular, que possa ter legibilidade.

Que o trabalho verse sobre o nome próprio deve implicar, sobretudo, a maneira como o texto ancora a minha assinatura ou esta suporta aquele. Ainda há momentos em que, ao ler-me, tenho a impressão de que algum outro fala demasiadamente, o que é facilmente verificado quando as citações se adensam. Em contrapartida, o texto abre lugar também para algo de meu sintoma dizer-se de outra forma, e é justamente aí que parece que posso assinar embaixo. Mas esses são lampejos em um trabalho penoso e, muitas vezes solitário, ao tentar atribuir inteligibilidade ao Outro. O momento de apresentar ao público o corpo das nossas letras torna-nos, talvez, menos pudico com elas e mais permissivo, ao aceitarmos que elas se transformem em outra coisa.

Como abordar a escrita, naquilo que se apresenta como um suposto equívoco, sem um viés colonialista que estampa na testa da criança um *problema de aprendizagem*? Há uma execução rondando a cabeça de todos os envolvidos na tarefa de *ensinar a escrever certo*: “escreveu, não leu, pau comeu”. Essa sentença está mal compreendida. Geralmente a criança avança enormemente, tanto em relação ao que escreve como naquilo que lê do que escreve. Ao escrever o nome próprio, a criança reconfigura seu mundo, transitando por operações complexas na língua, que transcendem o nome enquanto signo de identidade e o tomam enquanto significante. Nesse momento, ao escrever o nome, não é só ele que está em questão, mas todos os outros aos quais está remetido. Ao não ser capaz de ler corretamente o que já está escrito⁶⁷, o sujeito deve ser castrado? Ou é, antes,

⁶⁷ Perceba-se toda a possível articulação com a tragédia de Édipo Rei, de Sófocles, no que foi tomada por Freud.

porque algo da castração não operou-se suficientemente, que a escrita não se lê? Proponho que alteremos a forma de leitura desse ditado para: escreveu, não leu, pai comeu! Para escrever e constituir algo de um estilo, é necessário realizar a leitura do nome-do-pai. Esse não é um nome para ser copiado, mas para ser inventado. O nome-do-pai constitui-se justamente por fazer operar a barra do recalque e, na medida em que ele próprio encontra-se barrado, a estrutura da metáfora dando-lhe viabilidade, indica como *ser outra coisa* lhe é idiossincrática. Se o texto daquele de quem nos servimos na transmissão do nome próprio encontra-se demasiado inteligível à leitura que realizamos, de um pai do nome excessivamente palatável, ele não permite que de seu nome se faça enigma. Não é mais de um pai que come todas que sofremos, mas de um pai que, supostamente, não come (mais) ninguém, insuficiente em estabelecer uma retranscrição, através da incidência de sua leitura, dos traços que circunscrevem o sujeito, dando mobilidade àquilo que era consistência e alienação. Por outro lado, é justamente na medida em que o pai do nome não detém domínio sobre o que é feito com seu nome na passagem a outro, por intermédio do valor que ele tem para sua mulher, que algo de uma transmissão poderá operar. A inscrição de sujeito dá-se em uma operação de filiação, através da forma como se dá a designação de um nome. A oferta do nome está vinculada, diretamente, ao movimento que a mãe pode realizar de diferentes maneiras, de endereçamento do filho. A quem a mãe endereça seu filho? Ao seu homem, seu próprio pai, à sua mãe, a Deus? Mesmo que a criança não seja ofertada ao seu pai, ele joga um papel, sem dúvida, preponderante aí. Como o pai é nomeado por sua mulher, a maneira como responde por seu próprio nome e o lugar que ocupa na nominação de sua criança, [PORGE, 1998, p. 183] vão determinar o lugar que ela ocupará. Lugar que precisa ser inventado, assim como o pai. Na medida em que o

pai de nome suporta a queda que incide tanto sobre-seu-nome quanto sobre a nomação que realiza, ao sujeito abre-se caminho para a transmissão de um nome reduzido a um signficante qualquer,[LACAN, Proposição de 9 de outubro de 1967] de um próprio ao nome comum, imerso na rede signficante e sujeito a uma classe.

Uma das considerações que a dissertação autoriza, a quem trabalha considerando o nome próprio da criança em seus exercícios de constituição da linguagem, é a de poder garantir uma intervenção não-toda. Na medida em que houver, por parte do alfabetizado, a aceitação de que não detém o domínio sobre a estrutura da língua que deveria ser ensinada, suportando estar aí mergulhado, ele mesmo, de forma pouco cognoscente, um sujeito da e na linguagem, pode advir dos ensaios que realizará. Será crucial que a leitura, que incide sobre a escrita e sobre-seu-nome, não se faça de modo colonialista, mas que se permita enquanto uma leitura não totalizadora ou prescritiva. É necessário um desprendimento narcísico para ser conduzido pela criança em seus movimentos com o nome, pois em suas nomações mutantes somos também, nós leitores, desalojados de uma posição idealizadora. A idealização com a qual as contornamos, também desde o discurso que lhes incide desde os princípios educativos que todos nós encarnamos, apresenta um caráter mortífero, se lhes ficássemos conformados.

A partir de mínimos traços à disposição, indicativo do quanto não podemos ficar restritos às circunstâncias das pequenas e grandes misérias da nossa “realidade”, as crianças são capazes de reinventar e criar um espaço possível de existência, reconfigurando aquilo que lhes foi transmitido. Deixamos para os nossos, curiosamente, aquilo sobre o que não temos posse ou domínio – nossos “bens”, por exemplo – mas, antes, transmitimos o que não conseguimos resolver, o que nos

falta, pois é aí que está implicado o desejo. O nome que ganhamos não é um *nome-completo* e, mesmo que possamos fazer algo com o que ganhamos, ele nunca adquire a plenitude de alguém que pudesse efetivamente ter *feito um nome* capaz de responder a todos os chamados. Sempre seremos surpreendidos pelo chamado do Outro que nos convoca à apresentação do nosso nome desde uma posição de ignorância. No campo da transferência, nunca sabemos muito bem com que nome nos chamam. Quando isso nos assusta, nos agarramos a algo, muitas vezes, ao autoritarismo de uma posição forte, correspondente à fragilidade de um eu que não se sustenta. Também queremos impor nomes ao Outro, presos à idéia de que se reforçarmos o nome haverá uma estabilização da identidade e aplausos para o professor. Também no nome há uma dimensão do que escapa, inominável, de tudo aquilo ao qual não podemos dar nome, que escapa e nos apavora. Esse sem-sentido também se *entrelê*, pois implica sempre um *entre-lugares* de onde se lê, na escrita do nome e em todas as formações do inconsciente. A instância da letra no inconsciente encontra suporte nas letras tipográficas por onde se insinua aquilo que não tem representação alguma, mas que não cessa de comparecer sempre da mesma maneira sobre as questões centrais ao sujeito. Se a essa plenitude do Real só se pode ter acesso através dos mecanismos metonímicos e metafóricos do significante, que lhe permitem uma leitura, é desde uma posição do significante da falta no Outro que ela se torna efetivamente possível. Para ler, portanto, não precisamos compreender, mas estar submetidos à equivocidade com que o significante deve ser tomado. Acredito que os operadores de leitura apresentados na constituição de uma escrita possível possam ser instrumentos que transcendam os espaços psicanalíticos onde foram elaborados.

Ao final da dissertação, quando olho para trás, surpreendo-me com esse percurso. Não era aqui que pensava chegar, mas, antes, fui levado a ele pelas circunstâncias dos encontros. Sempre é bastante difícil encerrar quando temos de novo que nos expor a novas questões, tateando por elas. Acabamos nutrindo um carinho pelas frases, páginas de que precisamos abrir mão para que dali surja outra coisa. Algumas questões permaneceram em aberto, por exemplo, penso em trabalhar melhor o conceito de *letra*, voltando-me para estruturas subjetivas mais precoces. Também surpreendo-me sempre com a potência do texto freudiano, para o qual a leitura de Lacan é fundamental, e com as possibilidades que ele ainda mantém abertas, depois de tanto tempo, por onde espero circular ainda, dentro do campo do inconsciente estruturado como uma linguagem.

REFERÊNCIAS

ALLOUCH, Jean. **Letra a letra – transcrever, traduzir, transliterar.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1995.

BALBO, Jean. **Do ouvido ao olho, e num estalar de dedos – acerca do desenho e de sua leitura prévia para interpreta-lo.** In: TEIXEIRA, Ângela B. do Rio (org.) O mundo a gente traça – considerações psicanalíticas acerca do desenho infantil. Salvador: Ágalma, 1991.

_____. **O desenho como originária passagem à escritura.** In: TEIXEIRA, Ângela B. do Rio (org.) O mundo a gente traça – considerações psicanalíticas acerca do desenho infantil. Salvador: Ágalma, 1991.

BECKETT, Samuel. **O inominável.** São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1979.

BERGÈS, Jean. **Doze textos de Jean Bergès.** In: Escritos da Criança. Porto Alegre: Centro Lydia Coriat, 1988.

BERGÈS, Jean & BALBO, Gabriel. **A criança e a psicanálise.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____. **A atualidade das teorias sexuais infantis.** Porto Alegre: CMC Editora, 2001.

_____. **Jogo de posições da mãe e da criança – ensaio sobre o transativismo.** Porto Alegre: CMC Editora, 2002.

_____. **Psicose, autismo e falha cognitiva na criança.** Porto Alegre: CMC Editora, 2003.

CHEMAMA, Roland. **O ato de desenhar.** In.: TEIXEIRA, Ângela B. do Rio (org.) *O mundo a gente traça – considerações psicanalíticas acerca do desenho infantil.* Salvador: Ágalma, 1991.

COSTA, Ana. **Corpo e escrita – relações entre memória e transmissão da experiência.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

_____. **A ficção do si mesmo – interpretação e ato em psicanálise.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha.** São Paulo: Editora 34, 1998.

_____. [1997] **L'Emreinte** – Catálogo de Exposição do Centre Georges Pompidou, Paris. (Trad. Para o Mestrado em Artes Visuais da EBA-UFMG por Patrícia Franca).

FERREIRA, Tânia. **A escrita da clínica: psicanálise com crianças.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FERREIRO, Emilia & TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita.**

Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FERREIRO, Emilia. **Cultura escrita e educação.** Porto Alegre: Artes

Médicas, 2001.

FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo.** Rio de

Janeiro: Zahar, 1998.

FONSECA, Sônia Azambuja. **Autógrafos anônimos na escola: signos de**

identidade em crianças de classe popular. Porto Alegre, 2002.

Dissertação (Mestrado) FAGED/UFRGS, 2002.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Veja, 1992.

_____. **Linguagem e literatura.** In: MACHADO, Roberto. Foucault, a filosofia e a literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. O sujeito e o poder. In: **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FRAGELLI, Ilana K. Zagury. **A relação entre escrita alfabética e escrita**

inconsciente: um instrumento de trabalho na alfabetização de

crianças psicóticas. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado) USP, 2002.

FREUD, Sigmund. [1895] **Projeto para uma psicologia científica – A próton pseudos histérica**. In: Ed Standart Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. 1ed. Rio de Janeiro: Imago 1980.

_____. [1901] **O esquecimento de nomes próprios**. In: Ed Standart Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. 1ed. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. [1901] **Lembranças da infância e lembranças encobridoras**. In: Ed Standart Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. 1ed. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. [1901] **Lapsos de leitura e lapsos de escrita**. In: Ed Standart Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. 1ed. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. [1908] **Escritores criativos e devaneios**. In: Ed Standart Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. 1ed. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. [1914] **O Moisés de Michelangelo**. Ed Standart Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. 1ed. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. [1919] **O estranho**. In: Ed Standart Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. 1ed. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. [1921] **Identificação**. In: Ed Standart Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. 1ed. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. [1924] **Uma nota sobre o 'Bloco Mágico'**. In: Ed Standart Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. 1ed. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. [1887 – 1904] **A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess**. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Introdução à metapsicologia freudiana I, II e III**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2002.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HANNS, Luiz. **Dicionário comentado do Alemão de Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

JAKOBSON, Roman. **Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasias**. São Paulo: Cultrix, 1995.

JEAN, Georges. **A Escrita memória dos homens**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

JERUSALINSKY, Alfredo. **Seminários III**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

JESUINO-FERRETO, Ângela. **Le Patronyme au Bresil : quelle fonction ?**
In: Le Trimestre Psychanalytique. **Le Patronyme**. Publication de L'Association Freudienne. Paris, 1992.

LACAN, Jacques. [1938] **Os complexos familiares**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. [1949] **O estágio do espelho como formador da função do [eu] tal qual nos é revelada na experiência psicanalítica**. In: Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. [1953-1954] **Os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____. [1954] **Resposta ao comentário de Jean Hyppolyte sobre a “verneinung” de Freud**. In.: Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. [1954-1955] **O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. [1955] **O seminário sobre “A carta roubada”**. In: Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. [1957] **A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud.** In: Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. [1955-1956] **As psicoses.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. [1957-1958] **As formações do inconsciente.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. [1960-1961] **A transferência.** Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

_____. [1960] **Posição do inconsciente no congresso de Bonneval.** In: Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. [1960b] **Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano.** In: Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. [1961-1962] **A identificação.** (inédito. Trad. Centro de Estudos Freudianos de Recife).

_____. [1964] **Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. [1964-1965] **Problemas cruciais para a psicanálise.** (inédito)

_____. [1967] **Proposição de 9 de outubro de 1967.** In: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. [1967-1968] **O ato psicanalítico.** (inédito)

_____. [1968-1969] **De um Outro ao outro.** (inédito)

_____. [1971] **De um discurso que não seria do semblante.** (Inédito. Trad. Centro de Estudos Freudianos de Recife).

_____. [1972-1973] **Mais, ainda.** 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. [1974] **Prefácio a *O despertar da primavera*.** In: Os escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACÔTE, Christiane. O que pode dizer a psicanálise sobre o trabalho do artista. In: JERUSALINSKY, A ., MERLO, A . M. , GIONGO A . L. e outros. **O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo.** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

LE POULICHET, Sylvie. **O tempo na psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

LEMOS, Cláudia T. G. de. **Sobre a aquisição da escrita: algumas questões.** In: ROJO, Roxane. Alfabetização e letramento. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

_____. **Os processos metafóricos e metonímicos como mecanismos de mudança.** In: TEBEROSKY, Ana & TOLCHINSKY, Liliana. Mecanismos de mudanças lingüísticas e cognitivas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

LETRA FREUDIANA: Escola, Psicanálise e Transmissão. **A criança e o saber.** Rio de Janeiro: Revinter, 1999.

MACHADO, Ana Maria Neto. **Presença e implicações da noção de escrita na obra de Jacques Lacan.** 2ªed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARTINS, Francisco. **O nome próprio.** Brasília: UNB, 1991.

PORGE, Erik. Uma fobia da letra: a dislexia como sintoma. In: BERNARDINO, Leda Mariza F. **Neurose infantil versus neurose da criança: as aventuras e desventuras na busca da subjetividade.** Salvador: Ágalma, 1997.

_____. **Os nomes do pai em Jacques Lacan.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.

RICKES, Simone Moschen. **No operar das fronteiras, a emergência da função autor.** Porto Alegre, 2002. Tese (Doutorado) FAGED/UFRGS, 2002.

SAFOUAN, Moustapha. **O inconsciente e seu escriba.** Campinas: Papyrus, 1987.

SAUSSURE, Ferdinand De. **Curso de lingüística geral.** São Paulo: Editora Cultrix, 1998.

VORCARO, Ângela. **A criança na clínica psicanalítica.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1997